

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA
de Humanidades e Tecnologias (ULHT) de Lisboa**

Dissertação de Mestrado

Maria do Rosário Rebelo de Penha Gonçalves Rosinha

A China em África: parceria igual ou desigual

(Os casos de Angola e Moçambique)



Lisboa 2009

Epígrafe

Certifica-te bem do estado das tuas ovelhas, presta atenção aos teus rebanhos, porque a riqueza não dura para sempre...

Provérbios 27:23-24

Dedicatória

Ao meu Pai

Ao meu Marido

À minha Mãe, meus Irmãos e Sobrinhos

Agradecimentos

À Fátima

Ao Luís e ao Ilonka, colegas e amigos

Ao Senhor Professor Doutor Adelino Torres

Obrigada

Resumo

No decorrer das últimas três décadas, a República Popular da China aumentou e intensificou as suas relações económicas com vários países africanos, nomeadamente com países ricos em recursos minerais e terra fértil –, sendo Angola e Moçambique exemplos privilegiados da nova atitude da China face ao Continente Africano. Este trabalho procura compreender quais as principais razões desta política mais recente de integração da economia chinesa na economia global, a chamada política de abertura ao exterior e, para além disso, analisar a opção da China de iniciar, renovar ou consolidar as suas relações com países africanos.

Sabe-se que a China precisa de garantir o seu abastecimento de recursos naturais – minerais, como petróleo e gás natural, e agrícolas, como arroz e soja – para alimentar a população e sustentar o crescimento económico de forma a manter e/ou aumentar internamente os níveis de emprego e a estabilidade social. Por outro lado, muitos países africanos são ricos naqueles recursos e não possuem capacidade financeira, mão-de-obra e quadros qualificados e treinados em número suficiente, nem a tecnologia necessária para os explorar de forma eficiente. Assim, a *soft policy* praticada pela China – traduzida em volumosos empréstimos isentos de, ou com muito poucas, condicionalidades, doações generosas e uma postura de não-ingerência na política interna daqueles países – tem sido muito bem recebida.

O principal objectivo deste projecto é perceber as vantagens, a curto, médio e longo prazo para a China, por um lado, e para os dois países africanos em estudo, por outro. Ao longo do trabalho estes aspectos serão abordados de forma mais detalhada. Parece também fundamental perceber se a forte presença da China naqueles dois países pode ser descrita como uma parceria entre iguais, uma forma nova e mitigada de colonialismo ou se nenhuma destas qualificações se aplica.

Considerando que este processo decorre na actualidade e que a China, Angola e Moçambique, inseridos no mundo global, estão sujeitos a muitas influências exteriores, positivas e negativas, sobre as quais não têm controlo ou apenas um controlo relativo, não é possível chegar a uma conclusão definitiva sobre estas questões. Crê-se, assim, que o resultado deste processo dependerá, em grande parte, das políticas económicas e sociais implementadas pelos países em estudo e da bondade da parceria estratégica que se quer partilhada e benéfica para os três países.

Palavras-chave: China em Africa, China e Angola, China e Moçambique, globalização, desenvolvimento sustentável¹, recursos naturais de África, exploração dos recursos, condicionalidades, ambiente.

¹ Ver Glossário

Abstract

For the last few decades, the People's Republic of China has taken to a new and higher level its economic and political ties with African countries, namely those rich in mineral resources and productive land – Angola and Mozambique being privileged examples of the new Chinese attitude towards the African Continent. This paper tries to understand the main reasons behind the recent policy of full integration of the Chinese economy into the global economy, the so-called «go out» policy, and additionally, to analyse the apparently deliberate option to establish, renew or consolidate its ties with African countries.

It is well known that China needs to guarantee its supply of several natural resources – oil, natural gas and staple foods, such as rice and soybeans – to feed its population and maintain its economic growth, in order to keep and/or increase the level of employment and social stability at home. On the other hand, many African countries are indeed rich in such resources but do not have the financial capacity, the human skills and the technology to explore them efficiently. In consequence, China's soft policy – large loans without, or with very few, apparent conditionalities, generous grants and lack of interference in the internal affairs of those countries – has been strongly welcomed.

The main objective of this paper is to try and understand the short, medium and long term advantages both for China and the two African countries under study: Angola and Mozambique. Moreover, it is also essential to understand if the strong presence of the People's Republic of China in those countries can actually be described as a partnership between equals, a new and milder form of colonialism or none of those.

Considering that this partnership is an ongoing process and China, Angola and Mozambique, as part of the global world, are subject to the influence of many exogenous factors, positive as well as negative, over which they have no control, or only very little control, it is not possible to reach a clear conclusion. It seems, therefore, that the outcome of such relationship will depend, in a very large measure, on the economic and social policies followed by those countries and the quality of the partnership, desirably shared and beneficial to the three countries.

Key words/expressions: China in Africa, China and Angola, China and Mozambique, development, globalization, African natural resources, exploitation of resources, conditionalities, environment.

Siglas

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BCC	Banco de Construção da China
BM	Banco Mundial
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (OCDE)
CEI	Comunidade de Estados Independentes, resultado da implosão da URSS
CIF	<i>China International Fund, LTD</i>
COMECON	Conselho de Assistência Económica Mútua, que agrupava os países do denominado Bloco de Leste sob a égide da URSS.
CNOOC	<i>China National Offshore Oil Corporation</i>
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
ESAF	<i>Enhanced Structural Adjustment Facility</i> (Anexo I)
EUA	Estados Unidos da América
EXIMBANK	<i>Export and Import Bank, China</i>
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FAO/GIEWS	<i>Food and Agriculture Organization/Global Information and Early Warning System</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i> (Fórum de Cooperação China-África)
FRAE	Mecanismo/Facilidade para a Redução da Pobreza e o Crescimento (<i>Poverty Reduction and Growth Facility, PRGF</i>) O objectivo deste mecanismo é apoiar programas que reforcem de forma substancial e de forma sustentada a balança de pagamentos (do país beneficiário) e promover um crescimento duradouro que conduza a melhor qualidade de vida e redução da pobreza da população (Anexo I).
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique.
G-7	Grupo dos sete países mais industrializados do Mundo – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão
G-8	Grupo dos países do G-7 a que se juntou a Rússia, como membro de pleno direito, a partir de 1997.
G-15	Grupo de 15 países criado durante a 9ª Conferência dos Países Não-Alinhados em Setembro de 1989, em Belgrado. Conta hoje com 18 membros: Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Egipto, Índia, Indonésia, Irão, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Peru, Quênia, Senegal, Sri Lanka, Venezuela e Zimbabué. Concebido como plataforma para articulação das percepções comuns da situação mundial e promoção do desenvolvimento económico através da cooperação Sul-Sul e do diálogo Norte-Sul. Os países deste grupo são responsáveis, em conjunto, por 28% da produção mundial de petróleo.
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IPH-1	Índice de Pobreza Humana em países em vias de desenvolvimento
MAC	Município Autónoma de Chongqing (RPC)
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OCDE	Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento. Países membros: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos da América ² .
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio ³
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio – sucedeu ao GATT (<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>)
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo: integra Angola, a Argélia, a Arábia Saudita, os Emiratos Árabes Unidos, o Iraque, o Irão, a Líbia, a Indonésia, a Nigéria, a Venezuela, o Kuwait e o Qatar ⁴ .
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (Moçambique)
PCC	Partido Comunista Chinês
PEA	Perspectivas Económicas na África
PIB	Produto Interno Bruto
PNR	Programa Nacional para a Reconstrução (Angola)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC (PPP)	Paridade do Poder de Compra (<i>Purchasing Power Parity</i>)
PRE	Programa de Reabilitação Económica (Moçambique).
RAEM	Região Administrativa Especial de Macau
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
RA	República de Angola
RPC	República Popular da China
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana.
SADC	<i>Southern Africa Development Community</i> (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral). Membros actuais: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué. Substituiu a SADCC, durante a Cimeira de Windhoek de 1992.
SADCC	<i>Southern African Development Cooperation Conference</i> (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral)
SINOPEC	<i>China Petrochemical Corporation</i>

² Divisão de Reconhecimento, Mobilidade e Cooperação Internacional, DGES – Direcção Geral do Ensino Superior, MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

³ Ver Glossário.

⁴ Angola tornou-se membro de pleno direito da OPEP a 14 de Dezembro de 2006, durante a 143ª conferência extraordinária do cartel, realizada em Abuja, Nigéria (Angola Press - Editado por Angola Digital, Dezembro 2006; Jornal de Negócios, 12 Outubro 2008).

TPES	Produção total de energia primária – engloba a produção interna + importação – exportação- reabastecimento de navios marítimos internacionais +/-variação das existências (RDH 2007/2008, p. 311, a)
UA	União Africana. Substituiu a OUA (Organização de Unidade Africana).
UE	União Europeia
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zonas Económicas Especiais (China)

Índice Geral

Dedicatória	p.2
Agradecimentos	p. 3
Resumo	p. 4
Abstract	p. 6
Siglas	p. 8
Índice de Quadros	p. 14
Índice de Gráficos	p. 15
Introdução e metodologia	p. 16
Capítulo I – Enquadramento teórico	p. 20
Capítulo II – O que faz correr a China	p. 23
2.1. A China depois de Mao Zedong	p. 24
• Um pouco atrás	
• De volta a Deng e a proletarização do campesinato	
• A China dos finais do século XX	
2.2. A questão demográfica	p. 28
2.2.1. – Emprego, rendimentos e desigualdades	p. 30
2.3. A agricultura – problemas levantados pela industrialização	p. 32
2.4. A estrutura do comércio chinês e a sua evolução nos últimos anos	p. 34
2.5. De que precisa a China para um crescimento económico sustentado?	p. 36
• Energia	
• Tecnologia	
• Expansão do crescimento para o interior	
2.6. Quanto custa ser a “oficina do Mundo”	p. 43
• Aprender com os erros dos outros	
2.7. Desempenho económico	p. 45

Capítulo III – A China em Angola e Moçambique	p. 49
3.1. Evolução dos contactos entre a China e África	p. 50
3.2. Porque foram as propostas da China tão bem acolhidas?	p. 52
3.3. A cooperação entre a China e Angola	p. 52
• Evolução do relacionamento entre os dois países	
3.3.1. Cooperação financeira	p. 53
3.3.2. Comércio bilateral entre a China e Angola – a importância do petróleo	p. 56
3.3.3. Investimento Directo Estrangeiro (IDE) – Impacte na economia	p. 58
3.3.4. Obras públicas	p. 60
3.3.5. Outras indústrias extractivas	p. 60
3.3.6. Atritos em potência	p. 61
3.4. A cooperação entre a China e Moçambique	p. 61
3.4.1. Investimento Directo Estrangeiro (IDE) – Impacte na economia	p. 63
3.4.2. Atritos em potência	p. 64
3.5. Macau, entre a China, Angola e Moçambique	p. 65
Capítulo IV – Que ganham Angola e Moçambique com a parceria com a China?	p. 71
4.1. Angola	p. 72
4.1.1. Breve apresentação do país e resenha histórica	p. 73
4.1.2. População e desenvolvimento	p. 74
4.1.3. A distribuição da riqueza e o problema da agricultura	p. 77
4.1.4. Breve análise da actual conjuntura económica e política	p. 78
4.2. A presença da China em Angola	p. 80
4.2.1. Comércio externo – trocas bilaterais entre Angola e a China	p. 81
4.2.2. Parcerias com a China — vantagens ou inconvenientes?	p. 82
4.2.3. Obras públicas – infraestruturas	p. 86
4.2.4. Os hidrocarbonetos	p. 88
4.2.5. Transparência	p. 91
4.3. Moçambique	p. 91

4.3.1. Breve apresentação do país e resenha histórica	p. 92
4.3.2. Indicadores globais	p. 94
4.3.3. Breve análise da actual conjuntura económica	p. 95
4.3.4. Os mega-projectos	p. 98
4.3.5. A redução da pobreza	p. 98
4.4. A presença da China em Moçambique	p. 100
4.4.1. Acordos com a China – vantagens e desvantagens	p. 102
Conclusão	p. 107
Bibliografia	p. 116
Glossário	p. 123
Índice Onomástico	p. 130
Anexo I	p. 132

Índice de Quadros

Quadro 1 – Parcela da produção total de energia primária (1990-2005), China	p. 39
Quadro 2 – Importação de matérias-primas (1995-2005), China	p. 42
Quadro 3 – Desempenho económico da China (1975-2005)	p. 45
Quadro 4 – Quotas de mercado da China no comércio externo de Angola (1995-2006)	p. 57
Quadro 5 – Exportações de Angola para a China (1990-2000)	p. 57
Quadro 6 – Exportações de petróleo de Angola para a China (2002-2007)	p. 58
Quadro 7 – Evolução da balança de transacções correntes (1999-2009), Angola	p. 81
Quadro 8 – Componentes da procura (1997-2008), Angola	p. 84
Quadro 9 – Componentes da procura (1999-2009), Angola	p. 85
Quadro 10 – Evolução da balança de transacções correntes (1999-2009), Moçambique	p. 97
Quadro 11 – Parcela do rendimento ou consumo (2002-2003), Moçambique	p. 98
Quadro 12 – Área de floresta (1990-2005), Moçambique	p. 102

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Tendência de exportações e importações (1978-2006), China	p. 35
Gráfico 2 – Importações da China, 2006	p. 36
Gráfico 3 – Evolução do PIB e do PIB <i>per capita</i> (1978–2006), China	p. 46
Gráfico 4 – Volume do comércio entre a China e Angola (1995-2006)	p. 56
Gráfico 5 – IDE da China em Angola (1990-2007)	p. 59
Gráfico 6 – Crescimento real do PIB e do PIB <i>per capita</i> (2001-2009), Angola	p. 75
Gráfico 7 – PIB por sector em 2006 (%), Angola	p. 78
Gráfico 8 – Dívida externa e serviço da dívida (2001-2009), Angola	p. 86
Gráfico 9 – Crescimento real do PIB e do PIB <i>per capita</i> (2001-2009), Moçambique	p. 96
Gráfico 10 – PIB por sector (% do PIB) (2006), Moçambique	p.99

Introdução

...this is a smaller world than it was a generation ago ... because of the evolution of a more interactive political system globally...we may have raised expectations in the poorer countries .. [but] the realization [of those expectations] is getting further and further behind.
Benjamim Mkapa⁵

Questão presente da nossa vida comum, o actual relacionamento da China com diversos países africanos tem sido objecto de inúmeras análises e alguma controvérsia. O estudo das causas é intrigante: o que leva a China a procurar África? Porque razão África aceita o envolvimento da China? Igualmente interessante será a reflexão sobre as consequências desses laços.

De entre os 53 países que constituem o continente africano, seleccionaram-se Angola e Moçambique por razões concretas que facilitam a recolha de elementos de estudo:

- foram, ambos, parte do império português;
- a língua oficial de ambos é a língua portuguesa;
- existem relações económicas significativas entre Portugal e os dois países africanos;
- existem relações afectivas e, até, de consaguinidade, entre portugueses, angolanos e moçambicanos;
- os seus recursos naturais tornam estes países africanos atractivos para o investimento e para a procura de emprego de muitos portugueses.

Dos elementos que vão ser apresentados, que percursos se podem antever para a relação entre a China e os dois países africanos em estudo? Poderá dizer-se que entre eles existe, ou está a desenvolver-se, uma parceria, com claras vantagens para os três? Ou, pelo contrário, perfila-se para a China, com todas as suas vantagens⁶, uma situação de ganhador frente a Angola e Moçambique, países promissores mas ainda a procurar encontrar o seu caminho em termos de definição de estratégias de desenvolvimento socioeconómico e afirmar o seu lugar na África Austral e no mundo? Ou ainda, como se interroga Esteves (2008:113-114):

⁵ Benjamim Mkapa (entrevista,17/3/2001); <http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights>, acedido a 3 de Março de 2009.

⁶ Entre elas, dimensão geográfica, população, história civilizacional, cultura.

“Estaremos perante uma nova modalidade de neocolonialismo? Serão os objectivos chineses imperialistas? Ou será uma oportunidade para o desenvolvimento real?”.

Partindo destas questões, procurou distinguir-se pelo menos alguns dos contornos da presença efectiva da China em Angola e em Moçambique.

Por um lado, os dados obtidos sugerem que o processo de integração da China na economia global é um percurso desejado pelo país. Por outro lado, Angola e Moçambique, mercê das suas circunstâncias políticas e geográficas, foram mundializados. Com vantagem? Como refere Torres:

“Se é verdade que a «mundialização» (ou «globalização») apresenta vantagens e inconvenientes que não podem ser considerados de forma redutora, não é menos certo que essa mundialização tem atingido duramente muitas regiões, e especialmente um continente africano fragilizado, onde está longe de ser evidente que o liberalismo global e sem instâncias reguladoras, abra, por si só, portas para o desenvolvimento, como a experiência dos últimos trinta anos o demonstra sem equívoco” (2008:6).

O objectivo deste trabalho é identificar, mesmo que com lacunas, em parte resultantes da falta de dados estatísticos disponíveis, os percursos possíveis da parceria entre a China e Angola e entre a China e Moçambique. A análise é necessariamente incompleta já que se trata de um processo que se desenrola num paralelo temporal ao do estudo, com avanços e recuos a que se somam e subtraem, diariamente, novas decisões e situações concretas; por isso, sem desfecho conhecido ou previsível. Esta circunstância obrigou a que fosse definido um limite temporal para actualização da informação recolhida, limite que, embora fluido, se situa nos finais do ano de 2008.

Assim, e tendo em consideração as restrições que a natureza deste tema impõem, definiram-se quatro capítulos, ao longo dos quais se procura chegar ao traçado dos percursos referidos em cima.

No Capítulo I, faz-se a contextualização teórica do trabalho, apresentando dois conceitos considerados importantes para o enquadramento do texto.

No Capítulo II, a questão-chave consiste em perceber do que precisa a China para manter o seu crescimento sustentado. Um sumarássimo retrato do país durante o período maoísta procura compreender em que medida a conjuntura nessa fase justificou as escolhas dos dirigentes que se seguiram a Mao Zedong, abordando-se algumas das constantes da economia e da sociedade chinesas:

- a questão demográfica, sempre presente, factor incontornável na tomada de decisões;
- a agricultura e a escassez de terra arável;
- os imperativos geopolíticos que norteiam a política do país.

Este capítulo debruça-se a seguir sobre alguns aspectos considerados relevantes na evolução verificada nas últimas três décadas:

- a alteração da política agrícola;
- a industrialização crescente;
- a construção de infraestruturas;
- a constatação dos requisitos para a manutenção do crescimento;
- a integração na economia global.

Pretende-se, com esta análise, verificar que tipo de relacionamento é que a China considera vantajoso, atendendo às suas circunstâncias actuais, e quais são os seus parceiros preferenciais em África.

O Capítulo III parte da seguinte premissa: Angola e Moçambique reúnem condições para serem parceiros preferenciais da China. Coloca-se, no entanto, a questão: serão parceiros ou apenas alvo do interesse de Beijing? Assim, dado que a presença chinesa nesses dois países africanos é um facto, procura entender-se em que moldes se processa o envolvimento entre os países em estudo, que diferenças se detectam na actuação da China face a Angola e face a Moçambique, e que vantagens colhe o país asiático do seu envolvimento com países africanos.

Faz-se ainda referência a alguns problemas decorrentes da presença chinesa nos dois países e às estratégias utilizadas pela República Popular da China em cada um deles, destacando-se entre elas a criação do Fórum de Macau como forma de atingir os seus objectivos a médio e longo prazo.

O Capítulo IV é dedicado à análise deste processo na perspectiva de Angola e de Moçambique. Uma curta descrição física e um brevíssimo resumo da história recente dos dois países desde a sua acessão à independência conduzem à fase em estudo, a do seu relacionamento com a China. Que razões levaram os dois países a acolher e aceitar as propostas e a presença chinesas nos seus territórios? Que benefícios poderão obter, a médio e longo prazo – já que parece claro existirem vantagens imediatas – e que medidas deverão tomar para conseguir uma relação de parceria e não de subordinação? O envolvimento da China significa um benefício líquido para a sociedade no seu todo? Se não, como devem os governos de ambos os países actuar para que, do interesse chinês, não resultem vantagens apenas para um segmento da sociedade ou benefícios a curto prazo?

Os elementos colhidos sugerem que o relacionamento entre a China e Angola e entre a China e Moçambique, embora desigual, não é tão enviesado a favor do país asiático como uma análise inicial poderia fazer crer. Se é certo que a República Popular da China (RPC) tem, a seu favor, uma história e uma cultura

milenarios que lhe permitem olhar para o mundo de forma pragmática e filtrar e aplicar segundo as suas conveniências as novas circunstâncias, não é menos verdade que Angola e Moçambique têm o incentivo crucial de procurar afirmar-se no concerto das nações.

Metodologia

Na base da elaboração deste trabalho está a pesquisa bibliográfica e documental, com recurso a obras de referência dedicadas ao tema estudado. Grande parte das estatísticas utilizadas foi recolhida de relatórios, como o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ou o Relatório Perspectivas Económicas na África (PEA), da Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE). Foram consultados documentos do Parlamento Europeu, do Departamento Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China em Portugal, de Universidades, portuguesas e estrangeiras, e de organismos estatais, também portugueses e estrangeiros.

O facto de se tratar de um processo a cujo desenrolar é possível assistir, significa que não estão disponíveis, ou não foi possível ter acesso, a muitas obras teóricas publicadas sobre o tema; em contrapartida, são inúmeros os artigos de investigação, análise ou opinião que se debruçam sobre a questão da presença da China em África. Os artigos consultados, de especialistas, instituições ou organizações considerados credíveis foram, na sua maior parte, retirados de *sites* da Web e, tanto quanto possível, devidamente referenciados⁷. Foram também consultados alguns artigos de opinião ou notícias em jornais ou revistas.

Na elaboração deste projecto respeitou-se a norma APA (*American Psychological Association*) de 2001 conforme definido pelo Despacho Reitoral nº52/2008, Versão 3 de 2008. Nas referências bibliográficas optou-se, sempre que possível, por inserir o número de página da obra citada logo a seguir ao ano de publicação.

Referem-se ainda as fontes de informação colhida e trabalhada pela autora, mesmo quando não há lugar a citação.

⁷ Os *sites* indicados sem data de acesso foram consultados, na sua maioria, entre Agosto e Dezembro de 2008.

Capítulo I – Enquadramento teórico

Considera-se pertinente explicitar dois dos conceitos que enformam este trabalho: a globalização e o princípio da condicionalidade. Tratando-se de matérias que relevam das ciências sociais não são, naturalmente, concepções fechadas nem imutáveis, antes passíveis de interpretações diferentes.

O fenómeno da globalização⁸, tal como se nos apresenta actualmente, pode ser descrito por meio de algumas das suas características definidoras, a saber:

- a quase universal disponibilidade da informação através dos meios de comunicação (como telemóveis e internet), que retira aos governos a possibilidade de manipular a informação;
- a internacionalização da produção e gestão de impostos, mudando radicalmente, a favor das empresas, o equilíbrio de poder entre as multinacionais e os governos;
- a escala e a velocidade dos fluxos financeiros, supostamente 1,5 triliões de US dólares por dia;
- a harmonização de valores difundidos por cadeias de televisão.

No início dos anos de 1990, acreditava-se que, com a regulação do comércio internacional que deveria decorrer da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, a globalização iria trazer uma “prosperidade sem precedentes para todos” (Stiglitz 2007:7). Os primeiros protestos, em Seattle, em 1999, surpreenderam os adeptos da globalização, para quem, pelo menos do ponto de vista económico, este fenómeno acabaria por melhorar a vida de todos. Mas nem em todo o mundo se sentiam os efeitos da globalização de forma positiva e, mesmo entre países desenvolvidos, as consequências não eram benéficas para todos os sectores da sociedade. A Comissão Mundial sobre as Dimensões Sociais da Globalização, criada em 2001 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), presidida por Benjamin W. Mkapa, da Tanzânia, e por Tarja Kaarina Halonen, da Finlândia, e que teve a participação de Joseph Stiglitz, elaborou em 2004 um relatório que torna mais claro o sentimento de grande parte do mundo em relação à globalização:

“O actual processo de globalização está a gerar resultados desiguais entre países e no interior de países. Está a ser criada riqueza, mas demasiados países e pessoas não estão a usufruir dos seus benefícios... Enquanto isso, a revolução nas comunicações globais agudiza a consciência destas disparidades... os desequilíbrios globais são moralmente inaceitáveis e politicamente insustentáveis” (Stiglitz 2007: 8).

⁸ Moura Roque, F. (2001a:18-19) “Globalização e desenvolvimento: os desafios do novo milénio”.
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Sobre esta questão, continua Stiglitz, resumindo, surgiu a “preocupação de que a globalização estivesse a criar países ricos com pessoas pobres” (2007:9). Os princípios da liberalização económica e da democratização política têm sido os temas recorrentes e permanentes da globalização ao acentuarem a confiança nos mecanismos de mercado e na soberania do voto popular (Moura Roque 2001a:5). Os partidários do comércio livre “acreditam que os mercados, por si sós, sem regulamentação do estado, são eficientes e a melhor forma de ajudar os pobres é, simplesmente, deixar a economia crescer – de alguma forma, os benefícios [...] acabarão por «escorrer» e chegar até aos pobres”(Stiglitz 2007: xvi). No entanto, o que se constata, é um “desfasamento – de riqueza, de indicadores de saúde, de nível e qualidade de educação e de uso de novas tecnologias – com alargamento contínuo [...] uma ameaça real à sustentabilidade do sistema capitalista que gerou o extraordinário crescimento da última década” (Moura Roque 2001b: 24).

Na reunião do Fórum Económico Mundial (FEM) em Davos, em 2001, Joschka Fischer⁹ afirmou que “...a globalização é um facto...”. Giddens (2009:19), por seu lado, sublinha que “...ninguém...que pretenda progredir a pode ignorar...”. Este fenómeno, segundo Stiglitz (2007:xv-xvi), “...não tem que prejudicar o ambiente, aumentar as desigualdades, enfraquecer a diversidade cultural nem beneficiar os interesses das empresas em prejuízo do bem-estar das pessoas comuns ... se correctamente gerida, a globalização pode trazer grandes benefícios aos países em desenvolvimento e aos países desenvolvidos”. Como afirma Sen (2001b), a globalização “...enriqueceu o planeta do ponto de vista científico e cultural e também beneficiou muitos do ponto de vista económico”.

Na importante reunião do FEM acima referida¹⁰, Kofi Annan alertou para o facto de que, se não se conseguir “...pôr a globalização ao serviço de todos, no final não funcionará para ninguém. A distribuição desigual dos benefícios e os desequilíbrios [...] que caracterizam hoje a globalização produzirão inevitavelmente instabilidade e proteccionismo. E isso, por sua vez, ameaça enfraquecer e [...] desarticular a economia aberta mundial...”. No entanto, acrescenta Annan, “... a globalização pode e irá contribuir para o bem-estar de todos os povos do mundo... ”.

O conceito de «condicionalidade» referia-se inicialmente ao conjunto de normas e condições de regulação da conjuntura económica e de alteração das estruturas de uma economia estabelecidas nos acordos assinados entre instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), por um lado, e

⁹ Fischer, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, falava no Fórum Económico Mundial realizado em Davos, em 2001.

¹⁰ Annan, durante o Fórum Económico Mundial realizado em Davos, em 2001.

um país candidato a ajuda, por outro¹¹. Hoje, o termo é muito utilizado para designar as regras ou condições definidas em acordos (empréstimos) entre entidades, grupos ou países, ou a sua ausência. Em particular, a expressão “princípio da condicionalidade” é um dos elementos a ter em conta em situações de perdão de dívida externa a países devedores para “se promover um desenvolvimento sustentado e equitativo” (Moura Roque 2001b: 24). Neste sentido, de acordo com a Iniciativa do Milénio para o perdão da dívida, apresentada em 1999 na reunião do Grupo dos Oito, em Colónia, a condicionalidade deve ser orientada para o crescimento. A este princípio está associado o princípio da reafectação de recursos, tendo sido prometido, na iniciativa de Colónia, “uma redução substancial da dívida aos países pobres que se comprometam a investir o montante do perdão no desenvolvimento de sectores sociais, como a educação e a saúde” (2001b: 24).

A China, na sequência da sua proclamada política de não-ingerência, afirma que os seus empréstimos e doações são concedidos sem condicionalidades, tornando-se assim um parceiro apetecível para países pobres e endividados e ainda, como é o caso de Angola e Moçambique, países de recente independência que não pretendem submeter-se às regras de austeridade fiscal e económica, nem sempre adequadas às suas realidades concretas, impostas pela maior parte dos doadores internacionais.

¹¹ SERRA, Glossário de termos, In *Políticas Económicas de Desenvolvimento, tal como ministrado no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional*, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

Capítulo II – O que faz correr a China

“Uma viagem de mil milhas começa por um simples passo”

Lao-tzu (604-531 a.C.), *The Way of Lao-tzu*

Com cerca de 9 571 000 km², a China estende-se aproximadamente do paralelo 18°N ao paralelo 55°N, e do meridiano 65°E ao meridiano 135°E.¹² Nesta imensa área convivem as mais diversas regiões geográficas, climas, povos, tradições e religiões, línguas e dialectos, potencialidades e desafios. De facto, a própria grandeza dos números em praticamente tudo o que diz respeito a este país envolve-o numa aura quase mítica aos olhos ocidentais. Assim aconteceu com a China imperial – a Cidade Proibida, os mandarins, os tesouros e os mistérios; assim aconteceu com a República Popular da China (RPC), de Mao Zedong, que deslumbrou o Ocidente com a notícia dos seus progressos em direcção à felicidade prometida pela ideologia socialista – a Grande Marcha, o Grande Salto em Frente, a Revolução Cultural, o livro vermelho; e assim acontece também, a partir dos anos de 1970, com o ritmo do avanço em direcção ao “socialismo de mercado” – taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) elevadas, progresso tecnológico imparável, volumes de exportações e importações, consumos, produção, construção, tudo aqui tem dimensões grandiosas. Os problemas, desafios e potencialidades têm igualmente dimensões gigantescas.

Este capítulo propõe-se fazer uma muito breve incursão pela China dos anos que se seguiram à morte de Mao Zedong e reflectir sobre a forma como este país está a avançar para os objectivos que se propôs, nomeadamente a manutenção do seu crescimento económico sustentável e a sua integração na economia global. Após um olhar de relance sobre a situação do país nos finais da década de 1970, será abordada a estratégia escolhida pela RPC para obtenção dos recursos naturais de que necessita, procurando compreender-se porque razão Angola e Moçambique são alvos do seu interesse.

¹² Grande Atlas Mundial (2006: 92-93 e 322).

2.1. A China depois de Mao Zedong¹³

Só depois da morte de Mao Zedong, em 1976, foi possível à ala mais pragmática do Partido Comunista Chinês (PCC) dar início a um programa de modernização da China, tendo como objectivo, entre outros, integrar o país, e em particular a sua economia, no mundo global.

A partir do XII Congresso do PCC, realizado em 1982, já sob a direcção de Deng Xiaoping, o recrutamento de técnicos deixou de ser feito apenas com base na filiação partidária, passando a dar-se preferência a militantes qualificados, os chamados “engenheiros vermelhos”.

Após as alterações na agricultura a que Oliveira (2007: 64) chama “a Segunda Reforma Agrária”, os dirigentes da ala de Deng Xiaoping reintroduziram, a partir de 1983, o antigo princípio da responsabilidade familiar na economia rural. Este facto viria a ter consequências de vasto alcance que serão abordadas mais à frente.

- ***Um pouco atrás***

Um dos objectivos de Mao Zedong ao introduzir o chamado sistema do *hukou* foi impedir o êxodo dos camponeses para as zonas urbanas, onde o dirigente chinês, na linha do pensamento leninista, queria implantar o domínio do operariado industrial. Este sistema, que remonta ao século V a.C., foi implementado durante a República, sob a liderança de Sun Yat-Sen e, com maior eficácia e mais generalizadamente, na década de 1950, por Mao (Wang 2006: 2). O *hukou*, ao mesmo tempo que servia para estender o sistema de racionamento a nível nacional, dividiu e estratificou a sociedade chinesa em dois grupos: o dos residentes urbanos, portadores de caderneta não-agrícola, directamente sob a responsabilidade do Estado, que satisfazia não só as suas necessidades básicas como ainda concedia alguns luxos e facilidades; e os rurais, não sustentados pelo Estado, que deveriam manter-se nas áreas fixadas pelo *hukou* e dedicar-se à produção de cereais; este imenso grupo de pessoas dependia apenas dos poucos recursos das comunidades agrícolas auto-sustentadas e das sub-unidades colectivas (Zhou 2005: 7).

O *hukou*, tal como foi imposto por Mao, permitiu a uniformização desejada e foi aplicado em toda a extensão do território com eficácia e rigor.

¹³ Mao Zedong ou Mao Tsé-Tung (1893-1976): teórico marxista, político, revolucionário, poeta, soldado e governante comunista da República Popular da China.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Ainda hoje em vigor, a instituição do *hukou* cumpre várias funções: favorece de forma clara os chineses residentes em áreas urbanas no que diz respeito à atribuição de recursos, discriminando negativamente o resto da população, em particular os camponeses; é essencial na regulação das migrações internas, ou seja, domina a mobilidade da população; através do controlo rígido das deslocações, em especial das chamadas “pessoas sob suspeita” (*targeted people*), é um alicerce importante do regime de partido único do PCC, como afirma Wang (2005: 2). Na prática, o sistema prende o camponês a um local autorizado de residência, fora do qual lhe é vedado, bem como aos seus dependentes, o direito às senhas de racionamento, aos refeitórios comunitários, o acesso das crianças à escola, o direito a alistar-se o exército, e, acima de tudo, o direito ao trabalho permanente. Para além disso, dentro do *hukou* é mais fácil impôr a política do “filho único”; umas das consequências deste facto são as *black children* a que Zhou se refere¹⁴. Nas duas últimas décadas, as alterações produzidas pelas reformas económicas introduzidas obrigaram a uma maior mobilidade da população, em particular da população urbana, com consequências no sistema do *hukou*, que é hoje mais flexível e mais localizado. No entanto, o *hukou* ainda regula as migrações internas, cujas regras quase não se alteraram. Em relação às “pessoas sob suspeita”, o sistema não sofreu alterações significativas (2005: 3)¹⁵.

- ***De volta a Deng e a proletarização do campesinato***

As medidas implementadas pelos novos dirigentes chineses, em particular a devolução da responsabilidade familiar na economia agrária¹⁶, teve como consequência um acréscimo de produtividade agrícola, já que cada núcleo familiar procurava tirar o máximo rendimento das terras ao seu cuidado. Esta nova situação veio tornar excedentários milhões de camponeses, o «Exército de Deng», que começaram a tentar desligar-se da sua condição de agricultores.

Estes camponeses, sem ocupação na sequência destas reformas, começaram a tentar ganhar a vida de outras formas. Muitos estabeleceram-se como

¹⁴ Estas crianças, designadas por *black children*, não são em regra legitimadas, não gozam dos direitos básicos e não têm direito aos benefícios concedidos pelo estado. Não tendo identidade legal, vivem à margem da sociedade (Zhou 2005:1).

¹⁵ Também a propriedade privada da terra foi abolida por Mao no decurso da sua Reforma Agrária, situação que ainda se mantém (Oliveira 2007: 64).

¹⁶ O sistema da responsabilidade familiar foi introduzido no início da década de 1980 para incentivar os agricultores a aumentar a produção agrícola. Ver Yao, “Chinese Economic Reform, the WTO and FTA Negotiations”, 2006:2, Asia-Pacific Research and Training Network on Trade, <http://www.unescap.org/tid/artnet> Yao /; ver, também, Household Responsibility System—China, *Encyclopedia of Modern Asia*. Copyright © 2001-2006 by Macmillan Reference USA.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

pequenos empresários nos limites do respectivo *hukou*, formando as “empresas de distrito e vila” (EDV), onde davam emprego a outros agricultores desempregados. E se as condições de vida eram com frequência miseráveis, estes novos proletários estavam conscientes de que, para além de terem trabalho, existia uma imensa massa de gente que aguardava a primeira oportunidade para os substituir.

Esta 2ª Reforma Agrária teve ainda uma outra consequência. A economia planificada e massificada de Mao começou lentamente a reagir às leis do mercado. O aumento da procura de bens de consumo e de serviços por parte destes milhões de camponeses tornados operários veio dar origem à proliferação de milhares de micro e pequenas empresas (restaurantes, lavandarias, confecção de vestuário e calçado, entre outras), muitas das quais familiares, para satisfazer as novas e crescentes necessidades resultantes deste processo e impulsionou a construção civil em novas áreas habitacionais e comerciais (dando origem a empresas de transportes e recolha de lixo, por exemplo). O imenso número destas pequenas e activas empresas, que produziam para consumo interno mercadorias de baixo preço e fraca qualidade, levou à acumulação de excedentes de produção que começaram a ser exportados (Oliveira 2007: 64 e 65).

Em simultâneo, verificou-se, entre estes chineses *quasi* urbanos, um aumento significativo da percentagem de jovens com graus mais avançados de instrução.

- **A China dos finais do século XX**

Poderá sintetizar-se em duas fases o resultado da desconstrução da colectivização maoísta:

1ª Fase (1983-1988) – Durante este período, o aumento da produtividade agrícola alcançado na sequência das reformas de Deng permitiu obter ganhos que foram reinvestidos na região, originando as EDV. Na agricultura, por exemplo, a introdução de métodos mais aperfeiçoados de cultivo, drenagem e utilização de sementes de melhor qualidade permitiram, nos primeiros cinco anos da década de 1980, ganhos de produtividade de 60% na cultura do trigo e de 55% na do milho (Oliveira 2007: 65).

2ª Fase (a partir de 1990) – As EDV começam a expandir-se para além dos limites do *hukou*, em particular para as províncias de Guangdong e Fujian, onde as autoridades abriram quatro Zonas Económicas Especiais (ZEE)¹⁷, oferecendo

¹⁷ Zonas Económicas Especiais e Cidades Litorais Abertas. Quando decidiu iniciar a reforma do sistema Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

incentivos destinados a atrair empresários (e capitais) de Hong Kong, de Taiwan e do Sudeste Asiático, também eles interessados em aproveitar a imensa mão-de-obra barata para aumentar o volume das suas exportações de mercadorias de baixo valor acrescentado para o Ocidente.

Com a abertura das ZEE pretendia o Governo encontrar novas fórmulas de integração na economia global sem pôr em causa o regime socialista em vigor, aceite pela população e inculcado na sociedade. As ZEE deveriam também servir de “bancos de ensaio” económicos e sociais, onde os empresários chineses poderiam adquirir competências de gestão e absorver novas tecnologias já implantadas nos países desenvolvidos, continuando, de algum modo, protegidos contra aquilo que Oliveira (2007) designa por “poluição ideológica” (2007: 65-66) das sociedades capitalistas.

O Governo, na senda das reformas de Deng Xiaoping, tinha ainda um outro propósito – introduzir reformas de mais profundas consequências, em particular no campo da transferência de tecnologias. Nos finais da década de 1980, Zhao Ziyang, então Primeiro-Ministro, lançou a “estratégia do desenvolvimento costeiro” (Oliveira 2007, p. 66), que previa estender a toda a costa chinesa do Pacífico os incentivos permitidos às ZEE, de forma a captar o interesse dos grandes investidores internacionais.

Os acontecimentos na Praça de Tienanmen, a 4 de Junho de 1989, e as suas consequências – instabilidade política e social e forte censura internacional – impediram que esta estratégia surtisse os efeitos desejados provocando a retracção dos investidores. Mas não deverá ser esquecido que, como afirma Moreira, “a política internacional assenta em interesses...” (2008: 386).

Assim, não parece abusivo admitir que, não obstante protestos diplomáticos e públicas manifestações de desagrado, o país continuou a percorrer, sem grandes entraves, o caminho económico e político traçado.

económico nacional, em 1978, o governo chinês lançou, de forma planeada e gradual, uma política de abertura ao exterior. A partir de 1980, China criou zonas económicas especiais em Shenzhen, Zhuhai e Shantou, na província de Guangdong, e Xiamen, na província de Fujian, e fez de toda a província de Hainan uma zona económica especial. Em 1984, abriu 14 cidades do litoral ao investimento estrangeiro. No início de 1985, alargou as áreas litorais abertas, tornando ZEE o delta do lansequião, o Rio das Pérolas e outras regiões. As ZEE desempenham um papel duplo: desenvolvimento de uma economia virada para o estrangeiro, gerando entrada de divisas através da exportação de produtos e importação de tecnologia avançada e ainda de motores da aceleração do desenvolvimento económico do interior. A China tem mantido e aprofundado esta política. Ver “China in Brief”, <http://www.China.org.cn/e-China/openingup/sez>.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

2.2. A questão demográfica

"... jamais, em tempo algum, houve consequências felizes para um país de demografia enfraquecida."

(A. Sauvy, *in* Torres 1996: 19)

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2007/2008, a população chinesa – 1 313 milhões de pessoas –, deverá atingir 1 388 milhões em 2015. Em 2005, 40,4% do total da população vivia em zonas urbanas, o que representa um acréscimo de 23% em relação ao mesmo índice para 1975, prevendo-se que, em 2015, essa percentagem esteja muito perto de 50%. A tendência prevista para a evolução da população com menos de 15 anos em percentagem do total é negativa, de 21,6% para 18,5%, enquanto para a população com 65 anos e mais, a previsão é um aumento de 7,7% para 9,6% (RDH 2007/2008: 246). Estes números podem ser, em parte, explicados pela política do filho único, iniciada em 1979.

Em relação ao factor de produção trabalho, a China optou, em 1979, sob a direcção de Deng Xiaoping, pela política do “filho único”, uma medida temporária¹⁸, destinada a conter o crescimento da população pois, não obstante a industrialização nascente, o aumento da população não era acompanhado por uma evolução da economia compatível. Contudo, quando o nível da força de trabalho ultrapassa de forma significativa os restantes recursos do país, os factores de produção entram em desequilíbrio, resultando num excesso de mão-de-obra não utilizada que origina problemas sociais, como altas taxas de desemprego e, no país em estudo, redução dos benefícios no sector da saúde, educação e outros, concedidos pelo Governo às crianças (Head-Jones 2004:1). No entanto, a natalidade não se rege apenas por factores económicos: outras considerações, como a tradição, o número de mulheres em idade fértil, as convicções pessoais e/ou religiosas – que influenciam a utilização, ou não, de contraceptivos, a atitude perante a interrupção da gravidez e o valor atribuído ao nascimento de filhos –, e as expectativas de vida têm, neste assunto sensível, um peso significativo. Deve, no entanto, sublinhar-se que a política de controlo da natalidade se aplica quase só aos chineses de etnia Han¹⁹ residentes em

¹⁸ Embora apresentada como “medida temporária”, esta política mantém-se, quase 30 anos após a sua introdução (Rosenberg 2008:1).

¹⁹ As fontes consultadas referem-se consistentemente ao facto; ver, por exemplo, Hongbin e Junsen, “How Effective is the One-Child Policy in China?”, 2006:1, <http://www.icsead.or.jp/7publication/workingpaper>». Foi encontrada uma possível explicação em <http://www.littlemiracles.org/index>, “Some History about China and Adoption”, 2008:1: “a política do filho único encontrou forte resistência da parte dos grupos e etnias minoritárias, que a consideraram como uma tentativa de os eliminar. Por esse motivo, a política de controlo demográfico foi alterada de forma a permitir a todos os grupos populacionais, com excepção da etnia Han, ter dois filhos sem penalização. Em algumas regiões, onde as minorias são hoje a maioria, esta política não está sequer em vigor”.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

zonas urbanas. A população rural e as minorias não são em geral afectadas por esta política (Rosenberg 2008: 1-2).

As medidas implementadas nos anos de 1970 – incentivos económicos aos casais com um só filho, redução dos incentivos aos casais com mais filhos, informação permanente sobre o planeamento familiar, distribuição gratuita de contraceptivos – produziram os resultados desejados (o número de nascimentos por mulher desceu quase 50% entre 1970 e 1979), levando a que as medidas de controlo forçado da natalidade aplicadas a partir dos anos de 1990, muito mais gravosas e rígidas – pressão para realização de interrupções da gravidez, esterilização forçada, multas pesadas – fossem questionadas e criticadas, interna e externamente. Estas medidas levaram a que muitos casais com filhos registassem apenas um filho (quando era do sexo masculino), razão pela qual existem milhões de crianças não registadas na China.

Para muitos economistas, como é o caso do prémio Nobel W.A. Lewis, para o qual o crescimento económico "provoca a baixa da taxa de natalidade restaurando assim o equilíbrio que esta tinha inicialmente destruído" (*in* Torres 1996: 17), a população chinesa, à semelhança do que se verifica em países mais desenvolvidos, diminuiria naturalmente à medida que a industrialização e o desenvolvimento se disseminassem por todo o país, com o decréscimo da população agrária e o aumento da população urbana. No entanto, parece razoável admitir que sem alguma forma de controlo demográfico, o crescimento populacional da China viria a originar um aumento da força de trabalho que a economia não tinha capacidade de absorver, com as graves consequências que daí adviriam.

No entanto, “por volta de 1992, a taxa de natalidade já não era suficiente para permitir a substituição de gerações” (Head-Jones 2004:2). Actualmente, a taxa média de fertilidade da China é de 1,8, superior à da Alemanha (1,4) mas inferior, por exemplo, à dos EUA (2,1), que é a taxa que permite a substituição de gerações (Rosenberg 2008: 2).

Mais recentemente, o país voltou a utilizar políticas mais brandas como forma principal de controlar o problema demográfico²⁰, permitindo em alguns casos a casais com posses candidatar-se a ter mais filhos, contra pagamento de multas. Para além disso, a Lei de Planeamento Familiar de 2001 contempla numerosos métodos de controlo da natalidade sem recurso a medidas excessivamente rigorosas.

²⁰ O sismo que abalou a região de Sichuan em 2008, provocando a destruição de grande número de escolas, levou o governo a anunciar a flexibilização, mesmo que parcial e temporária, da “política do filho único”, pois milhares de casais perderam nesse desastre o seu único filho. <http://www.iol.pt/internacional/sismo-China>, acedido a 30 de Julho de 2008.

No entanto, algumas das consequências desta política começam já a fazer-se sentir. Aliada à secular preferência asiática pelos filhos varões – as crianças do sexo feminino são consideradas uma menos-valia, pois é preciso casá-las e providenciar o seu dote²¹ –, as medidas tomadas estão a causar um grave desequilíbrio entre o número de jovens do sexo masculino e do sexo feminino, prevendo-se que dentro em pouco não haja mulheres suficientes para permitir a formação de casais. Por outro lado, dada a melhoria das condições sanitárias e de cuidados médicos, o número de idosos tende a aumentar, enquanto desde 1979 o número de nascimentos tem vindo a diminuir. Estima-se que por volta de 2050 cerca de 1/3 da população terá mais de 60 anos, o triplo da percentagem actual. Com uma segurança social quase inexistente e poucas pensões de reforma, os filhos únicos chineses vão ter que sustentar, provavelmente, as duas gerações anteriores²².

Assim, se bem que o crescimento populacional esteja sob controlo, a China não pode permitir-se liberalizar a sua política, já que nenhum país, desenvolvido ou em desenvolvimento, consegue suportar por muito tempo sem consequências graves um excesso populacional se os outros dois factores de produção, terra e capital, não tiverem uma evolução compatível. O Governo chinês, aliás, já anunciou que a política seguida até agora vai continuar em vigor ao longo do plano quinquenal 2006-2010.

Estimam alguns analistas que a população chinesa atinja o seu pico por volta de 2030, começando depois a decrescer lentamente. Assim, parece razoável admitir que a questão demográfica não é um problema com solução a curto ou médio prazo e as autoridades estão conscientes que é preciso alimentar diariamente mais de mil milhões de pessoas e criar cerca de 10 000 novos empregos por ano (Oliveira 2007: 62).

2.2.1. Emprego, rendimentos e desigualdades

Entre 1996 e 2005, o total de desempregados (desempregados e trabalhadores do sector informal) era de 8 390 mil pessoas, representando uma percentagem de 4,4% da população activa. Nesse período, o número de pessoas com emprego era de 737 400 mil, assim divididas por sector de actividade económica: 44% na agricultura, 18% na indústria e 16% no sector dos serviços. Dados os diferentes

²¹ Durante séculos, muitos bebés do sexo feminino eram mortos à nascença ou abandonados. Hoje, a tecnologia permite saber antes do parto o sexo dos bebés, levando a que muitas mães façam abortos quando esperam uma menina. Na Índia, existem diversas organizações que pugnam pelo direito à vida dos bebés do sexo feminino.

²² *National Geographic Magazine*, Maio 2008:98.

níveis de rendimentos (salários e ordenados) nos três sectores, os elementos a seguir apresentados evidenciam a profunda disparidade de poder económico na sociedade chinesa: a 20% da população mais pobre corresponde uma parcela de rendimento ou consumo de 4,3% do rendimento total, enquanto os 20% mais ricos detêm 51,9% daquele rendimento²³.

As mais patentes desigualdades de rendimentos, que têm vindo a agravar-se nos últimos anos, verificam-se entre o campo e a cidade. Sobre este tema, Wang Xiaolu, director-adjunto do *National Economic Research Institute*, tutelado pelo *China Reform Foundation*, sublinhou que as políticas definidas pelo Governo mostravam o esforço feito para reduzir o fosso cada vez maior entre o nível de vida dos camponeses e o dos residentes em zonas urbanas, acrescentando: “Se é verdade que as reformas do mercado resultaram num espectacular crescimento económico no país mais populoso do Mundo [...] a disparidade de rendimentos entre os 800 milhões de camponeses e os cada vez mais prósperos habitantes das cidades tem vindo a acentuar-se, ameaçando a estabilidade social²⁴”.

A desigualdade entre os mais ricos e a restante população como mencionado anteriormente, é também muito evidente. A China tem 66 bilionários e 440 000 milionários, encontrando-se, neste ponto, em quinto lugar na lista dos países do mundo com mais pessoas ricas, à frente da França e da Alemanha. Do outro lado, mais de 300 milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia. Com um coeficiente de Gini²⁵ de 0,46, ao nível do Zimbabué (Domenach 2008: 40), a sociedade chinesa surge como uma das menos igualitárias do Mundo.

Steven Dunaway, director-adjunto do FMI para a zona Ásia-Pacífico, reconhece que a China conseguiu criar um grande número de empregos, "mas não tantos como seria de esperar face aos investimentos realizados". Segundo Dunaway, os bancos chineses continuam a preferir emprestar às empresas do Estado e às indústrias pesadas, sempre ávidas de capital, pelo que muito pouco vai para as pequenas e médias empresas. São estas, afirma Dunaway, que poderão constituir o motor de crescimento da economia para um consumo sustentado, dado que o seu imenso mercado interno pode vir a compensar, se necessário, a dependência das exportações que actualmente se verifica na RPC²⁶.

²³ RDH 2007/2008: 301 e 284: Os dados indicados na p. 301 referem-se ao ano mais recente do período estudado (2005).

²⁴ Ainda conforme Xiaolu, “o rendimento *per capita* em zonas urbanas é hoje mais do triplo do rendimento *per capita* em zonas rurais, a maior diferença verificada desde que a China iniciou a sua política de abertura ao exterior e as reformas económicas, há 30 anos, de acordo com as estatísticas mais recentes.” People’s Daily Online, acedido a 13 de Outubro de 2008.

²⁵ Um coeficiente de Gini de 0,42 corresponde na prática, ao máximo da desigualdade numa sociedade.

²⁶ <http://dn.sapo.pt/2007/01/30/economia/eximbank>.

No entanto, é necessário sublinhar que, nos últimos 25 anos, a China conseguiu tirar 400 milhões de pessoas da situação de pobreza extrema em que viviam, o que lhe confere uma experiência notável neste domínio²⁷.

2.3. A agricultura – problemas levantados pela industrialização

“A China contemporânea é uma ilha. Embora não esteja rodeada por água, que faz de fronteira apenas no flanco oriental [...] está delimitada por terrenos difíceis de atravessar [,,] Para compreender [...] é preciso começar por visualizar as montanhas, a selva e os desertos que a envolvem. Esta concha exterior contém e protege a China (Mauldin 2008: 4)”.

Internamente, o país pode dividir-se em duas grandes partes: a região interior, Han, e as regiões-tampão (o Tibete, a província de Xinjiang, origem dos Uígures, muçulmanos, a Mongólia Interior e a Manchúria) não pertencentes à etnia Han, que constituem a sua protecção contra eventuais agressões de países vizinhos. A zona interior está delimitada pelos rios Huang He (Rio Amarelo), a norte, pelo Chang Jiang (Iansequião), a sul, e ainda pelo Zhu Jiang (Rio das Pérolas), também a sul, com o seu imenso delta e enorme densidade populacional.

A vasta maioria das áreas cultiváveis da China situa-se na zona interior, e a questão que se coloca com maior premência é o facto de essa extensa região oferecer apenas cerca de um terço de terra arável *per capita* quando comparada com a área cultivável *per capita* do resto do mundo. Este facto coloca uma forte pressão sobre o país e foi essencial na definição da história da China moderna (2008: 5) no que diz respeito à população rural, cuja sobrevivência está limitada por essas áreas no que concerne à produção de excedentes alimentares, para armazenamento ou exportação e no que se refere à forma de ultrapassar essa limitação.

Depois da reforma agrária introduzida por Deng Xiaoping e pelos seus sucessores, e a par da crescente industrialização, uma grande percentagem da população agrária trocou o campo pelas zonas urbanas, situação que tem vindo a prolongar-se no tempo. A sociedade essencialmente rural que caracterizava a China sofreu uma profunda ruptura, agravada pelas disparidades de rendimento entre o campo e a cidade.

A política agrícola implementada pela China foi, durante algumas décadas, principalmente dirigida para o aumento da produção cerealífera, de modo a conseguir a auto-suficiência nesta área; o resultado foi a acumulação de excedentes nos

²⁷ Relatório sobre a política de China e o seu impacto em África, Parlamento Europeu (2008:7). Segundo dados do Banco Mundial, desde 1970 saíram da situação de pobreza extrema 300 milhões de pessoa (9).

campos e nos stocks do Governo. Mas, a partir de 1999, começou a verificar-se uma sensível diminuição na produção que, aliada a alterações políticas, parece ter sido a causa de uma significativa redução dos stocks.

Em 2000, a FAO (*Food and Agriculture Organization*, Organização para Alimentação e Agricultura) concluiu, face à grave quebra dos stocks de cereais de que, apesar de tudo, não resultou uma situação de ruptura, que a única explicação seria a hipótese de o volume real dos cereais armazenados ser muito maior do que o valor fornecido pelas estatísticas chinesas.

Em anos mais recentes, a China tem sido a causa mais importante do constante declínio dos stocks mundiais de cereais. No caso da redução global de stocks de 220 milhões de toneladas entre 1990 e 2003 calculada pela FAO/GIEWS²⁸, esta organização considera o país responsável por cerca de 80% dessa quebra. Acresce que, nos últimos anos, têm surgido interrogações a respeito das estatísticas fornecidas pelas agências oficiais chinesas, o que, tratando-se do país mais populoso do Mundo, e até agora exportador líquido de cereais, levanta algumas preocupações acerca da segurança alimentar chinesa e mundial.

Um estudo de 2004 do Departamento para o Desenvolvimento Social e Económico da FAO traz à discussão algumas questões sérias sobre o problema da produção de cereais na China. Este estudo, baseado em elementos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística chinês e em dados não oficiais²⁹, levanta dúvidas sobre os stocks reais armazenados nas Reservas Especiais de Cereais do Estado, criadas em 1990, nos stocks governamentais locais e ainda nos stocks «comerciais» detidos por empresas estatais.

A situação permite também a formulação de perguntas para as quais não foram ainda encontradas respostas, nomeadamente:

- Verifica-se de facto uma redução drástica dos stocks ou trata-se apenas de um «truque» estatístico? E se as reservas estão realmente a diminuir tão depressa, por quanto tempo pode a situação manter-se sem provocar uma grave crise alimentar mundial? Quais serão as consequências para a China e para os mercados mundiais? Terá o país reservas em quantidade suficiente para enfrentar, em caso de emergência, uma redução imprevista da sua produção a curto ou médio prazo?

²⁸ *Food and Agriculture Organization/Global Information and Early Warning System – on food and agriculture*. O GIEWS é um programa da FAO, uma instituição especializada da Organização das Nações Unidas.

²⁹ O estudo procura comparar os stocks e o consumo calculados pela FAO/GIEWS e os stocks e o consumo reais.

Dependendo dos valores reais dos stocks, das colheitas dos próximos anos e das políticas implementadas, a China poderá vir a tornar-se um importador líquido de cereais, mesmo no que se refere ao trigo, de que é hoje exportador.

A industrialização do país, acompanhada pela construção de grandes obras públicas (entre elas estradas, vias férreas, barragens – como a Barragem das Três Gargantas –, e outras infraestruturas), o número impressionante de automóveis nas estradas³⁰ e a desertificação crescente tiveram como consequência uma significativa diminuição das já limitadas áreas cultiváveis; a somar a estes factores, o êxodo dos camponeses para as zonas urbanas ajuda também explicar a quebra abrupta da produção de cereais e a redução drástica dos stocks estimada pela FAO. Em 1990, 27% das exportações chinesas de mercadorias correspondiam a produtos primários que incluíam produtos em bruto para a agricultura e alimentos. Em 2005, essa percentagem diminuía para 8% (RDH 2007/2008: 288).

2.4. A estrutura do comércio externo chinês e a sua evolução nos últimos anos

Entre 1990 e 2005, as importações de bens e serviços na China aumentaram, em percentagem do PIB, de 16% para 32%, ou seja, duplicaram; as exportações (também em percentagem do PIB) variaram, no mesmo período, de 19% para 37%, ou seja, quase o dobro. Vale a pena analisar a evolução das parcelas principais em que as exportações se decompõem. Assim, a variação das exportações de produtos primários foi negativa, de 27% para 8% do PIB; nos produtos manufacturados, o aumento foi de 20% (de 72% para 92%), enquanto as exportações de produtos de alta tecnologia reflectem um aumento de 6% para 30,6% (RDH 2007/2008: 288).

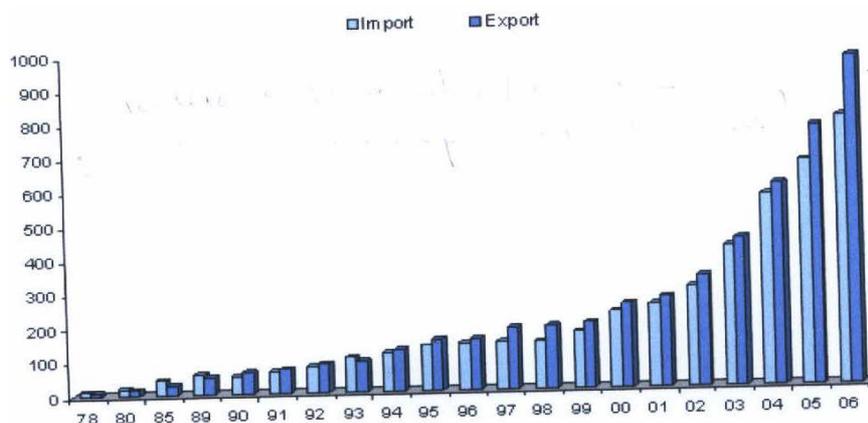
Os elementos que se apresentam a seguir procuram transmitir uma perspectiva mais aproximada sobre a evolução do comércio internacional da China nos últimos anos. Em 2005, a China tinha exportado bens e serviços no valor de 762 mil milhões de US dólares (o que representou um acréscimo de cerca de 67% desde 2000). Entre as razões que justificam este valor estão a competitividade das suas exportações, baseada, principalmente, nos baixos custos de mão-de-obra e na taxa de câmbio do *renminbi*, e o esforço feito pelo país para aumentar as suas quotas de mercado. Para além disso, a forma como a China utilizou os importantes volumes de

³⁰ Prevê-se que a partir de 2010 sejam lançados no mercado interno cerca de 10 milhões de automóveis por ano (Holslag 2007: 8).

Investimento Directo Estrangeiro (IDE) que, em 2006, eram de cerca de 69,5 mil milhões de US dólares, teve como resultado um forte aumento da produção para exportação. Para esta situação contribuíram ainda o grande número de parcerias, *joint ventures* e a entrada de empresas privadas estrangeiras em território chinês, em particular nos parques de ciência e nas ZEE.

Também em referência ao ano de 2005, as importações da China totalizaram 660 mil milhões de US dólares (um aumento de 66% desde 2000). Para este valor concorreu em grande parte a melhoria do nível de vida, em particular nas zonas urbanas costeiras, melhoria que incentiva o consumo de bens e serviços importados. Também são causas do aumento das importações o aumento de preços nos mercados internacionais e a redução das tarifas aduaneiras à entrada de importações.

Gráfico 1 – Tendência de exportações e importações (1978-2006), China



Fonte: Starmass International

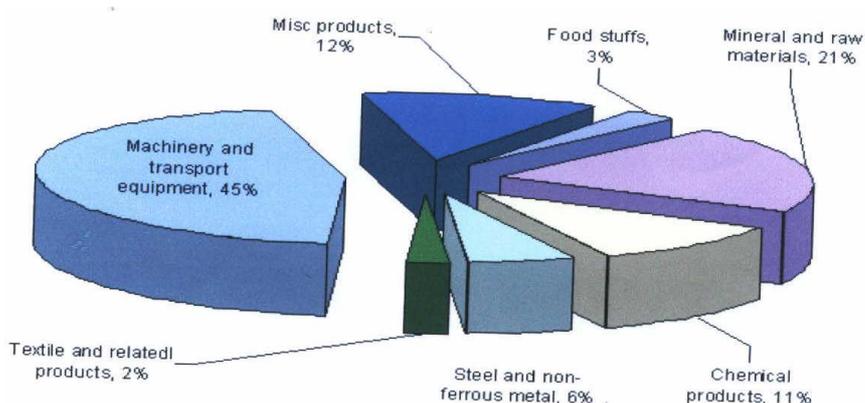
Como mostra o gráfico 1, apresentado em cima, desde a década de 1990 a China tem vindo a apresentar um superávite confortável com os seus parceiros comerciais. Este superávite aumentou cerca de 500%, de 16,7 mil milhões de US dólares em 1995 para 101,8 mil milhões de US dólares em 2005³¹.

Para controlar a inflação resultante do aumento de liquidez nos circuitos monetários internos, o banco central chinês tem vindo a proceder à venda de obrigações, levando a um aumento sem precedentes das reservas em moeda estrangeira (RDH 2007/2008: 288).

³¹ Organisation for Economic Co-operation and Development, PRC General Administration of Customs, China's Customs Statistics.

No que diz respeito às importações, a China tem feito esforços no sentido de liberalizar o comércio, reduzindo, como se disse, as tarifas alfandegárias e procedendo, embora num valor muito inferior ao desejado pelos países importadores, a uma revalorização do *renminbi*, há muito exigida e esperada pelos mercados internacionais.

Gráfico 2 – Importações da China, 2006



Fonte: Starmass International

O gráfico em cima³², relativo ao ano de 2006, mostra a importância dada pela China à indústria (em particular indústria pesada e equipamento de transportes). O volume de importação destes bens totalizou, nesse ano, cerca de 357 mil milhões de US dólares. Seguem-se, por ordem de grandeza, as importações de minérios e matérias-primas, produtos químicos, ferro e metais não-ferrosos, bens alimentares, têxteis e produtos relacionados, essenciais para que as empresas chinesas disponham das matérias-primas exigidas pelas grandes empreitadas de construção civil, pelo «apetite» da população por bens e serviços de elevada tecnologia (electrodomésticos e outro equipamento) e pelas indústrias de produção de automóveis, aviões, comboios.

2.5. De que precisa a China para um crescimento económico sustentado?

A China ocupa o 81º lugar, num conjunto de 177 países, na tabela do Índice de Desenvolvimento Humano, com um PIB *per capita* de 6757 US dólares (em dólares PPC), reportado a 2005 (RDH 2007/2008: 232).

³² Starmass International, <http://www.starmass.com/en/economy>.

O país continua a estimular a produção de bens de baixo valor acrescentado, produzidos pelos migrantes rurais – novos operários mal remunerados –, que exporta para todo o mundo a preços que concorrem, com êxito, com os artigos produzidos nos países de destino.

No entanto, a partir de 1990, a economia chinesa começou a adquirir novas características, a que os autores de um estudo sino-francês de Maio-Junho de 2003 (Oliveira 2007: 66) chamam «economia a dois tempos», ou «a duas velocidades». De facto, surgem pólos de produção de bens de grande qualidade e elevada tecnologia baseados e em redor das ZEE, de que a Região do Delta do Rio das Pérolas (Macau e Hong Kong situam-se junto da foz do Rio das Pérolas) é um exemplo significativo, sendo por isso frequentemente designada como a «oficina do Mundo». Aumenta o número de trabalhadores cada vez mais especializados e seleccionados, com elevado grau de formação e instrução, e a China começa a fazer o seu caminho para se tornar um parceiro importante no contexto da economia global. Dos EUA, da União Europeia (UE), do Japão e de outros pontos do Mundo afluem capitais para investir no país, atraídos não só pelos incentivos oferecidos pelas ZEE e, mais recentemente, pelos municípios, entre os quais deve salientar-se a Municipalidade Autónoma de Chongqing (MAC) mas também, e com forte peso, pelo baixo custo e elevada produtividade da mão-de-obra chinesa.

Os dados apresentados em relação ao aumento das exportações, tanto de mercadorias de baixo valor acrescentado como de produtos de elevada tecnologia, revelam o sucesso deste segundo «Grande Salto em Frente», conseguido em muito pouco tempo, graças à política de abertura bem estruturada e atentamente acompanhada pelas autoridades chinesas.

Um dos sectores que nos últimos anos tem conhecido maior aumento da capacidade de produção é o sector automóvel. Ainda há relativamente pouco tempo a indústria automóvel chinesa produzia possivelmente menos automóveis do que qualquer das grandes empresas ocidentais mas, nos últimos anos, a situação alterou-se drasticamente. Empresas como a Geely, a Chery e a Changfeng, entre outras, estão a expandir a sua capacidade de produção e a introduzir o *design* de novos modelos.

Entre empresas chinesas e ocidentais em *joint-venture* com parceiros chineses, a China possui hoje quase tantas fábricas de automóveis como os EUA, o Japão e a Europa em conjunto. Empresas estrangeiras localizadas em solo chinês, como a Honda e a Volkswagen, competem com as nacionais, e exportam ou preparam-se para exportar para a Europa automóveis produzidos na China.

Assim, um dos objectivos do Governo incluídos no 11º Plano Quinquenal consiste em tornar a China num competidor global no sector automóvel.

Mas não é apenas em relação às exportações que a indústria automóvel chinesa está em expansão. Em 2006, a China tornou-se o 2º maior mercado mundial de automóveis – o total de veículos vendidos em 2005 foi de 7,2 milhões de unidades – ultrapassando o Japão. Só em Beijing verificaram-se 22 000 registos de automóveis novos nos primeiros 18 dias daquele ano.

Desta situação, para além das graves consequências a nível de poluição e de trânsito, sabendo-se que só uma pequena fracção da população possui automóvel³³, resulta ainda outro importante aspecto: a necessidade de combustível.

Segundo o Dr. Feng Fei, economista do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Conselho de Estado da RPC, a produção automóvel na China, que era, em 2004, de 5,07 milhões de unidades (em 4ª posição entre os maiores fabricantes de automóveis, logo depois dos Estados Unidos, Japão e Alemanha), deverá aumentar, em 2010, para um volume entre 9,6 e 10 milhões e, em 2020, para 14 a 15 milhões de unidades³⁴. Ainda segundo este economista, por essa altura o país será o primeiro consumidor e produtor mundial de automóveis. O valor acrescentado produzido pelo sector automóvel aumentará de 2 a 2,3% do PIB nacional em relação aos 1,6% em 2004. No entanto, refere Feng, o sector automóvel enfrenta ainda três grandes problemas: a falta de concorrência e coordenação no mercado interno, que enfraquece a competitividade de toda a indústria, a falta de inovação e o excesso de dependência das importações de petróleo. Esta dependência não se limita ao petróleo, mas a todas as outras formas de energia, de que a China precisa para a indústria, bem-estar da população e sustentabilidade da economia.

Do que atrás se referiu, parece poder deduzir-se que a aposta na garantia de fontes de energia, na tecnologia e no desenvolvimento do interior são factores essenciais para que a China consiga sustentar o seu crescimento.

• Energia

A produção total de energia primária (TPES) somou, em 1990, 863.2 milhões de toneladas de petróleo equivalentes; em 2005, este indicador totalizou 1 717 2 milhões. O Quadro 1 mostra um acréscimo de produção de todas as formas de

³³ Ver “China’s Emerging Car Industry”, Economy, 2007, www.businessweek.com/globalbiz.

³⁴ Departamento Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China em Portugal (3/11/2005).

energia primária (TPES), sendo significativo o aumento da produção de petróleo e o decréscimo da produção da biomassa e desperdício. Verifica-se ainda que o país continua a utilizar carvão fóssil, um combustível altamente poluente, e que no período assinalado no quadro se tornou produtor de energia nuclear.

Quadro 1 – Parcela da produção total de energia primária, China (1990-2005)

Combustíveis fósseis						Energias renováveis				Outras	
Carvão (%)		Petróleo (%)		Gás natural (%)		Hidr., solar, eólica, geotermal (%)		Biomassa e desperdício (%)		Nuclear (%)	
1990	2005	1990	2005	1990	2005	1990	2005	1990	2005	1990	2005
61,2	63,3	12,8	18,5	1,5	2,3	1,3	2	23,2	13	0	0,8

Fonte: RDH 2007/2008: 309.

A China, o maior consumidor mundial de petróleo a seguir aos EUA, consumiu 318 milhões de toneladas de crude em 2005, tendo importado 42,9 % deste total³⁵.

Em 2020, as importações de petróleo atingirão 250 ou 270 milhões de toneladas (correspondendo a 56-60% do abastecimento total), enquanto a produção interna deverá situar-se entre 180 a 200 milhões de toneladas³⁶.

De acordo com dados apresentados pela revista *National Geographic Magazine*, no seu número de Maio de 2008, intitulado “China, Inside the Dragon”, em 1996 a China importava cerca de 165,9 milhões de barris de petróleo por ano, tendo a Indonésia, Omã, o Líbano e o Irão como principais fornecedores. Em 2006, estes valores aumentaram, drasticamente, para 1 064,6 milhões de barris por ano, e os principais fornecedores passaram a ser, a seguir aos países do Médio Oriente (44,2% do total), os países africanos (29,2% do total), com Angola a destacar-se (172 milhões de barris/ano) a grande distância dos outros fornecedores africanos³⁷.

O aumento de importação de gás natural testemunha o número cada vez maior de pessoas a instalar-se em zonas urbanas, o que origina alterações no padrão tradicional de consumo (aquecimento, ar condicionado, electrodomésticos).

- **Tecnologia**

Os chamados «investimentos da terceira onda», já resultado da política iniciada por Deng Xiaoping e continuada pelos seus sucessores, têm características

³⁵ Agência Lusa, editado por AD, Março, 2006.

³⁶ Agência Lusa, editado por AD, Março, 2006.

³⁷ *National Geographic Magazine*, Maio 2008, pp. 172-173.

específicas, diferindo dos anteriores no sentido em que não têm como prioridade a produção de mercadorias de fraca qualidade e baixos custos para re-exportação.

A política de apoio do Governo às empresas nacionais que se instalam no estrangeiro (deduções fiscais, por exemplo), é bastante visível, nomeadamente no que respeita aos capitais necessários para a aquisição de participações em empresas produtoras de matérias-primas, para transferência de tecnologia de ponta ou outro tipo de *know-how* que a RPC considere essenciais para manter o seu ritmo de crescimento. Esta ajuda dá muitas vezes às empresas chinesas vantagens comparativas significativas em relação aos seus concorrentes dos países ocidentais, em especial no caso de concursos para grandes empreitadas de obras públicas de construção ou reabilitação de infra-estruturas (Magalhães Ferreira, 2008: 3). Beijing apoia as suas empresas no exterior através de diversas instituições, entre as quais se salienta o EximBank (*Export and Import Bank of China*), financiado a 100% pelo Governo central; uma das atribuições do Eximbank é exactamente conceder às empresas chinesas o *cash flow* de que necessitam para se implantar ou expandir a sua presença no estrangeiro (Holslag 2007: 8, 11).

Um dos objectivos do Governo chinês consiste em aumentar as exportações de produtos de elevada tecnologia nas próximas duas ou três décadas³⁸; para poder concorrer com os mesmos tipos de bens produzidos no Ocidente, a China precisa que esses produtos incorporem uma muito maior percentagem de valor acrescentado do que a actual. Com esse fim, foram criados no país, desde 1988, ao abrigo do programa *Torch*, 53 parques de ciência. Na verdade, estes parques são verdadeiras bases subsidiadas de sucursais de empresas transnacionais dirigidas ao sector de tecnologias de ponta, onde as associadas chinesas adquirem conhecimentos que irão depois pôr em prática (Holslag 2007: 68-70).

Neste momento estão já implantadas na RPC centenas de sucursais de empresas transnacionais, que deslocalizaram as suas fábricas da Europa e dos Estados Unidos para a China (e Índia), e pretendem, para além de fornecer os seus mercados tradicionais, introduzir-se no imenso mercado de consumo local. Em Janeiro de 2006 estavam já instaladas cerca de 400 empresas, com os seus centros de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de produção, principalmente na região de Xangai, no Delta do Iansequião (Oliveira 2007: 67). Estas empresas têm sido uma fonte quase inesgotável de investimento directo estrangeiro, investimento que a China

³⁸ Sobre este tema, o primeiro-ministro, Hu Jintao, declarou, durante o XI Programa Quinquenal, aprovado em Março de 2006, que “a China deve tomar medidas substantivas para se empenhar na melhoria da qualidade e eficiência do crescimento económico em vez de procurar apenas crescer rapidamente...” (Holslag 2007: 7).

utiliza até conseguir obter o *know how* e a tecnologia que permitam às empresas nacionais produzir os mesmos bens; a partir desse momento, esses sócios deixarão de ser necessários. Na década de 1990, muitas foram as *joint-ventures* de empresas ocidentais com parceiros chineses que tiveram resultados desastrosos – para os ocidentais. Apesar disso, e são numerosos os exemplos de insucesso, poucas são as empresas europeias, americanas ou japonesas que resistem à tentação de ocupar uma parcela do mercado interno chinês (Wolton 2008: 60 e seguintes).

Quando os têxteis fabricados na China começaram a «inundar» os mercados ocidentais, originando violentos protestos das empresas europeias e americanas, os Estados Unidos, no início de 2005, logo seguidos pela União Europeia, decidiram introduzir quotas à importação de determinados produtos de vestuário chineses, contrariando as regras acordadas com a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a abertura de fronteiras, que deveriam entrar em vigor no início desse mesmo ano. Os chineses, pela voz do primeiro-ministro, Wen Jiabao, reagiram com dureza formal, mas negociaram com Peter Mandelson, comissário da UE para o comércio, aceitando auto-limitar as suas exportações têxteis durante um número limitado de anos.

O resultado deste processo tornou evidente que uma percentagem substancial, cerca de 60%, das exportações de têxteis produzidos na China era fabricada por encomendas de multinacionais americanas, japonesas e europeias: em vários portos europeus começaram a acumular-se navios com contentores cheios de têxteis, já que as quotas acordadas tinham sido alcançadas. O prejuízo para as mencionadas multinacionais foi imenso e diversas empresas chinesas deslocalizaram-se para a Índia, Vietname, Bangladesh e Cambodja, países a quem a UE não impusera restrições (Rampini 2007: 108-111).

- **Expansão do crescimento para o interior**

Quando os pólos de desenvolvimento da orla costeira começaram a atingir o ponto de saturação, o Governo decidiu expandir o crescimento para o interior onde, por questões de segurança, se encontravam já instaladas, desde o tempo da revolução maoísta, as indústrias consideradas estratégicas. Uma das áreas escolhidas, a região de Chongqing (província de Sichuan), no curso médio do lansequião, foi convertida em municipalidade autónoma (MAC). Quando a construção

das barragens das Três Gargantas³⁹ terminar, o que se prevê aconteça por volta de 2009/2010, o rio lansequião poderá ser percorrido por navios de porte oceânico desde a foz, perto de Xangai, até Chongqing, permitindo uma aceleração do desenvolvimento económico para o interior.

Caberá ainda à MAC tornar-se um nodo principal da rede de transportes rodoviário e ferroviário da China continental. Em menos de 15 anos, a rede rodoviária chinesa chegou aos 35 mil km de extensão, prevendo-se que atinja os 70 mil km nos próximos 20 anos (Oliveira 2007: 71). De igual modo, a rede ferroviária, dotada de um investimento anual de mil milhões de US dólares, tem-se desenvolvido a um ritmo impressionante; à data da realização deste trabalho estava quase concluída a única linha férrea para o Tibete, desde Golmud (província de Quinghai, no nordeste do planalto tibetano) até Lhasa, a capital do Tibete. Em várias secções da rede a tecnologia utilizada é muito recente, existindo mesmo troços de deslizamento por levitação magnética (Maglev), uma tecnologia desenvolvida na Alemanha mas até há pouco tempo só ali implementada.

Para cumprir estes objectivos ambiciosos, a China precisa de importar grande número e grande quantidade de matérias-primas, para além do petróleo (entre 1995 e 2005 quintuplicou o volume das suas importações de petróleo), como minério de ferro (um aumento de 570% no mesmo período), cobre (738%), cobalto (4145%) e alumínio, (2247%) e outros metais raros.

Quadro 2 – Importação de matérias-primas (1000 ton.) (1995-2005), China

	1995	2000	2005
Alumínio	92	404	2 166
Cobalto	5	16	199
Cobre	484	1 813	4 060
Minério de Ferro	41 154	6 997	275 229
Manganês	1 290	120	4 578
Nióbio	132	169	561
Borracha	321	851	1 406
Algodão	741	830	2 567

Fonte: *Chinese Resources and energy policy in sub-saharan Africa, 2007: 7* (Parlamento Europeu).

*Tabela preparada pela autora, com base no documento citado em fonte.

³⁹ O reservatório da Barragem das Três Gargantas deverá inundar uma área de 623 km², obrigando ao realojamento de cerca de 1,2 milhões de pessoas; as 26 turbinas deverão produzir 18,2 milhões de kilowatts, cerca de 1/9 da produção total da China – <http://www.cnn.com>. Esta monumental obra faz nascer fundas preocupações acerca das suas consequências. Recentemente, as autoridades chinesas têm vindo a reconhecer que o projecto pode originar inúmeros e graves problemas, agora e no futuro, como deslizamentos de terras e cheias nos tributários do rio, de que resultarão alterações em todo o ecossistema e outros prejuízos ambientais – menor volume pluviométrico, mais e maiores períodos de seca e aumento da probabilidade de ocorrência de doença que, por extensão, poderão pôr em perigo a vida de milhões de pessoas – <http://www.sciam.com/article>. Os dois sites foram consultados em 26 de Março de 2009.

Também no que se refere a matérias-primas orgânicas, como madeira, de acordo com a FAO, as importações chinesas de toros não processados aumentaram, entre 1996 e 2005, de 7,2 milhões de m³ para 34,4 milhões de m³ (Holslag 2007: 7).

2.6. Quanto custa ser a «oficina do Mundo»

A China tem três imperativos geopolíticos, a saber: manter a unidade interna das regiões chinesas Han, manter o controlo das regiões-tampão e proteger a região costeira da intromissão estrangeira.

Um dos grandes problemas económicos do país, resultante da questão geopolítica, é o facto de ser uma economia orientada para as exportações, o que a coloca – por muito elevada que seja a sua reserva de divisas, por muito avançada que seja a sua tecnologia e por muito barata que seja a sua mão-de-obra – numa posição de dependência face ao resto do mundo.

Os outros países importam produtos chineses principalmente porque são baratos, em regra devido ao diferencial de salários da mão-de-obra. Se perder esta vantagem frente ao resto do mundo, a China perde competitividade, o que se reflectiria seguramente nos volumes exportados. Nestes últimos anos, com o aumento dramático dos preços da energia (hidrocarbonetos, principalmente) nos mercados mundiais, os custos de produção aumentaram na China tal como noutros países, pelo que a importância relativa do diferencial de salários diminuiu. Pode suceder que, dependendo das circunstâncias do comércio mundial, os parceiros comerciais considerem não valer a pena importar produtos chineses se tiverem como custo o encerramento das suas próprias indústrias, como tem acontecido na última década. A gravidade deste problema para a China é que nada disto está sob seu controlo. Pode, é certo, controlar os salários impondo tectos salariais, mas corre o risco de provocar instabilidade interna. Ser a “oficina do mundo” implica dependência do facto de o mundo querer importar os seus produtos.

Caso um declínio da economia mundial afecte seriamente as exportações chinesas⁴⁰, o país ver-se-à confrontado com uma região interior onde vivem cerca de 900 milhões de pessoas, na sua maioria pobres, e uma região costeira, mais rica, a braços com um decréscimo dos seus rendimentos (Mauldin 2008: 14).

O crescimento sustentado do país tem, além dos riscos acima mencionados, custos económicos, sociais e ambientais, de que se apresentam alguns exemplos:

⁴⁰ Como parece o caso desde finais de 2008.

- 85% da Zona Económica Ecológica da MAC situam-se em redor da barragem das Três Gargantas e a construção obrigou à deslocação de milhões de pessoas. A última cidade da área, Gaoyang, foi já evacuada para permitir a elevação do nível da água do lago da barragem até à sua altura máxima (175 m).
- Por cada 2 milhões de novos automóveis em circulação, segundo diversas organizações ambientais, existe um potencial desaparecimento de 40 mil hectares de terra cultivável.
- Entre 1996 e 2003 foram utilizados para empreendimentos industriais e comerciais cerca de 6,7 milhões de hectares de terra arável, com o consequente desalojamento de milhões de agricultores (que perderam os seus meios de sobrevivência) e prejuízo da produção agrícola. A manter-se este ritmo de desaparecimento de terra cultivável, estima-se que entre 2000 e 2010 deixem a agricultura entre 70 e 100 milhões de camponeses. Estes novos «sem terra», no entanto, não são já os camponeses revolucionários da primeira fase da industrialização da década de 1940, nem os migrantes proletarizados das EDV e das ZEE. Estes deslocados, aos quais já chegaram ecos do mundo globalizado, fazem ouvir os seus protestos e invocam os seus direitos.

A China é hoje, como se disse, considerada a «oficina do Mundo» e as suas exportações aumentaram de 19% para 37% do PIB entre 1990 e 2005, sendo que o maior aumento se verificou nas exportações de produtos de alta tecnologia (6,1% para 30,6% das exportações) enquanto as exportações de produtos primários caíram de 27% para 8% das exportações (RDH 2007/2008: 288). Deste facto resultou uma entrada torrencial de divisas no país. De acordo com informação publicada pela Agência LUSA (Julho 2008), o banco central – Banco Popular da China — anunciou que as reservas do país em moeda estrangeira tinham atingido, em Junho de 2008, 1,8 triliões de dólares, ou 1,13 triliões de euros.

Com a sua economia aberta ao exterior, forte peso do comércio internacional no PIB – em 2005, as importações de bens e serviços correspondiam a 32% do PIB e a exportações a 37% (RDH 2007/2008: 288) –, e uma produção para exportação altamente ligada ao IDE – as entradas líquidas de IDE aumentaram, entre 1990 e 2005, de 1% para 3,5% do PIB (RDH 2007/2008:293) –, a China, como mostram as estatísticas referidas, parece viver uma situação de estreita interdependência com o resto do mundo.

- **Aprender com os erros dos outros**

Segundo Joshua Cooper-Ramo (2004: 10, 22, 46), sob as directrizes de Deng Xiaoping, a China tem procurado evitar os erros cometidos pelo bloco soviético, aproveitando tanto quanto possível os apoios internacionais – o país recebeu, em 2005, sob a forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), um total líquido de desembolsos de 1 756,9 milhões de US dólares de instituições internacionais e, cada vez mais, de organizações não-governamentais (ONG). Em percentagem do PIB, esta ajuda correspondeu, entre 1990 e 2005, a 0,6% e 0,1% (RDH 2007/2008: 293). Na verdade, desde 1990, o número deste tipo de organizações na China tem-se multiplicado, existindo actualmente algumas dezenas de milhar. Estas ONG têm actuado como motores da formação de uma sociedade civil chinesa e algumas têm mesmo ajudado as famílias a desafiar o sistema do *hukou*.

2.7. Desempenho económico

De acordo com o RDH 2007/2008, a China, incluída naquele relatório no grupo de países de desenvolvimento humano médio, com um valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,777 (EUA, 0,951; IDH médio, 0,698)⁴¹, apresentou os seguintes valores na área do desempenho económico:

Quadro 3 – Desempenho económico da China (1975-2005)

PIB <i>per capita</i>						
Mil milhões de USD 2005	Mil milhões de USD de PPC 2005	USD 2005	USD de PPC ^a 2005	1975 – 2005*	1990 – 2005*	Anos de Valor mais Elevado 2005 ^a
2 234,3	8 814,9	1 713	6 757 ⁹	8,4	8, 8	2005

Fonte: RDH, 2007/2008: 280. * Taxa Anual de Crescimento%.

** Tabela preparada pela autora, com base no documento citado em fonte.

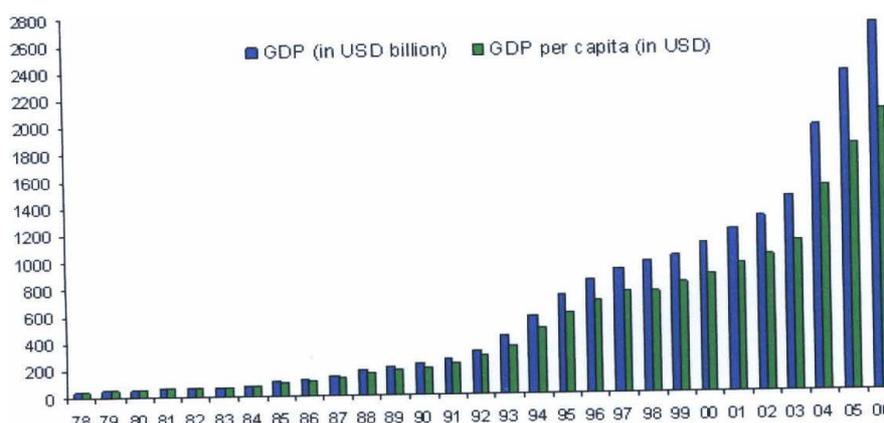
Relativamente ao ano de 2006, dados fornecidos pela Starmass International dão mais algumas indicações sobre o crescimento económico do país. De acordo com esta consultora, a China aumentou o seu PIB em 10,3% relativamente ao ano anterior, alcançando um valor de 2720 biliões de US dólares e um valor recorde do PIB *per capita* de 2069 US dólares. Apesar dos esforços do Governo para “arrefecer” a economia, nomeadamente através da venda de obrigações para retirar dinheiro dos

⁴¹ RDH 2007/2008:232, 234.

circuitos monetários, como se referiu, estes dados sugerem uma significativa melhoria dos níveis de vida e dos padrões de consumo da população, em particular nas zonas urbanas mais desenvolvidas, como Beijing, Xangai e Guangzhou.

Esta melhoria dos padrões de consumo da população estimula os sectores tecnológico e de serviços; o reverso da medalha é que a produtividade da agricultura tem vindo a decrescer.

Gráfico 3 – Evolução do PIB e do PIB *per capita* (1978-2006), China.



Fonte: Starmass International.

O gráfico 3 mostra a evolução do PIB e do PIB *per capita*, principalmente a partir de meados da década de 1990, revelando o impressionante crescimento económico do país. No entanto, como todos os indicadores macroeconómicos, estes números não permitem inferir da distribuição da riqueza pela população, e todos os elementos obtidos vão no sentido de estimar que a distribuição é muito desigual, em particular no que se refere aos rendimentos dos trabalhadores agrícolas, que são cerca de 1/3 inferiores aos dos seus compatriotas urbanizados.

Em síntese, face ao exposto neste capítulo, coloca-se a interrogação: para onde vai a China, de que meios dispõe para alcançar os objectivos que se propõe e como pretende obter o que precisa?⁴² “Se o futuro do mundo pertence à China..., o nosso interesse é compreender para onde vai e como vai” (Wolton, 2008:12).

Para conseguir ter, pelo menos, uma percepção do caminho que a RPC pretende trilhar, é essencial não perder de vista que “...o principal ponto de referência da China é, e sempre foi, a própria China...” (Cooper-Ramo 2004: 23).

⁴² A China não pode deixar de procurar incessantemente novas fontes de matérias-primas e, desde o princípio do século XXI, o seu alvo é África, mesmo que isso implique ajudas financeiras vultuosas e a defesa de regimes inaceitáveis, como o do Sudão, em fora internacionais (Domenach 2008: 78-69).

Nascida de uma revolução proletária com fundas raízes na Revolução Francesa de 1789 e na Revolução Russa de 1917, a RPC optou, a partir da morte de Mao Zedong, por inflectir a sua política em sentido diferente do percorrido pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), o que lhe permitiu não soçobrar como aconteceu aos países da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Para o objectivo deste trabalho, é importante saber como é que a RPC, na sequência da gradual abertura e internacionalização da economia iniciada por Deng Xiaoping, tem enfrentado a vaga da globalização. Uma análise temporal poderá levar à conclusão que a China geriu cuidadosamente o processo: assegurou que os benefícios do crescimento eram distribuídos de forma alargada, expandiu a educação básica e universitária, investiu fortemente em infraestruturas, abriu lenta e gradualmente o seu mercado às importações e continua a proibir a entrada de capitais especulativos «quentes», que procuram uma elevada rentabilidade a curto prazo, precipitam-se para um país numa fase de optimismo e são igualmente rápidos a sair ao primeiro sinal de dificuldades, deixando atrás de si prejuízos duradouros (Stiglitz 2007: 10, 31-32).

Poderá então colocar-se a interrogação: o «capitalismo» chinês renunciará o fim do PCC? David Zweig (Oliveira 2007: 63) comenta que a abertura ao mercado global, longe de enfraquecer o Estado em relação ao mercado, tem resultado, no caso específico da China, no fortalecimento do aparelho governamental – a nível central, provincial e local – com o conseqüente reforço do Partido Comunista. Ao invés do que é frequentemente sugerido, o PCC não está a definhar, antes a adaptar-se às novas circunstâncias, mantendo sob controlo os três imperativos geopolíticos considerados prioritários para a China, mencionados mais atrás.

No Fórum Económico Mundial (FEM) de 2005, realizado em Davos, na Suíça, discutia-se o facto de o Brasil não ter crescido ao ritmo médio de 3,6% ao ano projectado por Jim O'Neill, economista-chefe da Goldman Sachs. Este objectivo permitiria ao país, juntamente com a China, EUA, Índia, Japão, Rússia e Alemanha, tornar-se uma das maiores economias mundiais e um caminho alternativo à globalização; comentando o facto de a China e a Índia estarem a cumprir as metas previstas, O'Neill perguntou ao enviado do jornal *O Estado de S.Paulo*: "O que teria acontecido se a China tivesse um Governo democraticamente eleito nos últimos dez anos? [...] estaria no lugar onde está? Eu duvido." (2007: 76).

O comentário de Jim O'Neill permite supor que a sociedade chinesa, em troca da eficiência do Partido Comunista, deverá esperar ainda algum tempo para se

transformar numa democracia representativa, mantendo-se um país a duas velocidades ainda por tempo indeterminado.

Capítulo III – A China em Angola e Moçambique

“... os interesses (materiais e imateriais) e não as ideias, dominam directamente as acções dos homens...”, Max Weber in Moreira 2008: 89-90

Depois do descalabro que se revelou ter sido a era maoísta, a nova geração de dirigentes chineses adoptou uma política mais pragmática, de pequenos passos, experimental, laboratorial, quase. A abertura ao exterior foi, não uma aventura, mas um imperativo. Por outro lado, a chamada «revolução tranquila», ou o *soft power*, que a China está a aplicar na sua política externa, conhecerá decerto limites às mudanças e concessões que o país está disposto a fazer. Para além do imperativo geopolítico de «uma China única», e da chamada «cláusula de Taiwan»⁴³, colocar-se-ão provavelmente outras barreiras ditadas pelo fraco nível de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais e de responsabilidade democrática a nível nacional⁴⁴.

Para sustentar o impressionante crescimento económico alcançado nas últimas décadas, a China depende do resto do mundo e da economia globalizada. O país, no entanto, sempre sofreu de uma profunda desconfiança em relação à globalização. Não surgiu, de resto, por acaso, a expressão «Império do Meio»; pois considerava-se situado entre o território dos deuses e o de todos os outros.

Hoje, quem visita o país – turistas, empresários, políticos (excepto japoneses) – fica impressionado pela ausência de rancor com que são recebidos os estrangeiros dada a sua história de conflitos com o Ocidente no século XIX⁴⁵. Na opinião de Jean-Luc Domenach (2008: 176-177), os chineses recebem o ocidental com gentileza e amabilidade porque esquecem ou são corteses, não porque perdoaram as ofensas do passado. Esta atitude tem uma razão de ser: o mundo exterior é hoje uma fonte de recursos para a China, mas a presença dos ocidentais deve servir os chineses. Por isso, quando os limites aceites por estes são, de qualquer modo, ignorados ou

⁴³ Relatório sobre a política de China e o seu impacto em África, Parlamento Europeu, 2008, pp. 23, 25; Comunicado de Xangai, 28 de Fevereiro de 1972 (Henry Kissinger, enviado especial do Presidente Richard Nixon, Primeiro Ministro Zhou En Lai, ..., Beijing, 23 de Fevereiro de 1972): «O Governo chinês opõe-se firmemente a quaisquer actividades destinadas a criar “uma China, um Taiwan”, “uma China, dois governos”, “duas Chinas”, um “Taiwan independente” ou advoguem que “o estatuto de Taiwan está por definir”. Taiwan Documents Project, United States Information Service.

⁴⁴ “Tortura sob custódia policial, aplicação excessiva da pena de morte, perseguições por violação de leis sobre secretos de estado impossíveis de conhecer ou refutar, censura da comunicação, restrições da liberdade religiosa, abuso sobre minorias étnicas... alguns dos tópicos que a RPC recusou discutir na sua primeira participação no Conselho das Nações Unidas sobre Direitos Humanos”. Humans Rights Watch, <http://www.hrw.org/en/news/2009/02/26>, acedido em 26 de Março de 2009.

⁴⁵ Referência à Guerra do Ópio e à assinatura do Tratado de Nanquim. Outras cedências foram feitas à Inglaterra através de um tratado assinado um ano mais tarde, entre as quais avultam a concessão da ilha de Hong Kong como possessão permanente, o estatuto de “nação mais favorecida” e a abertura de 5 portos importantes ao comércio com o estrangeiro (Smits, *Topics in Pre-Modern Chinese History*, Chapter 10: Late Imperial China, 2000-2001).

ultrapassados, a amabilidade desaparece, rapidamente substituída pela desconfiança e até mesmo por sentimentos de xenofobia.

Nos últimos anos, a China registou um crescimento económico médio de 9% ao ano. Desde 1990, o país regista um crescimento económico médio de 10% e transformou-se numa potência exportadora; a sua re-emergência como economia mundial importante modificou o *status quo* dos fluxos comerciais nos mercados internacionais e, para manter esta expansão, tornou-se importador líquido de petróleo e de muitas outras matérias-primas e produtos básicos; esta procura provocou aumentos importantes dos preços de diversas matérias-primas minerais e agrícolas. Em 2003, a China tornou-se o 2º maior consumidor de petróleo do mundo e prevê-se que a procura de petróleo duplique até 2025, sendo que 30% das suas importações de petróleo bruto provêm da África. Para além disso, como se disse antes, a China tem necessidade de outros recursos naturais, minerais e orgânicos e precisa de novos mercados para as suas exportações⁴⁶. Estas considerações tornam a África, em particular a região subsariana, um alvo de especial interesse para a consecução dos objectivos de Beijing. Um alvo que tem a vantagem, na perspectiva chinesa, de não dispor de capacidade de explorar e comercializar os seus recursos, nem de um quadro legal adequado, apresentando, por outro lado, um elevado nível de corrupção e governos e instituições estatais débeis. Tudo parece indicar que a China prefere limitar os seus investimentos a países ricos em recursos (quer sejam imediatamente exploráveis, quer possam vir a sê-lo a longo prazo), em particular se esses países, a nível internacional, puderem representar votos favoráveis às pretensões chinesas. Angola e Moçambique preenchem ambas as condições.

3. 1. Evolução dos contactos entre a China e África

Desde há muito que a China conhece bem a costa oriental de África. Tem sido mesmo aventada a teoria de que, pelo menos desde o reinado de Zhu Di, terceiro imperador da dinastia Ming (1368-1644), teve contactos também parte com parte da costa ocidental, pelo menos até às ilhas de Cabo Verde (Menzies 2003: 93 e segs). Venha ou não esta teoria a ser confirmada, o certo é que os chineses têm negócios com mercadores árabes da costa oriental de África desde há muitos séculos e estão a par dos problemas do Continente e da melhor forma de tirar proveito das suas matérias-primas e das suas fragilidades.

⁴⁶ Ver, a propósito dos dados estatísticos constantes neste parágrafo, Relatório sobre a política de China e o seu impacto em África, Parlamento Europeu. (2008: 8, 23).

No entanto, a investida actual por terras africanas tem características diferentes das que se verificaram no passado. A China está hoje presente, de forma bem visível, em pelo menos 43 dos 53 países africanos, com destaque para os países da África Subsariana, e detecta oportunidades de negócio onde ocidentais, e mesmo africanos, encontram obstáculos. A sua actuação, adaptada e adequada às necessidades e circunstâncias de cada país, fazem dela um parceiro preferencial de qualquer governo e, em particular, de governos politicamente fracos ou enfraquecidos pela corrupção, com populações privadas dos meios de subsistência básica, envolvidas em conflitos ditados pela tentativa de apropriação de recursos ou de raiz cultural, social, religiosa ou étnica.

Ray Copson, antigo analista do Serviço de Análise sobre África do Congresso dos EUA, afirma que a China está a realizar projectos de infraestruturas e de desenvolvimento mesmo nos países africanos mais pobres a fim de fortalecer a sua presença, quer económica quer cultural, e obter ganhos políticos nas suas relações com os diversos governos. Desta forma, como num novo tabuleiro de xadrez, está a ocupar posições em África, afastando a Europa e os EUA (Akl 2006: 2).

Do que foi referido no capítulo II parece poder concluir-se que a China, nesta fase de crescimento económico que atravessa e de desenvolvimento que pretende alcançar, tem uma necessidade premente de matérias-primas que não possui, ou não possui em quantidade suficiente, para manter o ritmo de crescimento desejado.

Parece assim razoável pensar que a actual política de abertura, a chamada política de *go out*, tem como objectivo conseguir estas matérias-primas (*commodities*) onde elas existam e possam ser mais facilmente obtidas.

Na verdade, a política chinesa tem como fim principal o desenvolvimento da China: promover o bem-estar económico, social e cultural da sua população, recuperar o seu papel como principal potência asiática e ascender à posição de interveniente de peso no contexto internacional, ou seja, juntar-se ao clube das grandes potências mundiais.

Do ponto de vista das autoridades chinesas, a África é a fonte onde o país encontra menos obstáculos à exploração de matérias-primas. A China analisa o continente africano de forma pragmática: a África, em particular a região subsariana, sacudiu há pouco tempo as grilhetas do colonialismo, tem ainda grande necessidade de afirmação no contexto mundial e vive uma fase de indeterminação política, conflitos, pobreza, nepotismo e corrupção. É, assim, mais facilmente «aliciável». Por outro lado, muitos países africanos possuem vastos recursos naturais, minerais e orgânicos, mas não têm capacidade económica ou financeira, nem uma situação

política suficientemente estável, que lhes permita explorar e utilizar esses recursos por si próprios (Holslag 2007: 9-10).

3.2. Porque foram as propostas da China tão bem acolhidas?

Poderá talvez encontrar-se uma primeira resposta na análise às ajudas concedidas por instituições ocidentais – estatais ou não –, como as instituições de Bretton Woods, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial; a UE – com o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE) e a APD; o G8 e outros grupos, como o Clube de Paris; estas ajudas, fornecidas sob a forma de apoios financeiros ou recursos técnicos, perdões parciais da dívida externa dos países beneficiários, investimentos programados ou participação em projectos incluídos nos planos estratégicos dos países recipientes, redução de quotas ou taxas alfandegárias exigem, por norma, concessões recíprocas e/ou cumprimento de determinadas regras definidas pelos doadores, ou por estes reunidos em organizações de âmbito mundial, como a OMC.

Os programas de ajustamento estrutural concedidos pelas Instituições de Bretton Woods⁴⁷, enformados pelo «Consenso de Washington» são, frequentemente, desadequados à situação do país, incidindo prioritariamente sobre a liberalização da economia, em particular sobre o equilíbrio das contas externas, de forma a garantir o pagamento dos empréstimos concedidos. As exigências que acompanham estes financiamentos provocam estrangulamentos na economia do país, já que obrigam a forte contenção da procura interna (aumentos das taxas de juros, congelamentos de salários, aumentos de impostos, diminuição das importações), de que pode resultar a quebra ou a recessão de um tecido económico já de si frágil e aumento da pobreza. Os apoios chineses, «sem condicionalidades», são, assim, uma alternativa procurada.

3.3. A cooperação entre a China e Angola

Dadas as dificuldades e obstáculos levantados à obtenção de financiamentos por parte de instituições financeiras ocidentais e, particularmente, devido ao princípio da condicionalidade, fácil se torna compreender que, após os anos de guerra civil, Angola (à semelhança de outros países em África), tenha procurado apoio de outras fontes. A China surgiu então como o parceiro ideal — detentora de importantes reservas financeiras, com empresas estatais activamente apoiadas pelo Governo,

⁴⁷ Ver Anexo I.

uma classe empresarial fortemente ajudada pelo Estado e uma necessidade imperiosa de matérias-primas, entre as quais o petróleo –, assistindo-se então a uma fase de cooperação intensa entre o país africano e a China, a que Manuel Ennes-Ferreira chama “um casamento de conveniência perfeito” (Ennes-Ferreira 2008: 299).

- **Evolução do relacionamento entre os dois países**

Depois de 2002 – data do fim da guerra civil em Angola –, o relacionamento da China com Angola desviou-se rapidamente da área da defesa e segurança, até aí prosseguida, para o sector económico. De acordo com Ennes-Ferreira (2008: 6, 7), na perspectiva económica distinguem-se três áreas principais no relacionamento da China com Angola: comércio externo, IDE e obras públicas financiadas por linhas de crédito abertas pela China, em particular pelo Eximbank.

As relações entre os dois países tornaram-se ainda mais intensas a partir de 2004 (Março), data em que o Eximbank se comprometeu a conceder a Angola um empréstimo garantido por petróleo no valor de 2 mil milhões de US dólares, destinado a financiar a reconstrução de infraestruturas, destruídas por anos de guerra e falta de manutenção em todo o país. Ao longo deste período os laços diplomáticos entre a RPC e a República de Angola (RA) intensificaram-se, com visitas bilaterais entre altos funcionários e estadistas dos dois países; a China abriu uma embaixada em Luanda, Angola abriu a sua embaixada em Beijing, foram abertos consulados da RA em Hong Kong e Macau e estava previsto para 2008 um consulado angolano em Shanghai.

Como refere Dilma Esteves (2008: 139), o facto de Angola, como membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a SADC (*Southern Africa Development Community*), a evoluir para um papel de potência regional a seguir à África do Sul (o maior parceiro comercial da China nessa área), constituir uma via de acesso a todos os mercados limítrofes representa também, para a China, uma mais-valia em termos de futuro.

3.3.1. Cooperação financeira

O apoio financeiro do estado chinês a Angola é, maioritariamente, destinado a projectos públicos nas áreas de reabilitação de infraestruturas, telecomunicações e agro-indústria, considerados prioritários pelo Governo através do Programa Nacional para a Reconstrução (PNR).

O primeiro financiamento para reconstrução de infraestruturas foi concedido pelo Banco de Construção da China (BCC) e pelo Eximbank em 2002, directamente a empresas chinesas a operar em Angola, sem grande intervenção do Ministério das Finanças angolano.

O financiamento de 2 mil milhões de dólares para investimento público foi aprovado em 2004, com um prazo de reembolso de 12 anos, uma taxa de juro com uma forte componente concessional e um período de carência que pode ir até 3 anos. Dividido em duas fases de igual montante, a primeira *tranche* foi libertada em Dezembro de 2004 e, nos finais de 2007, cerca de 900 milhões de US dólares já tinham sido utilizados. Esta primeira linha de crédito abrangia 31 contratos nos sectores de energia, redes de água, saúde, educação, comunicações e obras públicas, a que correspondiam a 50 projectos, avaliados em 1,1 mil milhões de US dólares, disseminados por todo o país. Nesta fase, em que o maior projecto era a reabilitação da estrada entre Luanda e Uíge (371 km), estiveram envolvidas sete empresas chinesas. O projecto Luanda-Uíge, avaliado em 211 milhões de US dólares, ficou sob a responsabilidade da *China Roads and Bridges Corporation*, prevendo-se o final da obra para 2008. No sector da saúde, deu-se prioridade à reabilitação e ampliação de vários hospitais provinciais e municipais e centros de saúde; na área da educação, o esforço foi dirigido à reconstrução de escolas secundárias e politécnicas (no início de 2009 deverão entrar em funcionamento, a nível nacional, 21 novas escolas técnicas inseridas na segunda fase da linha de crédito concedida pela China em 2007, segundo informações da Angoladigital, de 29/10/2008); na agricultura, foi dada primazia à aquisição de maquinaria agrícola e reabilitação dos sistemas de irrigação em diversas localidades.

A segunda metade do empréstimo foi disponibilizada em Março de 2007, mas em Dezembro desse ano o valor desembolsado não tinha atingido 250 milhões de US dólares. Esta *tranche* destina-se a financiar 17 contratos que representam mais de 52 projectos, alguns dos quais projectos não terminados da primeira fase. Se bem que a educação continue a ser prioritária, esta fase deverá também incluir projectos na área das pescas e das telecomunicações. No domínio das pescas, o contrato assinado com uma empresa chinesa, no valor de 267 milhões de US dólares, destina-se à aquisição de 36 grandes arrastões de pesca e 3000 embarcações para a pesca industrial e artesanal e tem como objectivo a criação de 20 000 postos de trabalho directos e 100 000 indirectos. Estima-se que, no final de 2008, a maioria destes projectos tenha sido iniciada.

Em Maio de 2007 foi negociada uma extensão da linha de crédito no valor de 500 milhões de US dólares para financiar «acções complementares» de projectos da primeira fase que não tinham sido orçamentadas, mas até ao fim do referido ano esse crédito não tinha ainda sido utilizado.

Em Setembro de 2007, foi assinado em Luanda um segundo empréstimo de 2 mil milhões de US dólares, garantido por petróleo, para financiar mais 100 projectos aprovados pelo Conselho de Ministros angolano. Para estes projectos, o Governo facilitou as exportações de origem chinesa; em contrapartida, os trabalhos de reconstrução deverão levar a uma maior participação de mão-de-obra e indústria locais.

Para cada projecto posto a concurso, o Governo da RPC propõe 3 a 4 empresas chinesas. O empréstimo funciona como uma conta-corrente. Por ordem do Ministério das Finanças, o Eximbank transfere os montantes acordados directamente para a conta dos empreiteiros. O pagamento do empréstimo começa logo que o projecto termina. Caso um projecto não tenha sido realizado, não há lugar a reembolso. Os rendimentos do petróleo vendido no âmbito deste contrato são depositados numa conta de onde é deduzido o montante exacto para pagar o serviço da dívida. O Governo angolano pode utilizar como entender quaisquer diferenças remanescentes.

O *China International Fund, LTD* (CIF), baseado em Hong Kong, concedeu um empréstimo de 2,9 mil milhões de US dólares para apoiar o esforço de reconstrução em Angola. Este crédito é gerido pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), que reporta directamente à presidência angolana. O GRN foi criado em 2005 para controlar grandes projectos de investimento e garantir a celeridade da reconstrução de infraestruturas antes das eleições de Setembro de 2008. Era também missão do GRN criar postos de trabalho para militares desmobilizados de forma a promover um novo dinamismo no esforço de reconstrução, missão baseada na premissa de que os ministérios não teriam capacidade organizativa nem técnica para gerir os volumosos fluxos financeiros dirigidos para os projectos a cargo daquele gabinete; de acordo com um alto funcionário do Governo próximo da presidência, esses projectos estão avaliados em cerca de 10 mil milhões de dólares. O CIF deveria proporcionar os fundos para a realização destes projectos; no entanto, a atribuição dos montantes pelos projectos não é clara.

Muitos projectos do GRN foram interrompidos em 2007. Foi mencionada a dificuldade do CIF em obter fundos para completar os projectos e verificaram-se também, segundo um técnico do GRN, dificuldades de planeamento deste gabinete

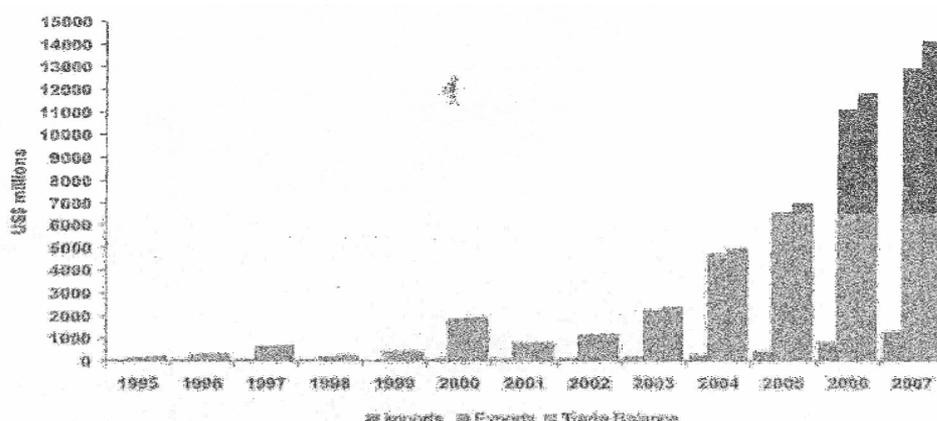
que contribuíram para que certos projectos não tivessem sequer começado. Assim, a segunda linha de crédito do Eximbank deverá servir para financiar os principais programas do GRN, mas o Ministério das Finanças foi obrigado a obter 3 mil milhões de US dólares no mercado interno através da emissão de títulos do tesouro para, pela primeira vez, financiar empresas chinesas e assegurar que estas acabem os projectos contratados.

O empréstimo do CIF tem dado origem a rumores sobre má gestão dos fundos. No seguimento destas suspeições, o Ministério das Finanças de Angola emitiu um comunicado negando qualquer utilização menos correcta dos fundos chineses e publicou detalhes sobre as linhas de crédito controladas pelas Finanças (Campos e Vines 2008: 3 e segs.).

3.3.2. Comércio bilateral entre a China e Angola – a importância do petróleo

As trocas comerciais entre a República Popular da China e a República de Angola cresceram de forma acelerada nos últimos anos, como se vê no gráfico 4.

Gráfico 4 – Volume do comércio entre a China e Angola (1995-2006)



Fonte: Campos e Vines 2008, Quadro 1:13.

Durante a década de 1990 o comércio bilateral entre os dois países variou entre 150 milhões e 700 milhões de US dólares. Em 2000 excedeu 1,8 mil milhões de US dólares e, nos finais de 2005, atingiu um montante de 6,9 mil milhões de US dólares. Um ano mais tarde, o valor das trocas era de 12 mil milhões de US dólares, fazendo de Angola o maior parceiro comercial da China em África. Em 2004, a China tornou-se o quarto maior parceiro comercial de Angola (ocupava o sétimo lugar em

2003) e manteve esse lugar em 2006, apesar de as suas exportações para Angola terem quadruplicado (principais exportações: barras de aço e ferro, baterias, cimento e automóveis). Nesta rubrica da balança de transacções correntes há que proceder com cautela, pois muitos produtos são enviados para Angola através de outros países, como Portugal e África do Sul, pelo que os valores apresentados podem não ser exactos. Em 2007, a China passou para 2º lugar como parceiro comercial de Angola, apenas ultrapassada por Portugal (Campos e Vines 2008:12-13 e nota 35).

O quadro 4, em baixo, é igualmente revelador do peso da China como parceiro comercial de Angola.

Quadro 4 – Quotas de mercado da China no comércio externo de Angola (%), (1995-2006)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Imp.	1,3	1,5	1,4	1,8	1,3	nd	nd	1,6	2,3	3,3	4,5	9,3
Exp.	3,8	5,0	13,2	4,0	7,3	22,8	10,6	13,6	23,6	35,7	29,6	35,6

Fonte: Ennes-Ferreira 2008: 304.

O quadro apresenta a variação das exportações chinesas para Angola, que subiram de uma quota de mercado que não ultrapassava os 2% na década de 1990, para 4,5% e 9,3%, respectivamente, em 2005 e 2006. Prevendo o aumento das suas exportações para Angola nos próximos anos, a China criou uma Câmara do Comércio para as Companhias Chinesas em Angola com o objectivo de regular esse crescimento (Ennes-Ferreira 2008: 304). De igual modo, as exportações de Angola para a China (como se disse, maioritariamente constituídas por petróleo) aumentaram de uma quota inferior a 10% nos anos de 1990 para 22,8% em 2000 e 35,6% em 2006.

Quadro 5 – Exportações de Angola para a China (1990-2000)

Década de 1990	Ano 2000
Entre 136 milhões e 600 milhões de US\$	1 842 biliões de US\$

Fonte: Ennes-Ferreira 2008: 302.

* Tabela preparada pela autora, com base em elementos colhidos do documento citado em fonte.

O Quadro 5 mostra claramente o salto quantitativo das exportações angolanas para a China da década de 1990 para o ano de 2000. Especialmente significativos são os valores que a seguir se apresentam, respeitantes à posição de Angola como fornecedor de petróleo da China.

Nos últimos seis anos, a China tornou-se o 2º maior importador do petróleo angolano (o 1º são os EUA), absorvendo entre 9,3 e 30% do total das exportações angolanas de hidrocarbonetos (Campos e Vines 2008: 12 e 13).

Quadro 6 – Exportações de petróleo de Angola para a China (2002-2007)

	2002	2004	2005	2006 (Jan/Set)	2007 (Jan/Set)
% do total do petróleo importado de África pela China	20%	33%	45%	70%	60%
% do total do petróleo importado pela China		20%		16,6%	14,1%

Fonte: Ennes-Ferreira 2008: 302.

*Tabela preparada pela autora, com base em elementos colhidos no documento citado em fonte.

Em 2002, Angola era responsável por 20% das importações chinesas de petróleo de África, tornando-se o maior fornecedor africano da China. Em 2004, exportou 33% do petróleo que a China adquiriu em África e 20% do total de importações de petróleo daquele país (4,7 mil milhões de US dólares), ocupando nesse ano a posição de terceiro fornecedor da China em todo o mundo, logo a seguir à Arábia Saudita e ao Irão. Este valor correspondeu a 25% do total de exportações angolanas de petróleo. Em 2005 a China importou de Angola 45,5% do total de petróleo adquirido em África; o país africano passou a ocupar o lugar de segundo fornecedor mundial de petróleo à China (a Arábia Saudita manteve-se em primeiro lugar). Nos primeiros nove meses de 2006, Angola tornou-se o maior fornecedor de petróleo da China, exportando o correspondente a 500 000 barris por dia. Em 2007, e para o mesmo período, as exportações de petróleo angolano desceram, mas ainda representaram 14,1% das importações totais da China e 60% das importações de petróleo de África (Ennes-Ferreira 2008: 302).

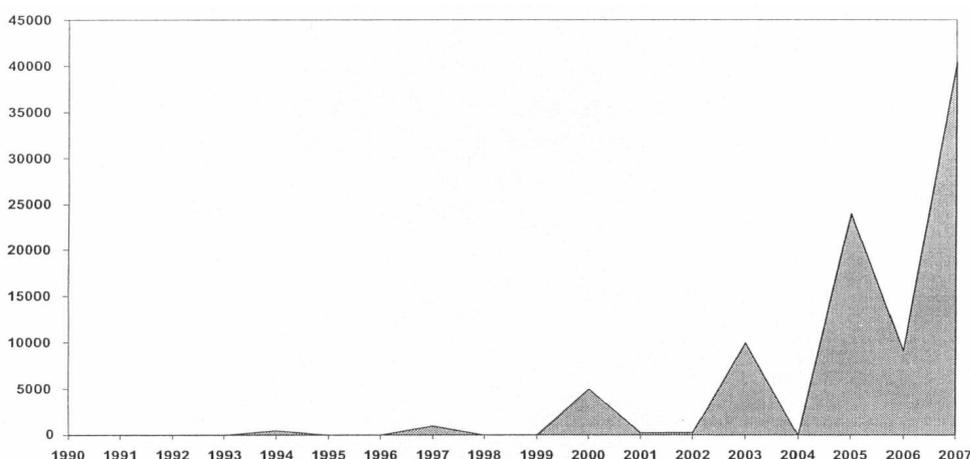
3.3.3. Investimento Directo Estrangeiro (IDE) – impacte na economia

Os números avançados pela ANIP e pela Angop (Ennes-Ferreira 2008: 304-305) sugerem que o IDE da China em Angola que não se refira ao sector do petróleo tem sido reduzido. Acresce que, mesmo as participações volumosas em áreas como a produção de cimento e a siderurgia não parecem ter efeitos positivos imediatamente visíveis na economia angolana dadas as condições em que são feitos estes investimentos, com cláusulas de fornecimento de material por empresas chinesas. Também não se prevê que o envolvimento da China no sector diamantífero, em *joint venture* com a Endiama através do CIF, já aceite pelo Governo angolano, tenha impacto significativo, pelo menos a curto prazo, na economia de Angola, já que

grande parte das operações a juzante da prospecção e extracção de diamantes deverá ser processada em Hong Kong, sede da Endiama China International Holding Limited. Assim, parecem ser as fontes de energia – os hidrocarbonetos – que atraem o grosso do IDE da China em Angola. Esta é também a opinião de Edouard Boustin, professor de Ciências Políticas da Universidade de Boston – “o aspecto mais importante da estratégia da China em África é provavelmente o petróleo” (Akl 2006:1).

No entanto, os dados indicam que o IDE da China, se bem que pequeno quando comparado com o investimento português ou sul-africano, teve um acréscimo importante nos últimos anos em áreas não relacionadas com os hidrocarbonetos.

Gráfico 5 – IDE* da China em Angola (1990-2007)**



Fonte: Campos e Vines 2008: 14.

* Não inclui investimentos nos sectores do petróleo e diamantes. ** Janeiro-Setembro

Concorrem para esta alteração, e para um crescimento futuro do IDE da China em Angola, a pacificação do país⁴⁸ e o estímulo proporcionado pelo Governo angolano ao investimento no sector privado⁴⁹. A situação pode ainda conhecer novos desenvolvimentos quando for activado o fundo de 5 mil milhões de US dólares,

⁴⁸ De acordo com o presidente da Nissan na China, Guo Zhen Fu, a estabilidade económica em Angola reduziu o elemento de risco dos investimentos e oferece estabilidade aos investidores. Ainda segundo Huang Zequan, da Universidade de Beijing, nos últimos anos mais de 10 000 empresários chineses visitaram Angola para prospecção do mercado (Campos e Vines 2008:14-15).

⁴⁹ O Governo tem encorajado o investimento privado através de, entre outras medidas, uma nova legislação sobre investimentos que concede igual tratamento às empresas angolanas e estrangeiras e um novo código comercial. Além disso, a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), tem vindo a promover activamente o investimento privado, nacional e estrangeiro, através de incentivos fiscais em sectores industriais e zonas de desenvolvimento específicos. Nos últimos quatro anos (2003-2007) a ANIP participou no lançamento de cerca de 1124 projectos que totalizam mais de 4 mil milhões de US dólares em capital de investimento (Campos e Vines, 2008: 14).

anunciado durante a terceira reunião do Fórum de Cooperação Sino-Africana (FOCAC), destinado a incentivar o investimento privado chinês em África (Ennes-Ferreira 2008: 305).

3.3.4. Obras públicas

A RPC tem tido um papel importante no apoio à reabilitação das infraestruturas do país. No entanto, também nesta área a China obteve vantagens, de que podem destacar-se as seguintes: postos de trabalho para milhares de trabalhadores – estima-se que se encontrem em Angola 30 000 trabalhadores chineses, calculando-se que em 2008 esse número tenha aumentado para 80 000 (Ennes-Ferreira 2008: 308); contratos para as empresas chinesas, com tecnologia chinesa, pessoal técnico e operários maioritariamente chineses e material importado da China.

Verifica-se, no entanto, que algumas empresas chinesas a trabalhar em Angola ao abrigo das linhas de crédito concedidas pretendem estabelecer-se no país, uma vez terminados os contratos acordados com o estado angolano. Algumas destas empresas, como a *China Jiangsu* e a *China Roads and Bridges Cooperation*, comprometeram-se a investir capitais próprios em projectos no sector privado. A *SinoHydro*, uma das maiores empresas de engenharia chinesas no sector energia hidráulica, foi contratada pelo Banco Mundial para uma rede de fornecimento de água no valor de 20 milhões de US dólares. O facto de Angola ter ainda limitada capacidade para realizar estes projectos e a circunstância de a China ter um historial de construção de qualidade, com maior rapidez de execução e menores preços que outros concorrentes, deverá contribuir para o crescimento do IDE chinês em Angola (Campos e Vines 2008: 15).

3.3.5. Outras indústrias extractivas

Para além dos hidrocarbonetos, a China tem mostrado interesse noutras fontes de recursos minerais angolanos, em particular na exploração das reservas de cobre angolanas. Uma empresa chinesa está a trabalhar no desenvolvimento de meios de transporte (estradas e linha férreas) e infraestruturas eléctricas de modo a tornar viável a exploração das minas (Ennes-Ferreira 2008: 308). Quanto à prospecção diamantífera, mencionada anteriormente, os meios de comunicação angolanos noticiavam, em Março de 2007, que o acordo entre a Endiama e o CIF teria sido anulado pelo Governo (Campos e Vines 2008: 17-18).

3.3.6. Atritos em potência

A presença chinesa em Angola (como, aliás, em outros países africanos) começa a levantar alguns problemas sociais. Entre estes destacam-se a forma de actuar das empresas chinesas, que utilizam muito pouco a mão-de-obra local e, quando o fazem, aplicam tabelas salariais diferentes das usadas para os trabalhadores chineses, registando-se igualmente clivagens de culturas (a integração dos chineses na sociedade angolana é muito fraca) e algumas situações de racismo⁵⁰.

Existem, no entanto, outros problemas decorrentes da realização de obras públicas por empresas chinesas. É certo que a execução destas obras teve consequências positivas, já que a reabilitação das infraestruturas do país no período pós guerra civil tem permitido o reatar de ligações com o interior e o progressivo regresso dos deslocados às suas zonas de origem. Também parece razoável deduzir que essas obras terão sido importantes do ponto de vista político para o partido do Governo e para o resultado das eleições legislativas de 5 de Setembro de 2008. Por outro lado, em diversas circunstâncias, tem-se verificado, por parte das empresas chinesas, atrasos consideráveis nos prazos acordados ou mesmo incumprimento das obrigações contratadas⁵¹. As autoridades angolanas têm mostrado o seu desagrado face a estas situações, o que poderá justificar o cancelamento, por exemplo, da participação da *Sinopec* na projectada refinaria do Lobito⁵².

3.4. A cooperação entre a China e Moçambique

As relações entre a China e Moçambique datam da década de 1960, quando a China ofereceu apoio à Frelimo na sua luta contra o colonialismo português (Horta 2007:1). Em Novembro de 2006, Moçambique tornou-se o 13º país africano incluído na lista oficial chinesa de destinos de «turismo recomendado»⁵³.

Moçambique é um dos maiores beneficiários mundiais da APD (PEA 2006/2007: 116), que deverá ter financiado, em 2008, mais de metade das despesas do estado. Os 19 doadores que apoiam directamente o orçamento – liderados pelo Reino Unido, BM, UE e Suécia –, anunciaram, para 2008, um apoio de 435 milhões

⁵⁰ Ennes-Ferreira 2008: 313-314.

⁵¹ Ennes-Ferreira 2008: 314-315.

⁵² O negócio foi interrompido pela constatação de que não seria vantajoso para o povo angolano", numa "mensagem clara de que os angolanos são capazes de medir, sem ajudas externas, os prós e contras das parcerias com a China." (Esteves 2008: 154); ver também Ennes-Ferreira, 2008:307.

⁵³ Agência Xinhua. <http://www.Chinadaily.com.cn/China/2006-11/04>.

de US dólares⁵⁴. A opção pelo multipartidarismo e pela economia de mercado permitiu ao país estabelecer ligações privilegiadas com a comunidade internacional e os países doadores. Contribuiu também para este afluxo de apoios o facto de o país ser considerado um exemplo de transição pós-conflito e a sua aceitação das regras e condições decorrentes dos financiamentos daquelas instituições internacionais.

A China não adoptou uma atitude passiva perante esta situação. Dadas as potencialidades do país em recursos naturais, Beijing tem vindo a reforçar e alargar os seus laços com Moçambique em todos os sectores que tenham ou possam vir a ter interesse para a economia chinesa; assim, perdoou parte da dívida que deveria ter sido paga até 1999 e apoiou vários projectos, como anteriormente se referiu. Para além disso, a RPC pratica activamente a chamada «diplomacia comercial», utilizando a sua embaixada em Moçambique para colher toda a informação disponível sobre oportunidades de negócio⁵⁵. Em 2006, durante a visita do Presidente Guebuza à China, o Presidente chinês, Hu Jiantao, anunciou a inclusão de Moçambique na lista de destinos turísticos aprovados pelo Governo como forma de reforçar a cooperação bilateral entre os dois países e estimular o desenvolvimento mútuo⁵⁶.

Tem interesse salientar que, segundo alguns analistas, a cooperação entre a China e Moçambique, em particular o padrão de relações comerciais, assume contornos diferentes da cooperação com Angola ou com outros países africanos, como a Nigéria ou o Sudão. Para esta diferença concorre, entre outros factores, a circunstância de «numerosos altos funcionários do Governo terem feito a sua aprendizagem na China e não terem esquecido a solidariedade revolucionária» oferecida pelo país asiático durante os anos de luta pela independência. Um outro aspecto não despendendo desta diferença foi a decisão do Governo moçambicano, tomada dos finais de 2006, de tornar o Mandarim língua obrigatória no ensino secundário, a par do Inglês e do Francês (Horta 2007:3). A China importa de Moçambique principalmente produtos agrícolas, peixe e marisco e madeiras, e exporta bens manufacturados e maquinaria. Entre 2004 e 2006, o valor do comércio bilateral entre os dois países triplicou, passando de 70 milhões de US dólares para 210 milhões de US dólares, tornando a China o terceiro maior parceiro comercial de Moçambique, logo a seguir à África do Sul e a Portugal. Este facto é significativo, na

⁵⁴ Quase metade da APD vai apoiar directamente o Orçamento, um sinal da confiança que os doadores continuam a depositar em Moçambique (Perspectivas Económicas na África 2008: 136, 140). Segundo Bosten (2006: 7), o G17 (UE, Japão e Canadá) apoia também o orçamento moçambicano. A RPC não concede esse tipo de ajuda.

⁵⁵ Ver Bosten, 2006: 4-5; ver também, a este respeito, Carriço, Parte II:24-25.

⁵⁶ <http://english.focacsummit.org/>

medida em que por volta de 2003 a China não estava incluída nos 10 maiores parceiros comerciais de Moçambique (Horta 2007:1).

3.4.1. Investimento Directo Estrangeiro (IDE) – impacte na economia

“É evidente que o velho paradigma da ajuda ligada ainda é dominante: a China protege os seus negócios [...] o Ocidente zela pelos seus...” (Bosten 2006: 7).

O IDE da China em Moçambique passou de 9 milhões de US dólares em 2005 para cerca de 12,2 milhões de US dólares em 2006. O investimento chinês é já bastante patente, sobretudo no que diz respeito à gestão e exploração de recursos naturais, o que, em caso de incapacidade de pagamento em tempo, coloca a China, como credora, em situação de vantagem perante o país africano, permitindo-lhe accionar cláusulas de compensação pelas quais pode ser ressarcida dos seus créditos em matérias-primas e recursos naturais ou através da sua exploração (Carricho 2008 Parte II: 10-12). Outros analistas, como Loro Horta, sublinham também o ritmo do crescimento do IDE da China em Moçambique, que terá aumentado de 500 000 US dólares em 2004 para 12 milhões de US dólares em meados de 2007, o que faz da China o sexto maior investidor directo no país africano (Horta 2007: 2)

Em 2 anos, Beijing passou de 26º para 6º maior investidor em Moçambique fazendo uso da concessão de empréstimos “sem condicionalidades”. Estes empréstimos têm sido a porta de entrada em Moçambique de várias empresas e consórcios chineses (e macaenses). Entre estes últimos, salientam-se a Geocapital⁵⁷ que, com o *Moza Bank*, pretende investir, para já, no desenvolvimento do vale do Zambeze⁵⁸. A *Henan International*, chinesa, vai ser responsável pela maior parte das obras de reabilitação das estradas de ligação entre as províncias e as principais capitais de distrito⁵⁹. A empresa chinesa *China Grains & Oil Group* construiu na cidade da Beira uma fábrica de processamento de soja no valor de 10 milhões de US dólares e viveiros e armazéns frigoríficos para exportação de marisco orçados em 12

⁵⁷ Maioritariamente detida por Stanley Ho, a parceria Geocapital-Moza Bank tem nos seus órgãos de cúpula diversos ex-governantes portugueses, como Almeida Santos e Ferro Rodrigues, entre outros (Carricho 2008 parte II: 12).

⁵⁸ Em 2006, Beijing e Maputo assinaram um memorando de entendimento relativo à criação de um enorme empreendimento agrícola no vale do rio Zambeze. Ao abrigo deste acordo, é possível que “venham a instalar-se no vale cerca de 20 000 chineses para tomar conta de fazendas de média e grande dimensão que deverão fornecer o mercado chinês. A implementação deste projecto tornaria... a economia de Moçambique, essencialmente de base agrícola, dependente da China, enquanto Beijing passaria a desempenhar o papel de influência externa dominante” (Horta 2008b: 2).

⁵⁹ De um total de 30 000 km, apenas 6 000 km da rede rodoviária de Moçambique estão asfaltados.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

milhões de US dólares (Horta 2007: 12 e seguintes). A empreitada para a construção da barragem de Mpanda Nkuwa, na província de Tete, no valor de 2,3 mil milhões de US dólares, vai ser financiada pelo Eximbank (Lemos e Ribeiro 2007: 2). O número de empresas de construção civil neste país é já suficientemente grande para fazer nascer nas empresas de outras origens, nomeadamente sul-africanas, europeias e até mesmo moçambicanas⁶⁰, algum receio de que no futuro venha a surgir uma situação de quase monopólio chinês.

Também para a China, hoje mais afluente que há algumas décadas, o baixo custo da mão-de-obra moçambicana constitui um atractivo para implantação das suas empresas, já que o aumento dos salários reduz a margem de competitividade que existia nos custos de produção das suas exportações. A empresa Lenovo, que adquiriu à IBM a unidade de computadores pessoais, está em fase de instalação de uma fábrica de montagem em Moçambique; várias empresas têxteis já deslocalizaram as suas fábricas para o país. O mundo empresarial chinês expressou o interesse em construir nos arredores de Maputo um parque industrial à semelhança dos que foram implantados nas primeiras ZEE chinesas, no início da década de 1980.

No início de 2007, com o objectivo de intensificar o comércio bilateral, a RPC aumentou de 190 para 442 o número de produtos moçambicanos isentos de taxas alfandegárias nas exportações para a China continental. Outros gestos de boa vontade incluíram o perdão de quase 70% da dívida moçambicana – 22 milhões de US dólares em 2001 e um perdão adicional de cerca de 30 milhões de US dólares em 2007 (Horta 2007: 2).

3.4.2. Atritos em potência

Tal como em Angola e, possivelmente, em outros países de África, a forte presença chinesa começa a provocar algum descontentamento na população local, em particular nas cidades. Os jornais noticiam com frequência situações de exploração de moçambicanos e casos de incumprimento da lei por parte de empresários chineses que, em geral, acabam por não ser penalizados.

Se bem que a qualidade da construção chinesa seja, segundo técnicos de outras nacionalidades, acima da média, o baixo custo das obras (devido, em parte, à

⁶⁰ Ver Carriço 2008 Parte II: 8.

utilização de materiais de menor qualidade)⁶¹ vai ter reflexos a médio prazo, originando problemas nos acabamentos e canalizações de edifícios ou uma mais rápida degradação das estradas.

Surgem também queixas em relação a empresas chinesas que, desafiando a legislação moçambicana, utilizam exclusivamente mão-de-obra chinesa, não fazendo formação nem qualificação técnica de quadros locais (Bosten 2006: 6)

Outra provável área de conflito diz respeito ao abate de árvores. Pedro Mangue, dos Serviços Nacionais de Inspeção de Terras e Florestas denuncia: “Eles (os madeireiros) não querem saber das florestas. A madeira rende um bom preço e com uns litros de gasolina e uma moto-serra arranjam uma árvore grande”. E continua:

“Eles (os chineses) chegaram cá e disseram que queriam madeira. Trouxeram mercado e bons preços. Os moçambicanos não tinham transportes e os chineses trouxeram camiões e moto-serras até às florestas e disseram à população para cortar as árvores porque têm (os moçambicanos) licenças e eles não. E não são só os chineses. Os moçambicanos cortam e trazem a madeira. Os chineses em geral ficam no porto ou na cidade – eles só compram e pagam com dólares”⁶².

3.5. Macau, entre a China, Angola e Moçambique

“Obtenham vantagem e esperem pelo momento certo: esta é a dinâmica.”

Sun Tzu, A Arte da Guerra, p. 10⁶³

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), também designado por Fórum de Macau⁶⁴, foi criado em 2003, por iniciativa do Governo chinês, com a organização do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), para fomentar e intensificar a cooperação e as relações comerciais da China com os países de língua portuguesa. Este fórum é paradigmático da política chinesa de abertura ao exterior – procurar as vias mais eficazes para atingir os seus objectivos de médio e longo prazo a fim de tornar disponíveis as fontes de recursos que lhe permitam manter a sustentabilidade da sua economia. Neste processo, os países lusófonos poderão

⁶¹ Tem sido mencionado o facto de o baixo custo da construção civil chinesa, para além de beneficiar dos baixos salários e maior produtividade dos operários chineses e do apoio estatal concedido, resulta ainda da utilização de materiais de construção em menor quantidade do que o habitual, como, por exemplo, camadas mais finas de asfalto ou gravilha, etc.

⁶² “MOZAMBIQUE: Chainsaws cut down more than just trees”, p. 2, IRIN humanitarian news and analysis, Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2007, Joanesburgo <http://www.irinnews.org/>.

⁶³ Quasi Edições, Vila Nova de Famalicão, 2008.

⁶⁴ Conferência Ministerial de 2006, Plano de Acção para a Cooperação Económica e Ministerial Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

obter igualmente vantagens da parceria com o país asiático, quer no que toca a investimentos chineses nos seus territórios quer na obtenção de uma posição privilegiada nas trocas comerciais com a China.

A pujança do Fórum Macau e o seu sucesso são demonstrados pelo crescimento superior a 700% das trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa entre 2002 e 2007, período em que passaram de 6,52 mil milhões de US dólares (4,2 mil milhões de euros) para 46,35 mil milhões de US dólares (30,1 mil milhões de euros). Todavia, como reconheceu o investigador Moisés Fernandes, director do Instituto Confúcio da Universidade de Lisboa, quando se considera unicamente o ano de 2007, verifica-se que, de entre os oito Estados que fazem parte da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), 99% das trocas comerciais são reservadas a três países: Brasil (64%), Angola (30%) e Portugal (5%). Os restantes países da CPLP, à excepção de São Tomé e Príncipe⁶⁵, totalizam apenas 1% do total das trocas comerciais com a China.

“Enquanto se mantiverem os elevados índices de crescimento económico da China, o interesse pelos países de língua portuguesa vai permanecer”, destacou Moisés Fernandes, frisando que “por razões históricas e geoculturais, Macau é de facto uma plataforma privilegiada para a canalização dos interesses chineses nos países de língua portuguesa, e o contrário também”⁶⁶. A este respeito, Moisés Fernandes deu o exemplo da grande procura que existe na China para a aprendizagem da língua portuguesa: face à falta de capacidade de resposta das sete universidades públicas chinesas, Macau surge “como o mais importante centro de aprendizagem da língua portuguesa. Anualmente, mais de oito mil chineses de Macau e da China continental têm vindo a inscrever-se nos cursos de língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau”⁶⁷.

Na 4.^a reunião ordinária do Secretariado Permanente do Fórum Macau, realizada em Março de 2008, em que participaram 50 delegados dos Governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Macau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, foi revelado que, em 2007, o comércio bilateral atingiu 46,3 mil milhões de US dólares, um aumento de 36% relativamente a 2006, segundo dados fornecidos pelas autoridades chinesas. Todavia, porque o saldo é claramente favorável à China (68%),

⁶⁵ São Tomé e Príncipe tem apenas estatuto de observador no Fórum Macau por manter relações diplomáticas com Taiwan, com o qual a China mantém um diferendo de soberania.

⁶⁶ Para Moisés Fernandes, o Fórum Macau irá tornar-se na verdadeira CPLP, garantindo a “efectiva ligação entre todos os espaços lusófonos. Assim, a boa performance do Fórum de Macau poderá ser um estímulo adicional para a CPLP, que deverá procurar novas formas de cooperação entre os países membros de forma a não ser ultrapassada por aquele Fórum (noticias.rtp.pt. 5 de Junho de 2008).

⁶⁷ Agência Lusa, 5 de Junho de 2008.

foram estudadas medidas para equilibrar a balança comercial entre os dois parceiros, noticiou a agência Xinhua⁶⁸. Neste sentido, foi agendado para final de Maio de 2008, o 4.º Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A reunião realizou-se na capital de Cabo Verde, Cidade da Praia, com a presença de Edmund Ho, Chefe do Executivo de Macau⁶⁹.

Assim, não será demais concluir que o envolvimento da China em África tem motivações de ordem estratégica, para além de económica. Ao querer assumir-se como grande potência no contexto mundial, a China tem interesse em apresentar-se como porta-voz dos países em desenvolvimento no seio das instituições internacionais e o maior número de países em desenvolvimento encontra-se em África.

Deste modo, quanto mais países a China puder «representar» nas instâncias globais, mais forte será a sua posição. A cooperação «Sul-Sul» é, por conseguinte, um aspecto importante da política externa chinesa.

A acrescentar a este ponto, vale a pena sublinhar que, assim como a China defende os interesses dos países africanos em organizações como a OMC⁷⁰, ou nos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), os votos dos países africanos em organizações como, por exemplo, a Comissão de Direitos Humanos⁷¹ das Nações Unidas, têm sido favoráveis à China (Magalhães Ferreira 2008: 3).

O Fórum de Macau permite aos chineses acesso facilitado e privilegiado aos países de língua oficial portuguesa, com os seus 200 milhões de habitantes, o que constitui uma “mais-valia em termos de recursos humanos e um mercado apetecível que em tudo satisfaz os objectivos da China e o seu crescimento exponencial” (Esteves 2008: 92).

Assim, no que diz respeito a Angola e Moçambique, parecem pertinentes as seguintes questões: que importância têm estes dois países para a China? Que relacionamento pretende Beijing desenvolver, a médio e longo prazo, com Luanda e Maputo? Será mantido o *modus operandi* actual no que se refere aos financiamentos bilaterais, ligados, “sem condicionalidades” no campo da governação, dos direitos humanos ou das preocupações ambientais, mas com obrigatoriedades quanto à contratação de empresas chinesas? A China terá interesse em sanar o mal-estar que alguma actuação das suas empresas e dos seus trabalhadores provoca na sociedade

⁶⁸ http://lawrei.eu/MRA_Alliance/.

⁶⁹ Agência Lusa, 5 de Junho de 2008.

⁷⁰ A China é membro da OMC desde 2001.

⁷¹ Substituída em 2009 pelo Conselho de Direitos Humanos.

dos dois países africanos? No que diz respeito a Angola (adiante será feita referência a Moçambique), que vantagens pode a China usufruir do seu envolvimento com Angola? A este respeito, Esteves (2008: 128) elenca as razões seguintes: o petróleo, o acesso aos mercados angolanos⁷², a utilização do poder geopolítico de Angola e, ainda, apoio internacional para o isolamento de Taiwan. A mesma autora refere o facto de Angola, que se posiciona como potência regional na região subsariana e é membro da SADC, representar mais uma via de acesso aos mercados limítrofes, constituir uma mais-valia em termos de futuro para o país asiático (2008: 139).

No caso de Moçambique, a política de Beijing parece percorrer um caminho diferente, com objectivos de longo prazo e métodos de actuação diversos dos utilizados em Angola, Nigéria ou Sudão. Para analistas como Loro Horta, o aumento da presença da China em Moçambique já não pode ser visto como um «saque» perpetrado por “empresários sem escrúpulos à procura de matérias-primas [...] as relações da China com África estão a tornar-se multidimensionais e altamente sofisticadas...” (Horta 2007: 4). Os passos dados por Beijing em Maputo talvez permitam pensar que o objectivo da China é estabelecer laços fortes com o país, implantar-se solidamente e aguardar novas oportunidades noutras áreas, nesta altura ainda ocupadas por empresas ocidentais e sul-africanas (Bosten 2006: 7). As potencialidades de Moçambique no sector agrícola, em particular no que diz respeito à cultura do arroz e da soja, constituem um forte atractivo para a RPC, já que as previsões apontam para uma diminuição da produção interna de arroz, uma fonte de preocupação para as autoridades chinesas⁷³. Em relação a Taiwan, o Governo moçambicano já declarou oficialmente a sua aceitação incondicional do objectivo «uma China única», comprometendo-se a não apoiar qualquer iniciativa que possa dar a Taipei o estatuto de “entidade política”⁷⁴. Dadas as boas relações que mantém com o Governo moçambicano, parece poder inferir-se que a utilização do país como fonte de abastecimento alimentar e plataforma de entrada para a região austral de África – através do Fórum de Macau, por exemplo – estará decerto incluída nos objectivos a longo prazo da RPC. Tal como outros países⁷⁵, Moçambique representa também uma voz e um voto favorável nos *fora* internacionais.

⁷² E ainda um mercado com apetência pelos produtos que as empresas de manufactura chinesas – hábeis na eliminação da concorrência – e menos exigente (Esteves 2008: 135).

⁷³ Ver *Africa Monitor*, nº 298, 2008. www.africamonitor.info.

⁷⁴ Em todo o caso, Moçambique não ficará prejudicado com esta posição oficial, já que as relações entre Maputo e Taipei nunca foram significativas.

⁷⁵ Nomeadamente, os incluídos no grupo de 77 países (principalmente africanos, asiáticos e do Médio Oriente) definidos como alvo da política externa chinesa, em relação aos quais se podem resumir desta forma os objectivos chineses: garantir mercados; garantir recursos e matéria primas para sustentar o aumento da procura; garantir parcerias a longo prazo; promoção de influência política para alcançar outros objectivos (Bila 2007: 6).

No capítulo da redução da pobreza, os elementos obtidos sugerem que o envolvimento da RPC em Angola tem sido positivo. A construção e reabilitação de infraestruturas de energia eléctrica e hidroeléctrica estendeu o acesso à electricidade a mais de 60 000 pessoas em Luanda, tal como a reabilitação de sistemas de fornecimento de água em diversas áreas do país permitiu a milhares de angolanos acesso a água potável. De igual forma, a reconstrução de estradas e linhas de caminho de ferro tem permitido o regresso de milhares de deslocados de guerra às suas terras de origem, irá facilitar o transporte de bens alimentares e outros a zonas até agora isoladas e a deslocação das pessoas dos campos para a cidade e vice-versa, dinamizando a sociedade e, por arrastamento, a agricultura e a economia. Por outro lado, a reabilitação de escolas, institutos politécnicos, hospitais e centros de saúde permitirá, pelo menos a uma parte da geração mais nova, acesso à educação – «privilégio» de que muitos jovens e crianças estiveram privados nas últimas décadas –, e extensão de cuidados de saúde a todas as idades.

De forma algo diferente do que acontece no relacionamento com outros países africanos, a política da China em Moçambique parece ser a de uma introdução *soft*, focada principalmente na construção e no sector agrícola; o envolvimento da China nos recursos minerais moçambicanos não é evidente, até porque grandes partes das concessões já tinham sido atribuídas a outras companhias internacionais. Neste momento, a China está a penetrar em Moçambique e a investir com particular empenho na agricultura – o projecto para produção de soja poderá ser significativo –, a apoiar a construção e reconstrução de infraestruturas e obras públicas, e a conceder empréstimos a taxas muito baixas. O aumento do comércio com Moçambique não se centra na importação de matérias-primas, como petróleo e gás natural, mas antes na importação de produtos agrícolas, pescado e madeira. Por seu turno, Moçambique importa da RPC produtos manufacturados de baixo valor acrescentado e maquinaria.

Pragmaticamente, a China considera esta atitude uma forma mais adequada de entrar e ficar em Moçambique, fazendo amigos e aliados e mantendo as boas relações com o país. As viagens de negócios frequentes e com objectivos definidos de empresários chineses e moçambicanos entre os dois países evidencia que antes se disse. Mas não só. São ainda de sublinhar os vários acordos de comércio e os esforços da China para facilitar a participação de Moçambique no Fórum de Macau e no Fórum de Cooperação Sino-Africana.

O investimento e financiamento no sector da construção, em particular nas obras públicas e reabilitação de infraestruturas, uma necessidade urgente após anos de guerra civil, constitui também uma interessante porta de entrada da China em

Moçambique. Como se disse, as obras executadas pelas empresas chinesas parecem, de acordo com as autoridades moçambicanas, ser de boa qualidade, feitas dentro dos prazos acordados e a preços competitivos em relação a empresas tanto sul-africanas como europeias. Para além disso, têm a vantagem de reduzir a dependência de Moçambique da ajuda de países e organizações ocidentais.

Outro aspecto importante focado por Emmy Bosten no seu artigo refere-se ao interesse de Moçambique e da China em reforçar a cooperação Sul-Sul de forma vantajosa para ambos os parceiros. É, por exemplo, o caso das *joint ventures* em que Moçambique participa com o solo arável, a terra rica em recursos minerais ou a mão-de-obra, enquanto a China investe capital, *know-how* e tecnologia.

Colocam-se, no entanto, problemas, alguns dos quais já referidos antes, entre os quais a questão da corrupção. Dela não são responsáveis os chineses, como sublinha um ex-embaixador moçambicano:

“Deixemos de responsabilizar os chineses. Eles têm dinheiro e querem comprar. Ninguém nos obriga a dilapidar os nossos recursos e estamos a ser generosamente pagos por isso. O facto é [...] que nos cabe a nós decidir como queremos conduzir os nossos negócios. O país é nosso, e por isso a culpa é nossa” (Horta 2008: 4).

O Governo moçambicano incluiu a luta anti-corrupção como um dos temas principais do seu programa e tem desenvolvido esforços nesse sentido. Embora se verifique existir ainda alguma preocupação sobre esta questão, nomeadamente entre os países doadores, em particular devido à irregularidade com que são publicados os resultados das medidas implementadas, é certo que o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), atribuído pela *Transparency International*, passou de um valor de 2,8 em 2004 (numa tabela de 145 países) para 2,6 em 2008 (numa tabela de 180 países)⁷⁶.

⁷⁶ Transparency International, CPI 2004, CPI 2008 <http://www.transparency.org/policy>. Um IPC de 10 indica uma sociedade livre de corrupção; um valor de 0 indica uma sociedade muito corrupta.

Capítulo IV – Que ganham Angola e Moçambique com a parceria com a China?

Várias considerações, para além das já citadas, explicam a escolha de Angola e Moçambique para objecto do estudo do impacto da China em África. Elencam-se a seguir alguns desses motivos:

- Os dois países são ricos em recursos naturais diferentes – minerais e orgânicos –, de que a China tem premente necessidade para manter o seu desenvolvimento de forma sustentada e a estabilidade social interna;
- Estão ainda numa fase de democracia incipiente, com instituições do Estado relativamente permeáveis, precisam de grandes investimentos e preferem apoios que impliquem o menor grau de ingerência possível na sua governação. A China, com a sua política de *soft power* e apoios “sem condicionalidades” surge, assim, como parceiro ideal;
- Os dois países têm ainda sociedades civis pouco organizadas e estruturadas;
- Ambos são países da África Subsariana e da África Austral, fazem parte da CPLP, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e da SADC.
- Após a independência, Angola e Moçambique foram palco de guerras civis prolongadas e devastadoras; por este motivo, têm enormes necessidades em quase todos os sectores da economia e graves carências sociais. Com as suas reservas financeiras avultadas, as suas exportações de artigos de baixo preço, equipamento tecnologicamente avançado, recursos humanos qualificados e treinados em diversas áreas, a China encontra em Angola e Moçambique um mercado relativamente vasto para absorver os produtos que o país asiático pode oferecer;
- São, ambos, membros do Grupo dos Não-Alinhados;
- A ajuda e a cooperação prestadas pela China faz dos dois países africanos «amigos» que podem representar votos favoráveis às propostas chinesas na ONU e em outras organizações supranacionais.

Dois aspectos relevantes a considerar na análise do apoio chinês à generalidade dos países africanos:

- a questão das condicionalidades dos empréstimos, doações ou outros financiamentos. A China pauta a sua política de apoio externo pelo chamado «Consenso de Beijing», um modelo de desenvolvimento sócio-económico que se afasta do Consenso de Washington no sentido em que oferece a possibilidade de se adaptar às condições próprias do país beneficiário, à medida e de acordo com as características e necessidades próprias desse país e da sua população (Cooper-Ramo, 2004: 23);
- a presença da China em Angola e Moçambique “já teve o efeito positivo de gerar um interesse renovado pelo continente, contribuindo para uma mudança de percepção: de uma terra de pobreza e destino de caridade, reconhecem-se hoje histórias de sucesso em África”⁷⁷, e não só. Uma outra consequência da situação foi o de despertar nos parceiros tradicionais, como é o caso da UE, a preocupação de ver reduzidos os seus mercados pela presença chinesa, o que conduziu a alterações no relacionamento com aqueles países⁷⁸.

Ressalva-se o facto de a recolha estatística na maioria dos países africanos apresentar ainda deficiências, pelo que os dados apresentados, se bem que obtidos de fontes consideradas fidedignas, poderão conter uma margem de erro significativa.

4.1. Angola

A República de Angola situa-se na costa ocidental de África, a sul do equador (12° 30' S, 18° 30' E). Faz fronteira a norte, com a República do Congo-Brazaville, a oriente, com a República Democrática do Congo e a Zâmbia, a sul, com Namíbia e, a ocidente, com o oceano Atlântico, numa linha de costa de cerca de 1650 quilómetros. A República de Angola abrange ainda o enclave de Cabinda⁷⁹, a Norte, entre o Congo-Brazaville e a República Democrática do Congo.

⁷⁷ Ver “Política da China e o seu impacto em África”, Relatório do Parlamento Europeu, 2008: 27; ver também Dollar (2001: 101).

⁷⁸ Dá-se como exemplo desta alteração a Cimeira África-UE, que se realizou em Lisboa, em 2007.

⁷⁹ <http://www.Angola-portal.ao/PortaldoServico>; Cabinda fazia parte integrante do território enquanto colónia portuguesa e manteve o mesmo estatuto político depois da independência do país, ocorrida a 11 de Novembro de 1975; esta situação é avalizada pelo artigo 4º, alínea b) do Acto Constitutivo da UA, segundo o qual serão respeitadas as fronteiras dos países tal como existiam à data da independência.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

4.1.1. Breve apresentação do país e resenha histórica

Angola tem uma superfície de 1247 000 km², incluindo o enclave de Cabinda. Os solos são graníticos ou basálticos, com abundantes depósitos superficiais de aluvião. O subsolo é rico em recursos minerais.

A rede hidrográfica é vasta, com rios que correm directamente para o Atlântico, como, por exemplo, o Zaire, o Bengo, o Cuanza e o Cunene, e outros que se dirigem para norte, como é o caso do Cubando e do Cuando (Moura Roque *et al* 1991: 24-25). O rio Zambeze e vários afluentes do rio Congo têm as suas nascentes em Angola.

O relevo, em patamares que se elevam da costa para o interior (com altitudes que variam até 400 m no litoral e 2620 m no Huambo), dá origem à formação de imponentes quedas de água, como as de Calandula (ex-quedas do Duque de Bragança), no rio Lucala, e as do Ruacaná, no rio Cunene. Com excepção do Zaire, os rios em Angola não permitem a navegação fluvial devido à variação sazonal dos caudais, mas constituem um importante recurso como fonte de energia hidroeléctrica.

Dada a sua extensão em latitude e longitude, características topográficas e hidrográficas, Angola possui uma fauna e uma flora diversificadas e rica, e um solo e clima com potencial para o desenvolvimento de vários tipos de produções agrícolas. A costa atlântica, cujas águas são temperadas pela corrente fria de Benguela, é abundante em pescado.

Os recursos mais conhecidos e explorados são os minerais, com preponderância para os hidrocarbonetos, mas o país possui também diamantes e, menos conhecidos e explorados, ferro, cobre, manganês, volfrâmio, estanho e molibdénio, entre outros (Moura Roque *et al* 1991: 23 e seguintes).

Após 13 anos de luta pela independência, levada a cabo principalmente pelos três movimentos mais importantes – Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – Angola tornou-se independente a 11 de Novembro de 1975. Apesar do estabelecido nos acordos de Alvor, o MPLA, liderado por Agostinho Neto, tomou a capital, Luanda. Ainda com a presença do exército português, já inoperante, o conflito entre os movimentos de libertação evoluiu para a guerra civil, internacionalizada com a entrada de forças cubanas, pró-MPLA, e sul-africanas, pró-UNITA. Sem resolução pacífica à vista, o Alto-Comissário português, Leonel Cardoso, “proclamou a independência de Angola a 11 de Novembro de 1975 e entregou a soberania ao povo angolano e não a qualquer um dos movimentos

nacionalistas” (Pinto 2005: 160). O MPLA, detentor *de facto* do poder (em particular, com o controlo da capital) desde essa data, governa o país sem interrupção até agora. Portugal, a potência colonizadora, saiu de Angola de forma envergonhada, não cuidando de precaver os bens e, por vezes, as vidas, dos portugueses de raça branca, negra ou mestiça que ali viviam e ali tinham criado raízes, em muitos casos há várias gerações.

4.1.2. População e desenvolvimento

O RDH 2007/2008 coloca Angola no grupo de países de desenvolvimento humano baixo, na posição 162, com um valor do IDH de 0,446, inferior ao IDH dos países em vias de desenvolvimento (0,691), ao da África Subsariana (0,493) e ao dos países menos desenvolvidos (0,488)⁸⁰, abaixo da Eritreia e do Ruanda (respectivamente, 0,483 e 0,452).

Para o ano de 2007, a população estimada era de 16 400 mil habitantes (dados de 2007); a esperança de vida situava-se nos 42,7 anos (em 2005, a esperança de vida à nascença era de apenas 41,7 anos)⁸¹. A probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (em % da coorte), cifrou-se, entre 1995 e 2005, em 46,7; a taxa de analfabetismo de adultos, em % da população com 15 anos ou mais, no período mencionado, em 32,6%; e a percentagem da população sem acesso a uma fonte de água melhorada (dados de 2004), em 47%. No que diz respeito à convergência com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em particular a Meta 5 do ODM 4⁸², Angola apresentava ainda, entre 1996 e 2005, uma percentagem de crianças com peso a menos à nascença de 32% das crianças com menos de 5 anos.

A população angolana pertence maioritariamente (mais de 75%) ao agrupamento étnico Bantu, que inclui vários grupos etnolinguísticos, sendo os mais numerosos os Umbundos, os Quimbundos e os Quicongos. Angola tem uma baixa densidade populacional – cerca de 7,2 habitantes/km² (Moura Roque *et al* 1991: 30).

Com uma taxa de crescimento anual da população de 2,8% para o período de 2005-2015, prevê-se que a população total chegue aos 21,2 milhões de habitantes no final do período considerado, o que continua a corresponder a uma fraca densidade populacional. A população urbana, 19,1% do total na altura da

⁸⁰ O IDH do RDH 2007/2008 abrange 177 países.

⁸¹ Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008, PNUD: 234.

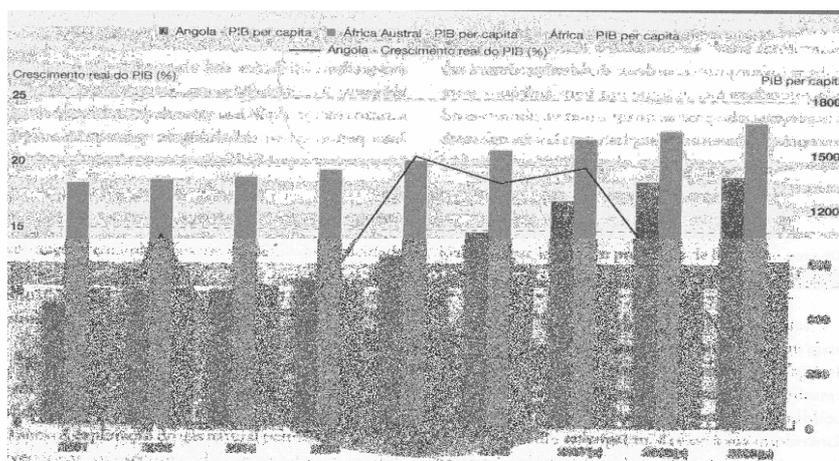
⁸² Reduzir a mortalidade infantil. Os relatórios consultados não apresentam dados em relação ao ODM 1, para Angola – erradicar a pobreza extrema e a fome.

independência, aumentou para 53,3% em 2005, e a previsão é que atinja 59,7% em 2015. Estes números são significativos na medida em que traduzem a quantidade de pessoas que, devido à guerra e à falta de condições mínimas de habitabilidade e de emprego se deslocaram do interior para a cidade, principalmente para a capital, Luanda⁸³.

A população é jovem. Prevê-se que, em 2015, a base da pirâmide etária seja constituída por 45,3% de pessoas com menos de 15 anos, enquanto o topo – pessoas com 65 anos e mais – inclua apenas 2,4% do total da população.

O PIB angolano para 2005 cifrou-se em 32,8 mil milhões de US dólares, e 37,2 mil milhões de US dólares PPC. Para o mesmo ano, o PIB *per capita* foi de 2058 US dólares (ou 2335 US dólares PPC), mais elevado do que o de alguns países de IDH médio, como é o caso do Sudão (2083 US dólares PPC) ou do Congo (1758 US dólares PPC). A taxa de anual de crescimento deste indicador passou de -0,6% entre 1975 e 2005, para 1,5% entre 1990 e 2005, evidenciando um crescimento significativo entre 1975 e 1990.

Gráfico 6 – Crescimento real do PIB e do PIB per capita* (2001-2009), Angola



Fonte: PEA 2007/2008: 101. OCDE. *(US\$ a preços constantes de 2000).

De acordo com o relatório da OCDE (PEA 2007/2008:101), Angola apresentou um forte crescimento económico nos últimos anos, devido, principalmente, ao aumento da produção e dos preços do petróleo nos mercados internacionais. O

⁸³ Calcula-se que 4,1 milhões de pessoas tenham fugido das suas terras (Roque, P.C. 2008: 4).

gráfico 6 evidencia o crescimento real do PIB – 14,8% em 2006⁸⁴ e 19,8% em 2007, crescimento impulsionado não só pelo petróleo (influência que se fez sentir também no crescimento do PIB do continente africano), mas também pelo investimento no sector petrolífero, pela boa *performance* dos sectores da construção, agricultura indústria e serviços financeiros. Verifica-se também um aumento do PIB *per capita*, que atingiu um nível claramente superior ao do PIB *per capita* do continente africano. A OCDE previa ainda para o ano de 2008 um crescimento mais moderado do PIB real (11,7% e 5,1%), resultante da redução da produção petrolífera na sequência das decisões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), ainda sem considerar o forte decréscimo da actividade económica global nos últimos meses. Os dados mais recentes, ainda não confirmados, estimam um crescimento de 5,2% para 2009, o que parece sugestivo da capacidade financeira do país para resistir ao embate da crise financeira e económica mundial.

Não tendo este trabalho a pretensão, nem a possibilidade, de chegar a conclusões definitivas, já que se trata de uma tentativa de análise de um processo que ainda está em curso, alguns dados devem ser vistos numa perspectiva diacrónica; mais alguns anos deverão passar antes que seja possível tirar ilações mais seguras em relação a esta questão.

O mesmo cuidado deve existir na análise de alguns indicadores, como, por exemplo, as prioridades da despesa pública de Angola, cujas variações são consequência da situação económica e política do país. O RDH 2007/2008 avança alguns números (em % do PIB) sobre este tema: despesa com a saúde, 1,5% (2004); despesa média com a educação, 2,6% (2002-2005); despesa militar, 2,7% (1990) e 5,7% (2005). Observa-se um aumento significativo da percentagem da despesa militar em fase pós-conflito, que poderá ser devido à reestruturação das Forças Armadas de Angola, na sua passagem para forças convencionais e já não de combate em guerra de guerrilha. Compare-se com os valores do Zimbabué (de 4,4%, em 1990, para 2,3%, em 2005) ou da África do Sul (3,8% e 1,5%), para os mesmos anos.

O número de pessoas com acesso a luz eléctrica é um bom indicador da qualidade de vida de uma população. Em Angola, com uma população total estimada inferior a 17 milhões de pessoas, existiam, em 2005, 13,5 milhões de pessoas sem acesso a electricidade.

⁸⁴ PEA 2006/2007: 89.

4.1.3. A distribuição da riqueza e o problema da agricultura

Há ainda em Angola grande desigualdade na repartição dos rendimentos⁸⁵, e graves desequilíbrios regionais/provinciais. Depois de 13 anos de luta contra a potência colonizadora, os 27 anos de guerra civil, durante os quais não se verificaram trabalhos de manutenção ou reparação das infraestruturas, grande parte das estradas, pontes, linhas-férreas, portos e aeroportos, hospitais, escolas, infraestruturas de saneamento e outros edifícios por todo o país encontrava-se destruída ou inoperacional. O êxodo das populações do interior para o litoral, em especial para Luanda, aliado à desmobilização das forças armadas da UNITA (a seguir a 1992 e a 2002), teve consequências sociais desastrosas. Em redor da capital⁸⁶ surgiu uma imensa área de construções precárias onde vive uma larga percentagem dos 5 a 6 milhões de habitantes (valor estimado) de Luanda, a maior parte dos quais sem condições mínimas de habitação, cuidados de saúde ou saneamento.

Outra consequência gravosa da guerra foi o abandono da agricultura e, com ela, dos meios de sobrevivência de grande parte da população. O descalabro da agricultura em Angola começou logo após 1975, com a saída dos Portugueses, facto que provocou um vazio de mão-de-obra quer no que respeita à comercialização e transporte da produção, fornecimento dos factores de produção e dos bens intermédios necessários à actividade, quer ainda no que se refere ao número de técnicos nesta área, que diminuiu drasticamente. A guerra civil, que entretanto assolou o país durante mais de duas décadas, impediu ou limitou o acesso das populações às áreas rurais, desagregou as comunidades, destruiu as infraestruturas e desviou investimentos do sector. A agravar a situação, a política agrícola e de investimento baseada, ao longo de vários anos, na opção pela economia planificada, resultou numa ausência de incentivos aos produtores e desinvestimento nos serviços de apoio e de formação de mão-de-obra (Moura Roque *et al* 1991: 213).

Nos últimos anos, no entanto, tem-se assistido à implementação de políticas que visam permitir e estimular o regresso destas populações às suas regiões de origem. Estas políticas incluem trabalhos de desminagem de estradas e vias-férreas, processo moroso, dispendioso e perigoso⁸⁷, melhoramentos das vias de comunicação, apoios à agricultura, como à agricultura de subsistência, com

⁸⁵ O relatório *Perspectivas Económicas na África 2007/2008* (OCDE) relativo ao ano de 2005, indica para Angola, em relação ao ano de 2005, um do índice de Gini de 0,64, um dos mais altos do mundo.

⁸⁶ Em 1975, Luanda tinha uma população calculada de 500 000 pessoas.

⁸⁷ Dados da ONU indicam que ainda estão por descobrir mais de 8 milhões de minas antipessoais em Angola, <http://edition.cnn.com/2008/WORLD/africa>, acessado a 5 de Setembro de 2008.

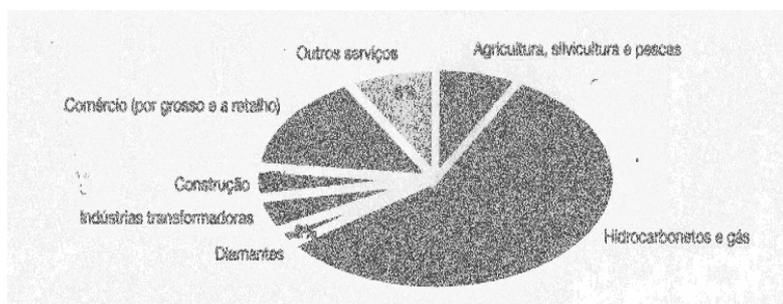
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

investimentos em sistemas de irrigação, por exemplo. O retorno destes deslocados às suas lavras virá, espera-se, reduzir algumas distorções da economia urbana resultantes do excesso de população nas cidades, em particular na capital; estas medidas terão decerto efeito positivo na retoma do sector agrícola – já que Angola tem condições geográficas e climáticas excelentes para a produção de um leque diverso de produtos agrícolas – e na recuperação das povoações interiores e das infraestruturas essenciais, levando, por efeito de arrastamento, ao crescimento económico e melhoria da vida das populações em todo o território.

4.1.4. Breve análise da actual conjuntura económica e política

O extraordinário crescimento da economia angolana – 18,6% em 2006 e 19,8% em 2007 – resultou, essencialmente das receitas de exportação de hidrocarbonetos (aumento da produção e aumento dos preços do petróleo nos mercados internacionais). O gráfico 7 é revelador do enorme peso (57%) do sector dos hidrocarbonetos na formação do PIB.

Gráfico 7 – PIB por sector (%), 2006, Angola



Fonte: PEA 2007/2008:120. OCDE.

O relatório PEA 2007/2008 estima, para o ano de 2007, uma situação semelhante, prevendo no entanto um crescimento económico mais moderado em 2008 e 2009. Este pico de crescimento do sector não produziu, no entanto, efeitos significativos nos restantes sectores da economia, já que grande parte dos lucros gerados são repatriados e as receitas entram na conta do Estado através da Sonangol – empresa estatal, concessionária única para a exploração e produção de petróleo⁸⁸. Acresce que este sector é largamente dependente de tecnologia e mão-de-obra qualificada, que Angola ainda não possui em quantidade suficiente, e não requer

⁸⁸ PEA 2007/2008:25.

uma forte contribuição da indústria ou do comércio local. Deste modo, o aumento de riqueza gerada pelo petróleo não parece contribuir, de forma visível ou imediata, para a Meta 1 – erradicar a pobreza extrema e a fome – dos ODM.

Num país com condições excelentes para uma agricultura e pesca diversificadas, a contribuição do sector agrícola (8%) para a formação do PIB é ainda reduzida⁸⁹, confirmando o que se disse no ponto 4.1.3. sobre o assunto.

Tal como em anos anteriores, pelo menos a partir de 2001, a percentagem de crescimento real do PIB tem-se situado acima dos 10%, exceptuando-se o ano de 2003, em que essa taxa ficou abaixo de 5% (ver gráfico 6, p. 75). De acordo com o ministro das Finanças angolano, o crescimento estimado do PIB para 2009 situava-se em cerca de 11,8%⁹⁰. No entanto, tendo em conta a crise financeira e económica mundial, o crescimento angolano não deverá ir para além dos 5%, em particular devido à desaceleração da actividade económica mundial e ao descréscimo dos preços do petróleo nos mercados internacionais, já que este produto constitui, como se referiu, a maior parcela das exportações de Angola⁹¹. Segundo a mesma fonte os efeitos destes factos, avançados pelo vice-governador do Banco Nacional de Angola, foram de certa forma minorados pelo efeito positivo que a conjuntura actual teve no abrandamento da inflação, que na altura se encontrava acima da meta prevista de 10% no índice de preços ao consumidor.

As eleições legislativas de 5 de Setembro de 2008 concederam uma vitória esmagadora, previsível, ao partido do Governo, que obteve 82% dos votos, reduzindo a oposição a uma força política residual. O Governo em funções até 2008 integrava alguns ministérios chefiados por ex-quadros da UNITA, se bem que as poucas informações disponíveis levem a crer que estes dirigentes dispunham de reduzido poder e capacidade de acção. A partir de 5 de Setembro, atendendo ao resultado eleitoral, o partido do Governo e a presidência têm legitimidade para modificar a Constituição e governar sem necessidade de diálogo com a oposição ou com a sociedade civil. A composição do parlamento alterou-se radicalmente em comparação com a situação existente desde 1992, data das últimas eleições legislativas – o MPLA possuía 129 deputados, a UNITA, 70, a FNLA, 5 e os restantes partidos ocupavam os assentos disponíveis de um total de 223⁹². O MPLA tem hoje maioria absoluta no Parlamento, contando com 191⁹³ deputados num total de 220⁹⁴.

⁸⁹ Durante o domínio colonial esta contribuição situava-se à roda dos 20%.

⁹⁰ Angop, 29/10/2008.

⁹¹ Macauhub 8/10/2008.

⁹² <http://www.parlamento.ao/historia.htm>. acedido a 10 de Março de 2009.

⁹³ <http://www.africatodayonline.com/pt/> acedido a 10 de Março de 2009.

⁹⁴ http://www.parlamento.ao/presidente_da_assembleia.htm, acedido a 10 de Março de 2009.

Não obstante alguns problemas logísticos, mais acentuados na capital, os observadores estrangeiros, entre os quais uma comissão da União Europeia⁹⁵, afirmaram que as eleições decorreram, globalmente, de forma pacífica e livre. A afluência às mesas de votação foi importante e o resultado parece indicar que a população angolana tem como principal objectivo a estabilidade do país. Nas palavras de um angolano, Fernando Pacheco: “... o Governo do MPLA, que agora fecha um ciclo, não foi durante este último consulado (1992-2008) tão mau como muitos dos seus críticos internos e externos defenderam, nem tão bom como eu e muitos como eu (angolanos ou não) desejaríamos” (2008).

4.2. A presença da China em Angola

O apoio da China a Angola não é de hoje. Segundo Mário Pinto de Andrade, os primeiros financiamentos do MPLA vieram da China. A partir da independência do país, o MPLA tornou-se destinatário principal da ajuda da União Soviética, o que levou a China a desviar a sua ajuda para os outros dois partidos, a FNLA e a UNITA. Apesar da acrimónia que o apoio da China à UNITA originou no MPLA, o facto não impediu o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Governos em 1983 (Ennes-Ferreira 2008: 297). No final da década de 1990, Angola tornava-se o segundo maior parceiro comercial da China em África (sendo o primeiro a África do Sul), essencialmente devido à cooperação para a defesa (Campos e Vines 2008: 3). A partir de 2002 – ano da morte de Jonas Savimbi –, Angola entrou numa fase de pacificação interna e o relacionamento entre os dois países rapidamente se diversificou de modo a abranger outros sectores da economia angolana.

Com o país devastado e as infraestruturas, na sua maior parte, destruídas, o Governo do MPLA, confrontado com os obstáculos colocados pelos seus “principais parceiros e instituições financeiras internacionais (principalmente o FMI) procurou o apoio da China.” (Ennes-Ferreira 2008: 299).

Angola, como se disse, é um país muito rico em recursos naturais, minerais e orgânicos, muitos dos quais pouco ou nada explorados. Assim, fácil se torna compreender as palavras do presidente angolano, José Eduardo dos Santos: “A China precisa dos recursos naturais de Angola e Angola precisa de desenvolver a sua economia. Por este motivo, os dois países estão empenhados numa cooperação construtiva”. Wen Jiabao, Primeiro-Ministro chinês, ao visitar Angola em meados de

⁹⁵ Chefiada pela italiana Luisa Morgantini.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

2006, afirmou que as relações bilaterais entre os dois países se baseavam na criação de “parcerias mutuamente vantajosas”, sem “pré-requisitos políticos”, e na atitude pragmática dos dois parceiros (Ennes-Ferreira 2008: 299).

4.2.1. Comércio externo – trocas bilaterais entre Angola e a China

Os poucos elementos apresentados pelo RDH 2007/2008 sobre a estrutura do comércio angolano entre 1990 e 2005 são, ainda assim, consistentes com outros dados indicativos do forte crescimento económico registado em Angola nos últimos anos. No período estudado, as importações de bens e serviços, em percentagem do PIB, cresceram de 21 para 48%, enquanto as exportações aumentaram de 39 para 74% (RDH 2007/2008: 290).

De acordo com elementos fornecidos pelo gabinete de apoio ao secretariado permanente do Fórum de Macau⁹⁶, Angola foi no ano de 2008, o segundo maior parceiro de língua portuguesa da China. As trocas bilaterais entre estes dois países cifraram-se 18 666,8 milhões de US dólares – um acréscimo de 133,1% em relação ao mesmo período de 2007 – a que correspondem vendas no valor de 16 891,5 milhões de US dólares e compras no valor de 1 775,2 milhões de US dólares.

Quadro 7 – Evolução da balança de transacções correntes (% PIB) – (1999-2009), Angola

Quadro 3 - Balança Corrente (em percentagem do PIB)							
	1999	2004	2005	2006	2007(e)	2008(p)	2009(p)
Balança Comercial	33.1	38.6	51.4	49.3	49.7	49.6	42.2
Exportações de bens (f.o.b.)	82.9	68.1	78.7	70.5	67.7	64.9	57.2
Importações de bens (f.o.b.)	49.8	29.5	27.3	21.2	18.0	15.2	15.0
Serviços	-39.1	-22.6	-21.6	-13.5	-13.8	-12.5	-10.9
Rendimento dos factores	-22.0	-12.5	-13.2	-12.2	-20.7	-21.9	-17.5
Transferências correntes	0.9	0.0	0.1	-0.3	-0.3	-0.3	-0.2
Balança corrente	-27.1	3.5	16.8	23.3	14.9	15.0	13.6

Fonte: PEA 2007/2008: 108. OCDE.

O quadro 7 mostra a evolução da balança comercial (BC) e da balança de transacções correntes (BTC) de Angola nos últimos anos. Neste quadro deve salientar-se o crescimento do excedente da BTC de 2005 para 2006, devido principalmente ao crescimento da produção e da exportação de petróleo e do

⁹⁶ Macauhub 212/10/2008.

aumento dos preços deste combustível nos mercados internacionais. De acordo com o relatório da OCDE (PEA 2006/2007: 96) no primeiro semestre de 2006, a China foi o segundo destino das exportações de Angola (25% do total das exportações). Este saldo, excedentário durante alguns anos, permitiu ao país acumular uma significativa reserva de divisas. O quadro mostra ainda a descida estimada desse saldo para 2007 que deverá resultar do aumento do repatriamento dos lucros das empresas petrolíferas estrangeiras; calcula-se que esta tendência se mantenha nos anos próximos devido, entre outras causas, à continuação do aumento da reexportação dos lucros do sector petrolífero (PEA 2007/2008: 107) e ao crescimento das importações que deverá resultar do esforço de reconstrução que está a ser desenvolvido.

4.2.2. Parcerias com a China — vantagens ou inconvenientes?

Actualmente, Angola é, com Moçambique, o Sudão, a Tânzania, a Zâmbia e a Etiópia, um dos principais beneficiários da ajuda chinesa ao continente africano. A ajuda da RPC a Angola é maioritariamente bilateral (Magalhães Ferreira 2008: 9) e ligada.

Os investimentos da RPC são suportados por instituições financeiras ligadas ao Estado, como o Eximbank, e tomam em geral a forma de concessão de linhas de crédito para desenvolvimento de projectos específicos integrados em planos e projectos mais abrangentes (2008: 5). Estes financiamentos permitem ao Governo chinês impôr a atribuição da execução dos projectos e obras a empresas chinesas, com mão-de-obra chinesa, tecnologia e material importados da China, o que implica que os efeitos positivos na economia gerados a juzante não sejam tão importantes quanto se poderia esperar nem no que diz respeito à criação de emprego nem no estímulo à indústria ou comércio que poderiam servir estes projectos; algum observadores da realidade angolana referem um descontentamento, se bem que ainda localizado e incipiente, por parte de operários locais.

Lucy Ash, jornalista da BBC que visitou Angola recentemente, refere na sua crónica «Crossing Continents», publicada Dezembro de 2007 que, ao visitar estaleiros de construção civil fora de Luanda, não viu operários angolanos a trabalhar e se apercebeu que todos os materiais de construção, dos sacos de cimento aos andaimes, eram importados da China. Escreve Ash que, se bem que Beijing afirme que os créditos concedidos não são ligados, a verdade é que em Angola 70% dos concursos para obras públicas têm que ser entregues a empresas chinesas. Daqui resulta a criação de milhares de postos de trabalho para chineses, desde operários de

construção civil, a engenheiros e a médicos responsáveis por essa imensa quantidade de nacionais chineses. Fernando Macedo, da Associação para a Justiça, Paz e Democracia, um grupo baseado em Luanda que se preocupa com a questão dos direitos humanos, concede que, por causa da guerra existe uma geração de angolanos com muito pouca educação formal ou preparação técnica. Ainda assim, pergunta este activista, entrevistado por Lucy Ash: “Porque razão temos que importar mão-de-obra não qualificada da China? Isso não faz qualquer sentido!”

No entanto, se bem que o número de chineses residentes em Angola tenha aumentado de forma significativa nos últimos anos (número de vistos concedidos em 2006 a trabalhadores chineses:14.283; em 2007, este número subiu para 22.043)⁹⁷, para alguns analistas da realidade angolana os rumores de uma invasão de operários chineses não qualificados em Angola têm sido grandemente exagerados (Campos e Vines 2008: 22-23). Segundo estes investigadores, os operários chineses, na sua maioria realmente pouco qualificados, entram em Angola ao abrigo das empreitadas financiadas por linhas de crédito da China e regressam ao seu país no prazo de um ou dois anos, no término dos seus contratos. Estes trabalhadores vivem em regra nos próprios estaleiros e têm muito pouco contacto com os angolanos, para além de que a língua representa uma barreira difícil de transpor.

Também para Fernando Jorge Cardoso⁹⁸, a ameaça de uma invasão maciça de mão-de-obra chinesa tem sido muito exagerada e sobrevalorizada. Para este analista, não estarão em toda a África mais de 1 milhão de chineses, o que não permite inferir tratar-se de uma “estratégia de alívio da pressão demográfica” por parte da RPC. Angola tem uma política expressa de diversificação de parceiros e outros investigadores, como Indira Campos e Alex Vines, são de opinião que a influência da China em Angola tem sido sobrevalorizada: “Na sua maior parte, os funcionários angolanos não se esquivam a falar sobre a cooperação com a China e dizem de forma aberta não querer ficar dependentes deste ou daquele parceiro para o seu desenvolvimento ou para o seu comércio [externo]” (Campos e Vines 2008: 20).

Na área da criação de emprego, Angola, como outros países de África, não dispõe ainda de meios eficazes para fiscalizar a aplicação da legislação referente à utilização de mão-de-obra local, nem de quadros ou técnicos qualificados em número suficiente para impor o seu cumprimento. As próprias empresas angolanas

⁹⁷ Ennes-Ferreira, Expresso, 12/Abril.2008, http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=240, acedido a 10 de Março de 2009.

⁹⁸ Cardoso, Fernando Jorge, IEEI, <http://dn.sapo.pt/2008/05/25/internacional/africa>, acedido a 25 de Maio de 2008.

financiadas por créditos, chineses ou outros, nem sempre conseguem preencher as quotas de 30%⁹⁹ a que têm direito (Magalhães Ferreira 2008: 6: nota 10).

Do ponto de vista de Angola, a China concede fundos para projectos de reabilitação de infraestruturas estratégicas para a fase pós-conflito que os doadores ocidentais não financiam. Para além disso, o financiamento chinês é concedido a melhores condições que os empréstimos conseguidos no mercado comercial, taxas de juro mais baixas e prazos de pagamento mais dilatados. As linhas de crédito concedidas a Angola por instituições não chinesas em 2004 exigiam maiores garantias sobre o petróleo, não ofereciam período de carência e pediam taxas de juro mais altas (Campos e Vines 2008: 18). Acresce que a RPC financiou Angola quando este país não tinha acesso a financiamentos de outras instituições internacionais com componente concessional. Na verdade, o relacionamento entre Angola e as instituições de financiamento internacionais é, de há muito, pouco feliz (2008: 18).

O Governo chinês concede às empresas chinesas diversos incentivos, como deduções fiscais e isenções, colocando-as deste modo em posição vantajosa em relação a empresas de outros países, em particular no caso de concursos de empreitadas de obras públicas (Magalhães Ferreira 2008: 3). Nos últimos anos, em grande parte devido a este facto, Angola assemelha-se a um “estaleiro” (Ennes-Ferreira 2008: 296), gigantesco, com a realização de grande número de obras de reabilitação de infraestruturas.

Quadro 8 – Componentes da procura (1997-2008), Angola

	1997/98	2004/05	2005/06(e)	2006/07(p)	2007/08(p)
	Percentagem do PIB (preços correntes)		Variação percentual, em volume		
Formação bruta de capital	35.2	7.5	51.9	12.8	13.7
Público	5.9	4.7	80.0	12.0	15.0
Privado	29.3	2.8	5.0	15.0	10.0
Consumo	81.1	68.0	21.7	18.1	21.1
Público	28.3	24.1	10.4	8.0	13.2
Privado	52.8	43.9	25.6	21.2	23.2
Saldo externo	-16.3	24.5			
Exportações	56.2	72.6	9.6	30.1	7.0
Importações	-72.5	-48.0	26.9	14.8	16.1

Fonte: PEA 2006/2007: 93. OCDE.

⁹⁹ Segundo Aguinaldo Jaime, Presidente da ANIP, em 2007 foi aprovada legislação que eleva este valor para 70% (Programa Prós e Contras, RTP1, 16 Março 2009)

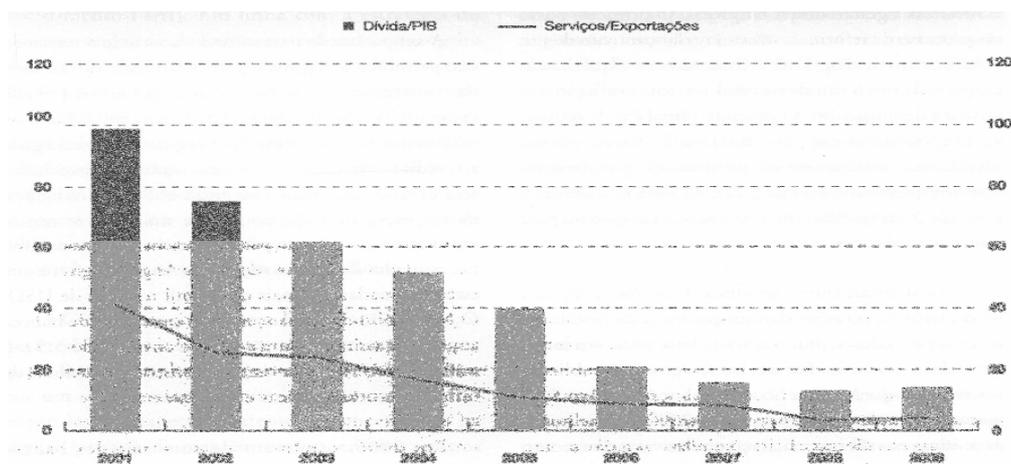
Quadro 9 – Componentes da procura (1999-2009), Angola

	Percentagem do PIB (preços correntes)		Variação percentual, volume			Contribuição às variações do PIB em volume		
	1999	2006	2007(e)	2008(p)	2009(p)	2007(e)	2008(p)	2009(p)
Formação bruta de capital	28.4	11.3	-2.1	29.6	18.9	-0.5	5.3	3.9
Público	12.6	8.9	-6.0	35.0	20.0	-1.0	4.7	3.3
Privado	15.8	2.4	12.0	13.0	15.0	0.6	0.6	0.7
Consumo	77.6	88.7	22.0	70.4	81.1	7.5	2.8	15.0
Público	59.9	27.5	23.6	11.2	15.2	3.2	2.9	3.3
Privado	17.7	61.2	15.0	23.8	25.9	4.3	2.1	11.7
Consumo interno	77.6	88.7	22.0	70.4	81.1	7.5	2.8	15.0
Consumo interno privado	60.3	71.3	19.4	11.2	15.7	4.7	1.3	11.7
Consumo interno público	17.3	17.4	23.6	23.8	25.4	4.3	1.5	3.3
Consumo externo	-12.4	-11.0	15.0	11.0	11.0	0.0	0.0	0.0
Consumo externo privado	-12.4	-11.0	15.0	11.0	11.0	0.0	0.0	0.0
Consumo externo público	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Consumo total do PIB	65.2	77.7	19.9	81.4	92.1	7.5	2.8	15.0

Fonte: PEA 2007/2008: 105. OCDE.

Nos quadros 8 e 9 apresenta-se a estrutura da procura (% do PIB), que reflecte a forte e crescente dependência da economia angolana das exportações (em particular de petróleo e gás natural), e das importações da maior parte de bens de consumo; esta situação parece ter tendência para se prolongar ainda durante alguns anos. De acordo com o relatório da OCDE (PEA 2006/2007), o investimento privado continuou concentrado no sector mineiro, enquanto o investimento público se direccionou para a reconstrução das infraestruturas e áreas sociais (quadro 8). No que diz respeito ao período de 2007/2008, a OCDE (quadro 9) aponta como factor de crescimento o aumento da procura interna (consumo público e privado), estimando a manutenção dessa tendência para o período seguinte devido ao aumento de rendimentos resultante do crescimento do sector não petrolífero e ainda a um aumento significativo previsto do emprego no sector público decorrente das obras de reabilitação de infraestruturas. O investimento público sofreu um decréscimo em 2007, provavelmente consequência das dificuldades de execução de projectos; no entanto, nos anos próximos deverá haver uma recuperação deste investimento, com a melhoria das taxas de execução previstas em orçamento.

Gráfico 8 - Dívida externa e serviço da dívida (2001-2009), Angola



Fonte: PEA 2007/2008:109. OCDE

O gráfico 8 mostra o esforço de redução da dívida externa e do serviço da dívida, com reflexos na imagem externa do país. Reflecte-se nesta tendência a diminuição da dependência de empréstimos de curto prazo, caros, garantidos pelo petróleo, e de financiamentos tradicionais (países da OCDE e o FMI), devido às linhas de crédito abertas pela China, com um financiamento prometido de cerca de 7 mil milhões de US dólares (duas linhas de crédito de 2 mil milhões de US\$ cada e ainda 2,9 mil milhões de US\$ do Fundo Internacional da China). A primeira linha de crédito aberta pelo Eximbank, de 2 mil milhões de US dólares, garantida por petróleo, foi libertada em 2004 e, em 2006, a quase totalidade do segundo crédito. Parte deste financiamento foi aplicado nos projectos de recuperação do aeroporto internacional de Luanda, no projecto do caminho-de-ferro de Luanda, no sistema de saneamento básico da capital e na melhoria de diversos troços de estradas (PEA 2007/2008: 108).

4.2.3. Obras públicas – infraestruturas

Como acima se referiu, Angola necessita, urgentemente, de reabilitar a maior parte das suas infraestruturas. São consideradas estratégicas as obras de:

- recuperação de quase 500 km de estradas nacionais e secundárias e construção de 5 novas pontes de metal;
- recuperação dos três principais corredores ferroviários construídos durante o período colonial e continuação das obras de recuperação do aeroporto internacional de Luanda.

Durante os anos de conflito, o meio de transporte mais utilizado foram os transportes aéreos, dada a enorme insegurança das viagens por estrada ou comboio. Existem em Angola treze aeroportos (alguns serão pouco mais que aeródromos), todos a exigir urgente recuperação. Dada a sua localização, muito perto de zonas habitacionais, o aeroporto de Luanda não pode ser ampliado, e as obras que estão a ser realizadas referem-se principalmente ao melhoramento do *runway*. Prevendo a necessidade de uma maior capacidade aeroportuária nas proximidades da capital, existe já um plano para construção de um novo aeroporto a cerca de 30 km de Luanda, que deverá ser financiado pela China (*African Economic Outlook 2005/2006*: 115-116). Entretanto, a agência Angop (23/10/2008) dá notícia que a empreitada para a construção do novo aeroporto internacional de Luanda, que ocupa uma área de 5 mil hectares, com capacidade para permitir a aterragem do maior avião comercial do mundo, o Airbus A380, está a cargo da empresa *China International Fund Corporation*, que já colocou no terreno, além da mão-de-obra, os meios materiais necessários, incluindo uma central de betão.

As linhas de crédito concedidas pela China têm um prazo de 17 anos, um período de carência que pode prolongar-se até 5 anos e uma taxa de juro anual de 1,5% (*African Economic Outlook 2005/2006*: 68,116) e as autoridades chinesas não põem outro tipo de condicionalidades no que se refere à transparência das contas, à boa governação ou ao respeito pelos direitos humanos. No entanto, estes empréstimos, formalmente sem condicionalidades, têm como requisitos não-financeiros a exclusão de fornecedores não chineses (*African Economic Outlook 2005/2006*: 68, 116) e a utilização de tecnologia, equipamento, material e mão-de-obra chineses.

As linhas de crédito da RPC vão financiar a recuperação das três principais linhas de caminho de ferro do país – o caminho-de-ferro-de Benguela (do Lobito à fronteira com a Zâmbia e República Democrática do Congo), o caminho-de-ferro de Luanda (da capital a Malange) e o caminho-de-ferro de Moçâmedes, que parte desta cidade do litoral sul –, a construção de diversos troços de via-férrea transversais que permitam a ligação norte-sul das linhas principais (leste-oeste) para o interior, obras de recuperação do aeroporto internacional de Luanda, e um novo aeroporto na região central da província de Benguela. Estão ainda previstas obras de sistema de saneamento básico da capital e melhoria de diversos troços de estradas.

4.2.4. Os hidrocarbonetos

As exportações de petróleo para a China atingiram um montante de 3,9 mil milhões de US dólares em 2004, colocando Angola como terceiro fornecedor da China, a seguir à Arábia Saudita e ao Irão. Em 2005, a RA ultrapassou o Irão, exportando para a RPC 17,46 milhões de toneladas de *crude*, correspondentes a 45,5% do petróleo importado de África pela China. Actualmente, o petróleo angolano representa 18% do total das importações da China (Campos e Vines 2008: 12).

A zona marítima ao longo da costa angolana está dividida em 74 blocos de exploração petrolífera, em águas rasas, profundas e ultra-profundas, dos quais apenas cerca de três dezenas estão actualmente em operação¹⁰⁰.

As petrolíferas chinesas *Sinopec* e *Cnooc*, segundo a Macauhub (2008), deverão reforçar em breve a sua participação na produção de petróleo angolano, em parceria com a *Marathon Oil Corporation*, para a exploração de 20% do Bloco 32 da costa angolana, um negócio que deverá rondar os 1,8 mil milhões de US dólares e em que as empresas chinesas ganharam às concorrentes *Petrobras* (Brasil) e *ONGC Videsh* (Índia). As empresas chinesas mostram-se também interessadas na licitação de novos blocos que deverá realizar-se em breve (o Governo aprazou a ronda para depois das eleições de Setembro). Os blocos em concurso serão blocos terrestres em Cabinda (Bloco Central) e Kwanza (KON11 e KON12) e o Bloco 9, em águas rasas.

Esperava-se uma redução da produção petrolífera a partir de 2008, se o país cumprir, como se prevê, as novas quotas definidas pela OPEP, que atribuiu a Angola um volume de produção de 1,9 milhões de barris por dia. O argelino Chakib Khelil, presidente em exercício da OPEP para o ano de 2008, «exclui o recurso a um aumento da produção, porque, por ora, a oferta é superior à procura e há uma superprodução estimada em 500 mil barris/dia», reconhecendo embora a existência de pressões que incitam a organização a aumentar a sua produção¹⁰¹. Até finais de 2007, a produção prevista era de 2 milhões de barris/dia, com tendência para subir¹⁰². Sobre esta questão, e de acordo com a Angoladigital (27/10/2008), o actual ministro do Petróleo, José Maria Botelho de Vasconcelos¹⁰³, afirmou na reunião extraordinária da OPEP em Viena que as receitas petrolíferas de Angola deverão continuar

¹⁰⁰ <http://www.Angoladigital.net> - Fonte: Angola Press.

¹⁰¹ <http://diariodigital.sapo.pt/>.

¹⁰² De acordo com notícias da CNN, Angola ultrapassou a Arábia Saudita nas exportações de petróleo para a China, tornando-se, pelo menos até ao momento, o maior fornecedor mundial de petróleo à RPC. (<http://edition.cnn.com/2008/WORLD/africa>), acedido a 5 de Setembro de 2008.

¹⁰³ Angola assumiu a presidência da OPEP a 1 de Janeiro de 2009. <http://www.africatodayonline.com/pt/noticia/3875/angola>, acedido a 11 de Março de 2009.

equilibradas, apesar da redução da produção de petróleo bruto decidida por aquela organização. Estes números confirmam o que se disse na p. 76 (gráfico 7) em relação ao peso dos rendimentos do petróleo no PIB angolano.

Em 2005, o sector petrolífero angolano representou cerca de 93% das exportações e 52% do PIB do país, sendo ainda responsável por 78% dos rendimentos do Governo (*African Economic Outlook 2005/2006*:108). No entanto, estes rendimentos não têm sido igualmente repartidos por todo o território, verificando-se uma concentração de benefícios em Luanda e no enclave de Cabinda (*African Economic Outlook 2006*:107).

A exploração do petróleo é feita através da Sonangol, a quem cabe negociar os contratos com petrolíferas estrangeiras. Actualmente, esta empresa tem acordos de extracção e exploração de petróleo e de gás natural com as seguintes empresas: *Exxon Mobil* (EUA), *Chevron Texaco* (EUA), *TotalFinaElf*¹⁰⁴ (França), a *BP* (Reino Unido) e outras, como a *Repsol* (Espanha), *Gas Natural* (Espanha), *Petrogal/Galp* (Portugal), *Eni* (Itália), *Sinopec* (China) e *Statoil* (Noruega).

A *Sinopec*, a maior empresa da Ásia em capacidade de refinaria, comprou recentemente três novas participações em campos petrolíferos angolanos, com um total de reservas provadas de 3.200 mil milhões de barris¹⁰⁵. Segundo o *Shanghai Securities News*, publicado em Xangai, a *Sinopec* detém 75% da *Sonangol Sinopec Internacional*¹⁰⁶, uma *joint-venture*. O jornal não refere os valores pagos pela *Sinopec*, mas notícias anteriormente saídas na imprensa oficial chinesa informavam que esta empresa tinha oferecido 1,9 mil milhões de euros (2,4 mil milhões de dólares americanos) pela participação nos blocos.

Segundo o Ministério do Comércio chinês, em informação à Agência LUSA, Angola foi o maior fornecedor de petróleo à China em Fevereiro de 2006 – 456 mil barris de petróleo por dia nos primeiros dois meses do ano, ou seja, 15% do total das importações petrolíferas chinesas, ultrapassando a Arábia Saudita (informações também confirmadas por dados da empresa suíça de análise energética *Petromix*). As

¹⁰⁴ A TotalFinaElf inaugurou em Dezembro de 2001 a maior plataforma petrolífera flutuante do mundo, no campo Girassol, com 300 metros de comprimento e 60 de largura, em pleno *offshore* Angolano, extraindo 200 mil barris por dia de uma profundidade de 1365 metros (Nunes 2004: 1, *Janus 2004*). Em 2005/2006, alegando alguns atritos com a França, Angola terá decidido não renovar com a Total a concessão detida por esta empresa, e transferir a concessão para um consórcio liderado pela China (*African Economic Outlook 2005/2006*, p. 108).

No entanto, actualmente o consórcio francês continua a operar em Angola. A partir do segundo semestre de 2006, a Total deverá ter beneficiado do início da laboração de uma importante jazida em Angola <http://www.protestepoupanca.pt>.

¹⁰⁵ De acordo com o jornal *Shanghai Securities News*, a *Sinopec* adquiriu participações de 27,5%, 40 % e 20 % em três blocos de exploração petrolífera off-shore, que vai explorar em conjunto com a Sonangol.

¹⁰⁶ www.rtp.pt/index, Jornal "Shanghai Securities News", Agência LUSA, 2006-06-13.

importações chinesas de petróleo angolano em 2006 representam assim um aumento de 42% em comparação com os dois primeiros meses de 2005.

A *Sinopec* anunciou também a construção de uma nova refinaria, no Lobito, em parceria com a Sonangol, totalizando um investimento de 3 mil milhões de dólares americanos. O negócio foi concretizado dias antes de o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, iniciar uma visita de estado a Angola, a 20 e 21 de Junho de 2006, no âmbito de uma visita a sete países africanos. Esta foi a primeira visita de um primeiro-ministro chinês a Angola desde 1983, altura em que os dois países estabeleceram relações diplomáticas¹⁰⁷. Nem a embaixada de Angola em Beijing nem responsáveis da *Sinopec* se mostraram disponíveis para comentar o negócio¹⁰⁸. No entanto, segundo informações recentes, o Governo angolano decidiu avançar sozinho com a construção da refinaria do Lobito (Ennes-Ferreira 2008: 307: nota 57).

Aquela empresa investiu também mais 1,5 mil milhões de dólares para desenvolver a sua metade na exploração petrolífera do Bloco 18, ao largo da costa angolana, que explora em parceria com a europeia BP¹⁰⁹.

Os 3 200 mil milhões de barris de reservas provadas deverão fazer aumentar a produção da petrolífera chinesa em 100 mil barris por dia, quando a parceria começar a extrair petróleo dos novos blocos.

Segundo números apresentados em Fevereiro de 2006 por João Manuel Bernardo, embaixador de Angola em Beijing, o volume de negócios entre os dois países foi de 3,27 mil milhões de euros (4,2 mil milhões de dólares americanos) em 2005, o que torna Angola no segundo maior parceiro comercial da China em África, a seguir à África do Sul.

A balança comercial de Angola com a China tem sido excedentária, graças ao rápido aumento do volume de petróleo importado pela RPC. No entanto, o número crescente de projectos no sector das infraestruturas e a maior competitividade dos produtos exportados pela China quando comparados com os preços europeus pode significar que nos anos vindouros se irá assistir a alguma alteração desta situação, com aumento das exportações chinesas, eventualmente atingindo os valores das exportações portuguesas (Campos e Vines 2008: 13).

¹⁰⁷ <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia>, (20.06.2006), acedido a 20 de Junho de 2008.

¹⁰⁸ www.rtp.pt/index, Agência LUSA, 2006-06.

¹⁰⁹ Agência Lusa, editado por AD, Março 2006.

4.2.5. Transparência

Tem-se verificado um esforço no que respeita à transparência das contas das receitas do petróleo¹¹⁰, com informações mais completas fornecidas pelo Governo e melhoria nas práticas de ofertas e licitações neste sector. No entanto, Angola ainda não aderiu à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas e a Sonangol e a Endiama (empresa estatal responsável pelo sector diamantífero) continuam a realizar operações para-orçamentais no âmbito das Finanças e do Banco Central (PEA 2007/2008:110)¹¹¹.

Em 2007, num conjunto de 180 países, Angola ocupava a posição 147 no *ranking* global do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da *Transparency International* (em 2006, ocupava a posição 142), sendo o IPC de 2,2 nos dois anos. Ainda em 2007, o país assinou a Convenção da União Africana de Prevenção e Combate à Corrupção, elevando assim para 41 o número de países africanos (de um total de 53) signatários, desde 2003. Na sequência de seis novas ratificações – Etiópia, Gana, Quênia, Libéria, Senegal e Zâmbia – a Convenção pode agora entrar em vigor (PEA 2007/2008:47, 46).

Em 2008, num conjunto de 163 países, Angola ocupa, segundo a *Transparency International*, a posição 158, com um IPC de 1,9, reflectindo os esforços feitos no sentido de reduzir o problema da corrupção.

4.3. Moçambique

Situada na costa oriental de África, a República de Moçambique tem uma área de 802 000 km² onde vivem cerca de 21 milhões de pessoas (PEA 2007/2008:133). O país é limitado a leste pelo Canal de Moçambique e pelo Oceano Índico, e faz fronteira a norte com a Tanzânia, a Zâmbia e o Malawi, a oeste com o Zimbabué e a Suazilândia e a sul e oeste com a África do Sul.

¹¹⁰ Refere-se, em particular, o sector extractivo, dado o seu peso na economia angolana; e o petróleo, como a mais importante exportação de Angola e de Angola para a China.

¹¹¹ Um relatório de Janeiro de 2004 da Human Rights Watch referia que 4 mil milhões de US dólares de receitas de petróleo não estavam incluídos nas contas do Estado entre 1997 e 2002 <http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/2/hi/business/4861108.stm>, 30/3/2006.

4.3.1. Breve apresentação do país e resenha histórica

Por volta de 1970, Moçambique tinha uma população de cerca de 8,2 milhões de pessoas e um crescimento demográfico de aproximadamente 2,5% ao ano. Cerca de 97% da população era rural e a densidade populacional andava à volta dos 10,7 habitantes/km². Nessa altura, 52% da população ocupavam 15% do território e 8%, 41% do território. As maiores concentrações populacionais verificavam-se ao longo da costa, nos vales dos principais rios (Incomati, Limpopo, Zambeze, Rovuma...) e no planalto (Alta Zambézia, Angónia...). A taxa de analfabetismo rondava os 90%, a mortalidade infantil era de 168 e a esperança de vida à nascença ficava pelos 40 anos (RDH 2007/2008: 266). Cerca de 70% da população activa (e quase 100% das mulheres) dedicavam-se à agricultura (Mosca 2005: 76-77).

Independente desde 25 de Junho de 1975, Moçambique é uma república presidencialista e multipartidária, de acordo com a última revisão da Constituição (30 de Novembro de 1990); após as “conversações para obtenção do cessar-fogo e para a paz realizadas em Roma, na comunidade de Santo Egídio em 1992” (Mosca 2005: 349), o acordo de paz entre a Frelimo e a Renamo foi assinado a 4 de Outubro de 1992. Em Outubro de 1994 realizaram-se as primeiras eleições legislativas multipartidárias, repetidas de 5 em 5 anos; o Governo é nomeado pelo partido político com maioria parlamentar (Pinto 2005: 145).

Armando Emílio Guebuza é o actual Presidente da República e Chefe de Estado. A moeda oficial é, desde 1 de Junho de 2006, o Novo Metical (MTn) e a língua oficial, o Português¹¹².

Após o 25 de Abril de 1974, mais exactamente entre 20 de Setembro desse ano e 25 de Junho de 1975 (dia da independência), funcionou um Governo de transição cuja missão era passar o poder de Portugal para a Frelimo¹¹³. Deste período e dos primeiros anos da independência, podem apontar-se os seguintes factos, baseados na opção socialista e na primazia da política sobre a economia, que viriam a ter consequências negativas no desenvolvimento do país:

- Encerramento das fronteiras com a Rodésia do Sul (02/1976), de que resultou uma diminuição do tráfego internacional de mercadorias, fonte importante de divisas;

¹¹² <http://www.portaldogoverno.gov.mz>; <http://www.presidencia.pt/mocambique2008/>.

¹¹³ “Apesar da sua reduzida implantação urbana, a Frelimo foi reconhecida por Portugal como a única força com capacidade negocial...”. A este respeito, Mário Soares admitiria, em público: “«em Moçambique só a Frelimo é que combate no campo de batalha e só com ela falaremos»” (Bragança, 1987:438) *in* Pinto, (2005: 145).

- A solidariedade com a luta de outros movimentos independentistas, como os do Zimbabué e da Namíbia, tiveram elevados custos humanos e económicos para Moçambique: a África do Sul, por exemplo, começou a recrutar para as suas minas trabalhadores de outros países e desenvolveu políticas activas no sentido de desviar para outros pontos de escoamento mercadorias até então exportadas através de portos moçambicanos;
- As aldeias comunais, introduzidas por Samora Machel, contribuíram para a crise da economia e para a desestruturação das famílias;
- Se bem que o discurso oficial da Frelimo fosse no sentido de que no novo país haveria lugar para todos, a verdade é que a realidade não correspondeu às promessas, agudizando ainda mais a saída em massa dos portugueses (Mosca 2005: 145 e seguintes).

A partir de 1980, a guerra civil agravou-se e alargou-se a quase todo o território, com consequências desastrosas para a população (Moçambique chegou a ter quase 40% dos seus habitantes em situação de deslocados de guerra) e para a economia (entre 1980 e 1986, o PIB decresceu mais de 30% e o crescimento económico foi negativo durante 5 anos seguidos) e devastação das infraestruturas. A dívida externa aumentou quase 500% e mais de 60% do IDE foram cancelados ou nem sequer iniciados; o efectivo de gado bovino, cerca de um milhão e trezentas mil cabeças em 1980, ficou reduzido a cerca de 250 000 cabeças em 1992, em grande parte devido à guerra; os indicadores da área da saúde, na sequência da destruição de centros de saúde e assassinio de técnicos, sofreram um retrocesso de décadas.

Entretanto, verifica-se a crise nos países do COMECON (Conselho de Assistência Económica Mútua) e com ela a redução da cooperação e ajuda dos países do Bloco de Leste, particularmente da República Democrática Alemã (RDA); Moçambique ficou isolado.

Foi especialmente a partir de 1983 que começaram a ser tomadas medidas que iriam desembocar na adopção, em 1987, do Programa de Reabilitação Económica (PRE) e de algumas iniciativas que vieram a revelar-se importantes, como:

- Romper o isolamento diplomático com os principais países ocidentais com o objectivo de obter apoio económico e ajuda internacional;
- Encontrar soluções para a paz;
- Implementar as reformas económicas necessárias para indicar aos países ocidentais e instituições financeiras internacionais a real intenção de mudança da Frelimo (Mosca 2005: 218, 220-221).

Iniciam-se as conversações com o FMI e o BM e, em 1984, Moçambique, cuja candidatura ao COMECON fora recusada, é admitido nas Instituições de Bretton Woods. Os países ocidentais tomam o lugar dos socialistas no campo do apoio económico e ajuda internacional, o sector privado substitui-se ao sector estatal na captação de recursos e as agências privadas e ONG desempenham funções até aí reservadas ao Estado (Mosca 2005: 225, 264-247).

4.3.2. Indicadores globais

De acordo com os elementos fornecidos pelo relatório da OCDE (PEA 2007/2008:133), o PIB *per capita* de 2007, calculado a preços constantes de 2000, era de 348 US dólares; a esperança de vida situava-se nos 36,9 anos (entre 2000-2005, esse valor situava-se entre 40,7 e 41,9 anos), e a taxa de analfabetismo era de 47% da população. Ainda em 2007 a população era de 21 397 000 pessoas.

O RDH 2007/2008 calcula, para o ano de 2005, uma esperança de vida à nascença de 42,8 anos e um PIB *per capita* (em dólares PPC) de 1,242.

Apesar da significativa redução da pobreza alcançada em Moçambique entre 1997 (69,4%) e 2003 (54,1%), medida com base da linha de pobreza nacional, Moçambique, que ocupa o 172º lugar da tabela do Índice de Desenvolvimento Humano, com um valor do IDH de 0,384, inferior ao mesmo índice calculado para os países em vias de desenvolvimento, menos desenvolvidos e ainda para a África subsariana¹¹⁴ (RDH, PNUD 2007/2008:234). Os dados mostram a distância a que Moçambique se encontra em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em particular o Objectivo 1¹¹⁵.

No conjunto de 108 países e áreas em desenvolvimento, Moçambique ocupa a posição 101 na tabela do Índice de Pobreza Humana (IPH-1), abaixo da Tanzânia, República Democrática do Congo, Angola e Zimbabué (posições 67, 88, 89 e 91). Entre 1990 e 2005, 36,2% da população subsistia com menos de 1 dólar por dia, e 74,1% com menos de 2 dólares por dia, para uma linha nacional de pobreza de 69,4% (calculada para o período de 1990 a 2004) (RDH 2007/2008: 242).

Para o período de 2000-2005, a probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (em percentagem da coorte) foi de 45% e, em 2004, 50% da população não tinha ainda acesso a uma fonte de água melhorada (RDH 2007/2008: 242).

¹¹⁴ Respectivamente: 0,691, 0,488 e 0,493.

¹¹⁵ Erradicar a pobreza extrema e a fome.

A população da República de Moçambique duplicou entre 1975 e 2005, prevendo-se que em 2015 se cifre em 24,7 milhões. A população urbana aumentou, no período estudado, de 8,7 para 44,2 em percentagem do total. Dois factos principais podem ajudar a explicar esta variação: a guerra civil que, de 1975 a 1992, opôs a Frelimo à Renamo¹¹⁶, e as violentas inundações, ciclones e secas prolongadas que, quase ciclicamente, se abatem sobre o território (foi o caso das cheias do Zambeze, em 2007, a que seguiu um período de secas, e do ciclone *Favio*, em Fevereiro de 2008). Estes acontecimentos obrigam a população rural a procurar o refúgio possível nas cidades. A população moçambicana é maioritariamente jovem: 44,2% de pessoas com menos de 15 anos e 3,2% de pessoas com 65 anos e mais (ambos em percentagem do total e para o ano de 2005). Para 2015, prevê-se uma ligeira descida da população jovem e um pequeno aumento da população mais idosa.

O país é dotado de um significativo potencial agrícola, possui valiosas reservas de gás natural, titânio, cobre, grafite, ouro, minério de ferro, bauxite, vastos recursos na área da pesca e da exploração e comércio de madeiras e tem um elevado potencial para a produção de energia hidroelétrica, com 39 rios a correr para o Índico (Carriço 2008: Parte II, nota 5).

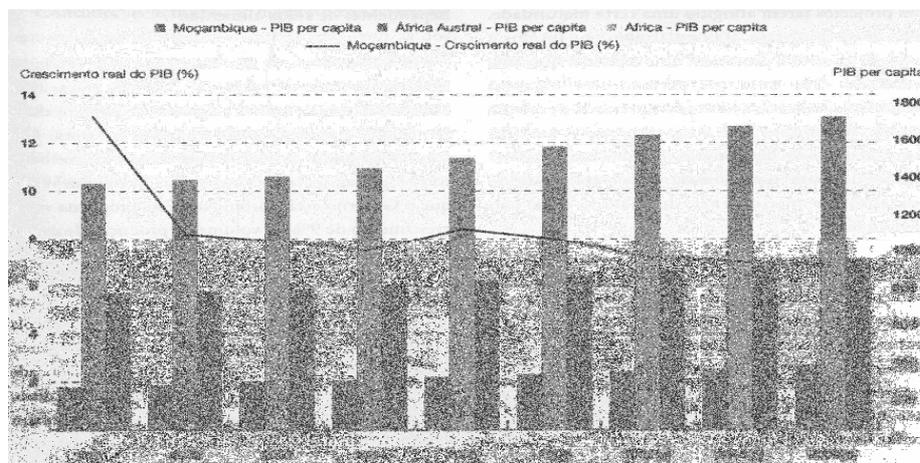
4.3.3. Breve análise da actual conjuntura económica

A taxa média de crescimento económico de Moçambique cifrou-se em 8% entre 2000 e 2006 (contra 7,7% em 2005) com um crescimento real do PIB de 7,2% em 2007 (contra 8% em 2006)¹¹⁷: esta diminuição é justificada pelo aumento dos preços do petróleo e redução das exportações tradicionais (tabaco, açúcar, algodão, peixe e crustáceos, caju, entre outras). A taxa anual de crescimento do PIB *per capita* cresceu de 2,3% (1975-2005) para 4,3% (1990-2005) (RDH, 2007/2008: 282).

¹¹⁶ “Assinado em Outubro de 1992, o acordo de paz moçambicano pôs termo a uma guerra civil de 16 anos que desenraizou cerca de um quarto de uma população de 16.5 milhões de pessoas.” <http://www.cidadevirtual.pt/acnur>.

¹¹⁷ PEA 2007/2008: 135.

Gráfico 9 – Crescimento real do PIB e do PIB *per capita* (2001-2009), Moçambique



PEA 2007/2008:135. OCDE.

O crescimento real do PIB de 7,2% em 2007, reflectido no gráfico 9, foi impulsionado pelo aumento do investimento na área de recursos minerais, indústria, serviços e agro-indústria, e pela expansão do sector da construção, alimentada pelos investimentos em infraestruturas financiados por doadores. Já a taxa de crescimento real do PIB de 8,9% apresentada pelo relatório da OCDE (PEA 2006/2007:107), deveu-se, principalmente, aos chamados «mega-projectos», financiados por capitais estrangeiros e por volumosos montantes de ajuda pública.

Também a melhoria na agricultura, graças a investimentos estrangeiros na plantação de açúcar e tabaco, contribuiu para o crescimento económico, embora a produção agrícola tenha sido prejudicada pela seca grave que se fez sentir na zona sul do país durante quatro anos seguidos, até 2007, inclusive, obrigando a desviar recursos para adquirir alimentos de emergência para as cerca de 800 000 pessoas afectadas (*African Economic Outlook 2005/2006:388*).

O valor do PIB *per capita* moçambicano é ainda inferior ao da África Austral e ao do continente africano, confirmando os dados sobre o grau de pobreza no país. Embora tenha registado um dos maiores níveis de redução da pobreza em todo o mundo nas últimas décadas¹¹⁸, Moçambique é ainda assim um dos países mais pobres do globo.

A análise da estrutura do comércio de Moçambique mostra uma sensível melhoria da balança de transacções correntes entre 1990 e 2005, se bem que em

¹¹⁸ Com base na linha nacional de pobreza, a pobreza caiu de 69,4% da população em 1997 para 54,1% em 2003 (PEA 2007/2008:147).

2005 as importações correspondessem a 42% do PIB, enquanto as exportações eram responsáveis apenas por 33% daquele agregado. Ainda para o ano de 2005, 89% das exportações de mercadorias referiam-se a produtos do sector primário e 7% a produtos manufacturados (RDH, 2007/2008: 290).

O quadro 10 (PEA 2007/2008) revela também a evolução positiva da balança comercial do país, com um acréscimo significativo das exportações de 6,9 (em % do PIB) em 1999, para 34,3 (em % do PIB) em 2006.

Quadro 10 – Evolução da balança de transacções correntes (% do PIB) (1999-2009), Moçambique

	1999	2004	2005	2006	2007(p)	2008(p)	2009(p)
Balança Corrente	22,0	8,5	9,4	26,8	18,5	8,8	10,8

PEA 2007/2008: 115. OCDE.

O quadro 10 reflecte ainda um crescimento importante das exportações em 2005 e 2006 em consequência, principalmente, dos elevados preços do alumínio e do crescimento das exportações tradicionais (caju, açúcar, tabaco, camarão), embora não se preveja a mesma tendência para os anos seguintes, em especial devido ao aumento do valor das importações resultante do aumento dos preços do petróleo. O quadro aponta ainda o elevado valor das transferências correntes em 2006, em parte resultante do alívio da dívida de que Moçambique beneficiou¹¹⁹ e da APD, de que Moçambique é um dos principais beneficiários no mundo (PEA 2006/2007: 116). Só em 2005 o volume de APD recebido por Moçambique (desembolsos líquidos) foi de 1285,9 milhões de US dólares (RDH 2007/2008: 295).

Nos últimos anos, e em especial a partir de 2005, a melhoria da gestão da política fiscal, aliada a um acréscimo da despesa em sectores prioritários, e a redução da percentagem de outros gastos, como as despesas militares (5,9% do PIB em 1990 para 0,9% do PIB em 2005), entre outras medidas, conduziram a uma redução do serviço da dívida total de 3,2 % para 1,4% do PIB (RDH 2007/2008: 299). Estes progressos permitiram a Moçambique a inclusão na iniciativa da redução da dívida do

¹¹⁹ Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida, iniciativa a favor dos países pobres fortemente endividados (PEA 2007/2008:143).

G8, do que deverá resultar uma redução do valor actual líquido da dívida externa para cerca de 10% do PIB.

4.3.4. Os mega-projectos

Um dos problemas que preocupa as autoridades moçambicanas é o facto de os mega-projectos, fortemente capital intensivos, terem um reduzido efeito de arrastamento em relação ao resto da economia, tanto no que diz respeito à absorção de mão-de-obra local não qualificada como à criação de novas indústrias complementares e às receitas cobradas pelo Estado (neste último aspecto devido aos incentivos fiscais e benefícios, como o repatriamento de lucros, que são em regra concedidos às empresas investidoras).

O sector da construção civil é um dos mais fortemente influenciados pela implementação dos mega-projectos. Sofreu algum declínio quando terminaram as obras dos projectos Mozal (produção de alumínio) e Sasol (gás natural) e cresceu com o projecto Moma (titânio), a reabilitação do caminho-de-ferro do Sena as obras de reconstrução e manutenção de estradas. Espera-se que a continuação destes trabalhos de reabilitação e o início do projecto *Corridor Sands Titanium* permitam manter a actividade do sector.

Por outro lado, as reformas estruturais, como a gestão dos recursos humanos, a reestruturação dos salários do sector público e as reformas no sector judicial, têm sido lentas a vários níveis, o que tem como consequência um ambiente pouco favorável a investimentos para além dos que se referem ao petróleo, alumínio, gás natural e energia e outras matérias-primas consideradas importantes para os investidores estrangeiros, como será, a breve prazo, o titânio.

4.3.5. A redução da pobreza

Moçambique é um dos países mais pobres de África e do Mundo, e as desigualdades entre estratos socio-económicos são evidentes. O RDH 2007/2008 confirma o que atrás se disse com os dados que a seguir se transcrevem:

Quadro 11 – Parcela do rendimento ou consumo (%), Moçambique

	10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Coef. de Gini
2002-2003	2,1	5,4	53,6	39,4	47,3

Fonte: RDH 2007/2008: 286.

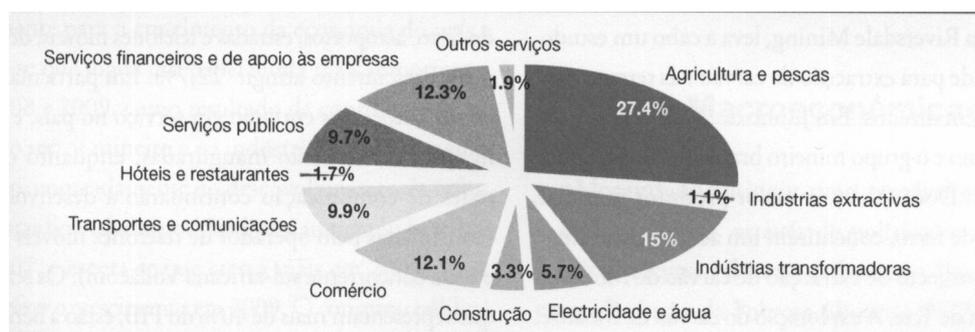
Também a percentagem de pessoas sem acesso a luz eléctrica é um bom indicador do nível de vida de uma população: em Moçambique, no ano de 2005, 18,6 milhões de pessoas, numa população de cerca de 20 milhões, estavam nessas condições, não obstante a existência de infraestruturas de produção de energia de grande envergadura, como a barragem de Cahora Bassa.

As autoridades estão a desenvolver uma estratégia da redução da pobreza¹²⁰ através da implementação da primeira fase do Programa de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I), que começou em 2001 e foi actualizado (PARPA II), para o período de 2008-2009,¹²¹ com o objectivo de melhorar a flexibilidade do mercado formal do trabalho, estimular a agricultura através de serviços de extensão rural, implementar projectos de irrigação e de reforço de instituições de microfinanciamento, melhoramento de estradas rurais e de acesso ao crédito (*African Economic Outlook 2005/2006:388*).

Como medidas de longo prazo, o Governo lançou um plano estratégico no valor de 52 milhões de US dólares para reduzir as contingências climáticas e consequente insegurança alimentar – aumento da produção de arroz no norte, estímulo às produções resistentes à seca, como mandioca e batata-doce e fornecimento de sementes e fertilizantes.

Em oposição à diminuição da produção agrícola alimentar, as produções para exportação (caju, algodão, açúcar, tabaco, marisco e peixe) excederam em 2005/2006 os níveis do período anterior.

Gráfico 10 – PIB por sector (% do PIB), em 2006, Moçambique



Fonte: PEA 2007/2008: 137. OCDE.

¹²⁰ O PARPA II visa reduzir a incidência da pobreza dos actuais 54% para 45% em 2009 (PEA 2006/2007:108).

¹²¹ O PARPA I definiu medidas de política monetária e fiscal que trouxeram ao país uma razoável estabilidade macroeconómica (PEA 2007/2008:139).

O crescimento do peso da indústria no PIB deve-se, em particular, aos mega-projectos, como se referiu, salientando-se as exportações de alumínio, de que Moçambique é um dos principais exportadores mundiais. Também os investimentos na agro-indústria (açúcar, algodão, tabaco) permitiram, apesar das condições climatéricas frequentemente desfavoráveis, uma melhoria acentuada da contribuição do sector agrícola para a formação do PIB.

4.3. A presença da China em Moçambique

A República de Moçambique estabeleceu relações diplomáticas com a RPC a 25 de Junho de 1975, logo após a sua acessão à independência. Desde então, os laços bilaterais entre os dois países têm vindo a ser reforçados, para o que contribuíram as visitas recíprocas entre os seus dirigentes de topo: Samora Machel e Joaquim Chissano e primeiros-ministros de Moçambique estiveram na China, e diversos dirigentes chineses, entre os quais o primeiro-ministro Li Peng e, em 2007, o presidente chinês Hu Jintao, fizeram visitas de estado ao país africano. Durante a estada de Hu Jintao, Moçambique reiterou, como já referido, o seu apoio à política de «uma China única», a sua oposição à «independência de Taiwan» sob qualquer forma, incluindo a independência *de jure* de Taiwan e ao seu acesso a qualquer organização internacional de estados soberanos¹²².

A China tem prestado significativa «ajuda amigável e gratuita» a vários níveis, nomeadamente com a construção de diversos edifícios governamentais, como o Parlamento, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Centro de Conferências Joaquim Chissano, entre outros, e um novo estádio nacional no valor de 15 milhões de US dólares. Mais recentemente, no âmbito dos acordos de assistência, a China enviou para Moçambique grande número de profissionais, como médicos, enfermeiros, engenheiros, professores e especialistas em questões agrícolas (Horta 2007: 3).

Moçambique assinou com a RPC um Acordo de Comércio e um Acordo de Promoção e Mútua Protecção do Investimento e os dois países criaram uma Comissão Económica e Comercial Conjunta em 2001. A China dá apoio a Moçambique em diversos projectos – indústria têxtil, naval, prospecção e captação de água, construção de edifícios públicos, infraestruturas de comunicação rodoviária, ferroviária e de saneamento básico.

¹²² Comunicado Conjunto China-Moçambique, Xinhua, *People's Daily Online*, actualizado em Fevereiro de 2007. <http://english.people.com.cn/>; acedido em 11 de Março de 2009.

No entanto, as parcerias entre empresários moçambicanos e chineses são distorcidas em favor dos últimos, já que os empresários locais, além de descapitalizados, não têm apoio governamental, ao contrário do que acontece com os chineses. Esta situação confere aos chineses vantagem adicional nas negociações com os seus homólogos moçambicanos (Carriço 2008 Parte II: 10-11).

Moçambique exporta para a China principalmente produtos agrícolas e pescado (incluindo marisco), poucas matérias-primas, e importa manufacturas e máquinas. O comércio bilateral entre os dois países triplicou entre 2004 (70 milhões de US dólares) e 2006 (210 milhões de US dólares), colocando a China em terceiro lugar entre os maiores parceiros comerciais de Moçambique, depois de Portugal e da África do Sul (Horta 2007: p.1).

Desde há alguns anos, a China é um importante importador de madeira de Moçambique; apesar dos regulamentos que proíbem a exportação de madeira não tratada (proibição que tem como objectivo obrigar os países importadores a investir em fábricas de processamento de madeira no país), grande volume de toros de madeira é exportado ilegalmente, por meio de subfacturação e, com maior gravidade, a coberto de legislação especial, danosa para os interesses do país. Este facto prejudica a indústria local em benefício quase exclusivo do importador, a China. Se bem que os negociantes chineses não se envolvam muito directamente no abate ilegal de árvores, este é levado a cabo por população local que depois leva os toros até às cidades portuárias onde se encontram com os compradores (Horta 2008a:2).

De acordo com informações de algumas ONG, só em 2006 foram exportados cerca de 94 000m³ de madeira, principalmente das florestas da província da Zambézia. Segundo Daniel Ribeiro, um conceituado ambientalista moçambicano, os compradores chineses optam por certas espécies de crescimento lento devido ao seu elevado valor. Estas espécies, que crescem em regiões semi-áridas, são abatidas a um ritmo que prejudica, quando não impossibilita, a regeneração da floresta. Ainda de acordo com Daniel Ribeiro, este derrube indiscriminado vai ter como consequência de curto prazo (5 a 10 anos) o desaparecimento de vastas áreas florestais (Lemos e Ribeiro 2007: 4). Esta situação vem tornar mais difícil ao país assegurar a sua estabilidade ambiental futura (o 7º ODM).

A pressão da procura chinesa está a obrigar a expandir o abate de árvores, legal e ilegal, a outras zonas do país, entre as quais a floresta virgem do Niassa, na margem do lago Malawi, Cabo Delgado e Nampula, a norte, e Inhambane, a sul.

Quadro 12 – Área de floresta, Moçambique

% da Área total	Total (milhares de km ²)	Varição total (milhares km ²)	Varição média anual (%)
2005	2005	1990-2005	1990-2005
24,6	192,6	-7,5	-0,2

Fonte: RDH 2007/2008: 307. *Preparado pela autora segundo dados obtidos da fonte indicada.

A erosão dos solos e a desertificação provocada pelo desaparecimento das florestas começa a revelar-se um problema grave num país que até agora não tinha tido essas preocupações.

O derrube de árvores é muitas vezes acompanhado por outro tipo de actividade ilegal, como o abate de elefantes para aproveitamento dos dentes, de rinocerontes por causa dos chifres (a que os chineses atribuem qualidades afrodisíacas) e de leopardos por causa das peles. Aliado à matança indiscriminada de animais está também o contrabando de pedras preciosas e semipreciosas – esmeraldas, turmalinas, granadinas e topázios azuis –, registando-se queixas de que navios chineses de grande porte se dedicam à pesca ilegal de camarão, lagosta, peixe e, aparentemente, de tubarão, para aproveitamento das barbatanas (Lemos e Ribeiro 2007: 5).

No entanto, não sendo só os chineses a envolverem-se nestas actividades, torna-se difícil às autoridades actuarem, mesmo que o desejem (Horta 2008: 3).

Como foi referido no Capítulo II, o crescimento demográfico da China coloca diversos problemas às autoridades de Beijing, a médio e longo prazo. Um dos problemas mais graves relaciona-se com a alimentação da população e, em particular, com a produção de arroz. De acordo com estimativas de centros chineses que estudam a evolução social e económica, dentro de 10 anos a produção interna de arroz será insuficiente para satisfazer as necessidades da população. Estas previsões são mais uma explicação do grande interesse da China por Moçambique, em particular pelos vales dos rios Zambeze e Limpopo, que, segundo avaliação de técnicos do Instituto de Hunan, têm “aptidões excepcionais para a produção de arroz”. O vale do Limpopo foi, de resto, durante a administração portuguesa, um importante centro de orizicultura¹²³.

4.4.1. Acordos com a China – vantagens e desvantagens

Moçambique assinou com a República Popular da China vários acordos de cooperação técnica e económica, de que se salienta a concessão de crédito a taxas de juro muito baixas ou mesmo a taxa zero.

¹²³ *Áfricamonitor*, nº 298, 22.07/2008, www.africamonitor.info.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Com base nos elementos recolhidos, parece razoável admitir que destes acordos poderão resultar benefícios reais para Moçambique. Dado o enorme interesse manifestado pela China na melhoria da produção agrícola moçambicana¹²⁴ – traduzido, por exemplo, na promessa de investimento de cerca de 800 milhões de US dólares para modernização da agricultura a fim de estimular a produção de arroz, no apoio à construção de barragens e infraestruturas de transporte, no financiamento de um instituto de investigação agrícola e de várias escolas agrícolas ou a construção de diversas redes de irrigação – esta será decerto uma área onde Moçambique poderá alcançar vantagens significativas do apoio chinês. A entrada de divisas resultante da exportação agrícola – facilitada pela isenção de taxas de importação sobre 400 produtos agrícolas moçambicanos, entre os quais o arroz, concedida pela China – permitirá a Moçambique adquirir manufacturas chinesas, e outras, nos mercados internacionais. Segundo o investigador Loro Horta¹²⁵, se implementados com cuidado e atenção à sensibilidade das populações, em particular no que respeita à propriedade das terras e à fixação de mão-de-obra e técnicos chineses, os planos da China para incentivar a produção agrícola moçambicana, de que se salientam os projectos para o vale do rio Zambeze, anteriormente referidos, poderão significar enormes vantagens para os dois países.

Entre estes acordos inclui-se um crédito de cerca de 3 mil milhões de US dólares a juros muito baixos para implementação de grandes projectos de realização de infraestruturas, como se referiu, entre os quais o projecto da barragem de Mpanda Nkuwa (com um custo estimado em 2,3 mil milhões de US dólares). No entanto, este projecto, como afirmam Anabela Lemos e Daniel Ribeiro, é um bom exemplo da pouca preocupação da China quanto ao problema dos direitos humanos e do impacto ambiental dos projectos que financia a países possuidores de recursos que interessam à RPC.

A barragem de Mpanda Nkuwa tem sido objecto de grande discussão e controvérsia em Moçambique. Em primeiro lugar, parece não ter havido uma avaliação adequada do impacte social e ambiental do projecto; em segundo lugar, levantam-se graves preocupações pelos seus elevados riscos económicos, sociais, ambientais e técnicos. A barragem vai ser construída no rio Zambeze, um dos rios africanos com mais barragens. A electricidade produzida pela central hidroeléctrica

¹²⁴ Nos últimos anos o consumo de arroz na China quase duplicou; em paralelo, a industrialização, o crescimento das cidades e a degradação ambiental têm provocado uma redução da terra arável, com consequências graves na produção de alimentos básicos, como o arroz e a soja, que não fazem parte da dieta diária tradicional da população moçambicana.

¹²⁵ Horta, L. (2008b), "The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony?", Online Africa Policy Forum - <http://forums.csis.org/africa>

será dirigida principalmente para a indústria e para a rede eléctrica da região austral de África; no entanto, menos de 5% da população moçambicana tem acesso a luz eléctrica. A produção de energia vai provocar variações no nível das águas fluviais duas vezes por dia, com graves prejuízos para a população que vive a jusante e que depende do caudal do rio para prover as suas necessidades de água em condições adequadas e suficientes, para a pesca, navegação fluvial e plantação nas planícies de inundação. Prevê-se que a construção da barragem destrua anos de trabalho de recuperação do delta do Zambeze, um dos *wetlands* mais ricos de África. A barragem vai ser construída numa zona sismicamente activa (placa da Núbia-Somália) sobre a chamada falha do Shire (rio que corre desde o lago Malawi até ao Zambeze), causando receios que o maior peso de água aumente o potencial sísmico das placas circunvizinhas (Lemos e Ribeiro 2007: 2, 3).

As circunstâncias acima referidas levaram potenciais financiadores ocidentais, como o Banco Mundial, a distanciarem-se do projecto. No entanto, o Eximbank aceitou financiar a construção da barragem. Este facto traduz a posição da China face a critérios ambientais e sociais e falta de interesse pelas consequências dos seus financiamentos, ao abrigo da sua proclamada política de não-ingerência em assuntos internos dos países beneficiários dos seus empréstimos.

Não existem muitos dados sobre o apoio concedido aos empreiteiros chineses a trabalhar em Moçambique, se bem que se possa talvez extrapolar do que foi dito anteriormente quanto à ajuda do Governo chinês às suas empresas a operar no estrangeiro.

Sabe-se que estas empresas trabalham principalmente no sector da construção, imobiliária, fornecimento de água e saneamento, construção e/ou reabilitação de estradas e pontes – as empreitadas para execução de cerca de um terço do programa de construção de estradas em Moçambique (aproximadamente 600 km de estradas) e uma grande ponte no norte do país que permitirá a ligação entre Moçambique e a Tanzânia, foram adjudicadas a empresas chinesas.

O relatório do Parlamento Europeu já citado considera “que os Estados africanos ricos em recursos asseguram uma melhor posição no mercado graças à procura da China...¹²⁶”. No caso de Angola (aborda-se mais à frente a questão de Moçambique) onde, segundo Esteves (2008:127-128), a RPC “tem suplantado outros poderes¹²⁷ tradicionais em Angola, que a têm encarado como uma ameaça no continente...”, que vantagens decorrem para o país do seu relacionamento com a

¹²⁶ Relatório sobre a política de China e o seu impacto em África, Parlamento Europeu, 2008: 7, alínea O.

¹²⁷ Sobre este tema, ver também o Relatório sobre a política de China e o seu impacto em África, Parlamento Europeu, 2008.

China? Esteves, a este propósito, cita: a importância do crédito chinês, a troca de experiências, a cooperação na área militar, a cooperação tecnológica, a cooperação médica, os benefícios do relacionamento com um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

O apoio da China pode ter sido, e foi, “apreciado pela elite e pela população nos primeiros tempos do período pós-guerra civil, mas o sentimento não era o mesmo cerca de quatro anos mais tarde. Os benefícios políticos e ganhos económicos alcançados pela classe mais poderosa não têm repercussões nas vidas do angolano comum, o que poderá vir a aumentar a tensão entre a população e os expatriados chineses” (Ennes-Ferreira 2008: 314). Este analista levanta uma outra questão:

“Será que o envolvimento da China em Angola é «só negócios»? Se for esse o caso, constitui um objectivo modesto face ao papel ambicioso que a China pretende ter na esfera internacional. Tendo em conta o potencial multifacetado de Angola em África, um aliado como este país pode vir a ser de indiscutível utilidade¹²⁸. Nesse caso, quais as consequências para Angola, não só para a elite mas também em termos de política interna?” (2008: 316).

Em relação à República de Moçambique, não obstante os grandes benefícios e oportunidades resultantes do seu relacionamento com a China, “os dirigentes da antiga colónia portuguesa devem estar conscientes de que este envolvimento crescente apresenta muitos aspectos negativos... Se não for gerida com cuidado, a presença da China em Moçambique pode acabar por não ser diferente das experiências coloniais do passado... (Horta 2008: 5).

Como sublinha o investigador Sérgio Chichava, a presença da China não é encarada por todos os estratos sociais moçambicanos com igual entusiasmo:

“os políticos são bastante receptivos ao interesse que a China demonstra pelo país. O Governo de Moçambique [...] encara a China «como um parceiro, e não como um colonizador», pois, ao contrário dos países ocidentais, a China tomou o compromisso de desenvolver a África e tem sempre cumprido as suas promessas. Mas se a maior parte da elite tem uma perspectiva muito optimista, o mesmo não se passa com outros estratos da sociedade moçambicana, que vêm com algum pessimismo a forma como a nova cooperação entre os dois países se desenvolve no terreno” (Chichava 2008: 2).

Assim, pergunta-se: que caminhos poderá vir a seguir, no futuro, a parceria entre a China, Angola e Moçambique? O que será necessário para que o relacionamento entre estes países, que formalmente é uma parceria entre iguais, o seja também na realidade e com vantagens não só para as classes no poder mas também para a restante população? Aqui cabe recordar que, como salienta Stiglitz

¹²⁸ “A África Útil” de que fala Adriano Moreira (2008: 192).

(2007: 11, 42), Angola e Moçambique, fazem parte “...da região mais explorada pela globalização: durante os anos de colonialismo, o mundo usou os seus recursos mas deu muito pouco em troca...”; e, devido às circunstâncias em que se encontravam, após a independência, ao contrário do que se passou na China, os benefícios da globalização “passaram ao lado” destes dois países. De que forma os dois países africanos, que parecem ser o lado mais frágil nesta equação, deverão jogar os seus trunfos para conseguir resultados mutuamente vantajosos, uma «*win-win situation*»?

As opiniões acima apresentadas parecem sugerir que, para os dois países africanos em estudo, a presença da China não se apresenta como um «claro benefício». Como se referiu anteriormente, o relacionamento de Angola e de Moçambique com a China não é, nem foi, idêntico. No entanto, distinguem-se algumas semelhanças nas reacções a este envolvimento no que se refere às elites e ao resto da população de ambos os países. Como salienta Chris Alden: “Para líderes e regimes confrontados com instabilidades domésticas, desgastes da reestruturação e liberalização económica e pressões pela abertura democrática, a China mantém acesa a esperança de reformas que não ponham a perder todos os ganhos acumulados no exercício do poder” (Esteves 2008: 81).

Conclusão

Como se disse, é objectivo deste trabalho reflectir sobre a questão da presença da China em África, focando a análise em dois países da região subsariana: Angola e Moçambique. Assim, no Capítulo I foram apresentados dois conceitos considerados importantes para o enquadramento do tema na conjuntura actual – o processo de globalização e o princípio de condicionalidade.

Da análise dos elementos incluídos no Capítulo II, que se interroga acerca das motivações da actual política de *go out* da RPC, poder-se-á concluir:

- da fortíssima dependência que a China de hoje apresenta em relação ao mercado externo, tanto no que diz respeito aos recursos naturais, orgânicos e minerais, como no que se refere à exportação da sua produção, de baixo ou de elevado valor acrescentado;
- da absoluta necessidade que o país tem de garantir fontes alternativas de recursos essenciais à sustentabilidade da economia e ao bem-estar da população;
- de como o seu primordial interesse se sobrepõe a outras considerações de ordem política, social ou ambiental, levando ao estabelecimento de relações económicas com países ricos nos recursos de que precisa;
- da possibilidade de estas relações poderem vir a ser de predomínio, pelo menos com mais facilidade, no caso de países em vias de desenvolvimento ou altamente endividados, onde os trunfos chineses – disponibilidade de elevados montantes de fundos e reservas financeiras, tecnologia avançada, mão-de-obra abundante e barata, falta de contestação às regras impostas pelo aparelho de estado e pelo partido – enquadrados por uma política de «apoio sem condicionalidades», adquirem força acrescida;
- de como muitos países africanos reúnem as condições, geográficas, económicas e políticas, para constituírem alvos preferenciais da China, quer tendo em vista a sua penetração no continente africano, quer na perspectiva da chamada cooperação Sul-Sul;
- de como a RPC procura angariar votos favoráveis às suas posições nas instituições internacionais, em particular no que se refere ao estatuto de Taiwan;
- e, finalmente, de como Angola e Moçambique podem ser pontos de

partida para que a China consolide a sua posição de influência na África Austral.

Do que se investigou para elaborar o Capítulo III com o objectivo de perceber como tem evoluído o relacionamento de Beijing com Luanda e com Maputo, parece razoável concluir que:

1. Em relação a Angola:

- é fortemente relevante para a China o acesso às fontes de petróleo e de gás natural de Angola;
- o acesso ao mercado angolano¹²⁹, que deverá alargar-se, à medida em que as regras da SADC forem sendo implementadas, para o mercado da região austral africana, constitui uma área de grande potencialidade não só para absorver as exportações chinesas mas também como fonte de recursos minerais e orgânicos para garantia do desenvolvimento sustentado da China;
- no que se refere à redução da pobreza, os elementos obtidos sugerem que o envolvimento da RPC em Angola tem sido positivo. O apoio financeiro para a construção e reabilitação de infraestruturas permitiu estender o acesso a água potável e energia a milhares de pessoas e tem facilitado não só o regresso de população deslocada às regiões de origem e ainda o transporte de bens alimentares e outros, que irão estimular o desenvolvimento socioeconómico do interior do país.

2. Em relação a Moçambique:

- o processo de envolvimento da China com Moçambique tem-se desenrolado de forma particular, numa política de pequenos passos;
- os empréstimos sem condicionalidades e, para além disso, as doações e o perdão de grandes montantes da dívida moçambicana sugerem uma política de estreitamento de laços económicos e sociais que deverá prolongar-se no tempo, com benefício para os dois países;
- as potencialidades de Moçambique no sector agrícola, em particular no que diz respeito à cultura do arroz e da soja, constituem um forte atractivo para a RPC, já que as previsões apontam para uma preocupante diminuição da produção interna de arroz¹³⁰.

¹²⁹ É ainda um mercado com apetência pelos produtos de manufactura que as empresas chinesas – hábeis na eliminação da concorrência – exportam, e menos exigente (Esteves 2008: 135).

¹³⁰ Ver *Africa Monitor*, nº 298, 2008 (www.africamonitor.info).

No Capítulo IV, finalmente, procurou-se compreender as vantagens que resultam para Angola e para Moçambique do seu relacionamento com a China e as características deste envolvimento. Assim:

- os elementos recolhidos indiciam que, até à data, Angola tem gerido com sucesso muitas das facetas da sua relação com a RPC, nomeadamente utilizando as verbas disponibilizadas para se autonomizar em relação aos doadores tradicionais, recusando alguns negócios no sector petrolífero e investindo significativamente nos sectores mais abalados pela guerra civil;
- Moçambique parece estar numa situação de maior dependência face à China. Existem acordos de parceria em diversos projectos financiados por capitais chineses, em grande parte com objectivos a médio e longo prazo, como é o caso dos projectos no sector agrícola e piscícola. Nestas *joint ventures* Moçambique participa com o solo arável, os recursos minerais e orgânicos e/ou mão-de-obra, enquanto a RPC investe capital, tecnologia e *know-how*. Este facto parece apontar para um propósito de enraizamento da China no território moçambicano.

Da análise feita poderão ainda retirar-se diversas conclusões aplicáveis, na generalidade, aos dois países africanos, para tentar responder à questão inicial: a parceria com a China é uma parceria entre iguais ou um relacionamento desequilibrado?

Situando os três países no contexto da economia mundial, tendo como referência o Capítulo I (enquadramento teórico), o estudo realizado sugere que a China se apropriou do processo de globalização para sua vantagem, enquanto Angola e Moçambique têm ainda que encontrar uma resposta estrutural e rápida para enfrentar este fenómeno.

Dos dados recolhidos poderá inferir-se que a China usa de grande pragmatismo nas suas relações com estes dois países, procurando garantir o usufruto das respectivas potencialidades económicas. Poderá ainda concluir-se que a estratégia chinesa se adapta às condições particulares de cada um dos casos – que recursos possuem que sirvam o país, que necessidades e fragilidades apresentam que possam ser utilizadas em seu proveito. Assim, se em relação a Angola o objectivo parece ser, em primeiro lugar, a garantia imediata e futura de fontes de energia, já em relação a Moçambique o estudo indica que a China pretende fazer do país o seu fornecedor, a médio e longo prazo, de produtos da agricultura, uma espécie de «quintal» em África.

Fazendo jus à reconhecida visão de futuro da cultura chinesa, não será excessivo encarar a criação do Fórum de Macau – para além dos esforços para facilitar a participação dos dois países africanos, com especial relevo para Moçambique –, como uma forte aposta da China no desenvolvimento dos laços com a África Austral.

Escreve-se com frequência acerca dos perigos de a China invadir, ou ter invadido, os mercados internacionais com as suas mercadorias a preços mais que competitivos, consequência real do baixo custo da mão-de-obra nacional. De acordo com Domenach (2008: 78 e seguintes), esta perspectiva, para além de não ser totalmente exacta, tende a alterar-se a breve prazo. As causas dessa mudança são, entre outras:

- o aumento de custos de produção derivados da subida do preço do petróleo e a necessidade que a China tem de importar outras matérias-primas escassas no seu território;
- o rápido aumento que se verifica nos salários;
- e o facto de a legislação laboral, que concede mais benefícios aos trabalhadores, vir a implicar grandes custos quando correctamente aplicada.

A presença chinesa em África suscita outras análises e opiniões. No Ocidente, o tema é motivo de preocupação. Devido à sua política de «não-ingerência», a China é acusada, por muitos sectores, de prejudicar a democracia no continente africano, de ser condescendente ou, mesmo, conivente, em relação à violação dos direitos humanos, deficiente governação e degradação ambiental [resultantes das políticas seguidas pelos] dirigentes africanos (Chichava 2008: 4)¹³¹.

Sem complexos, Beijing proclama nos grandes *meetings* internacionais a sua vontade de estabelecer «parcerias estratégicas de tipo diferente», caracterizadas pela «igualdade e confiança recíproca no plano político» e uma «cooperação mutuamente vantajosa no plano económico». Ou seja, uma forma de negociar baseada na principal preocupação chinesa, a garantia do seu desenvolvimento sustentado. Ou, citando Caroline Fourest (2008: 1), “as nossas vantagens valem mais que os direitos humanos”.

No entanto, como se sugere nos Capítulos II e III, a China tem consciência que o seu estatuto – um grande país em franco desenvolvimento que aspira a um lugar de potência mundial – implica obrigações para com a comunidade internacional,

¹³¹ Ver também, a este respeito, “Política da China e o seu impacto em África”, Relatório do Parlamento Europeu, 2008, p. 25.

tanto no campo financeiro – especificamente no que se refere às suas imensas reservas cambiais –, como no económico – a aquisição de vastíssimos volumes de matérias-primas, em particular hidrocarbonetos, força a subida dos preços nos mercados internacionais –, como no político – de que são uma primeira tentativa a mediação no conflito do Darfur, as hesitações a respeito de armas para Mugabe e alguma transparência, inédita, na altura do sismo de Sichuan, em 2008.

Por outro lado, como foi realçado no Capítulo IV, as características do relacionamento da China com os países africanos, trouxe África para um lugar de destaque na cena mundial, lembrando ao Ocidente que as relações com o continente africano não têm que ser de domínio.

Este trabalho, como já referido, não pode apresentar conclusões ou asserções definitivas, já que se refere ao tempo presente. Por isso, o que se propõe é uma tentativa de distinguir e compreender tendências no âmbito do tema tratado; mas é importante ressaltar que as tendências apontadas são, em grande parte, conjunturais, pelo que podem a qualquer momento sofrer alterações, quantitativas e qualitativas.

Os elementos apresentados no Capítulo III apontam para uma cada vez maior intervenção da China em Angola e Moçambique. Em moldes e, possivelmente, com objectivos a longo prazo diferentes.

Em Angola, os hidrocarbonetos e, a seguir, os diamantes, são, como se sublinha no Capítulo III, o alvo principal e imediato da China; a estratégia de concessão de empréstimos, linhas de crédito e outros apoios “sem condicionalidades” facilita a entrada de empresas chinesas no país, já que lhe permitem dispensar ajudas financeiras de outras fontes, reputadas gravosas devido às regras que a sua concessão impõe, como é o caso dos programas de ajustamento estrutural do FMI.

Em Moçambique, a China parece ter optado por uma política de longo prazo¹³². Os acordos de cooperação mútua, o perdão de dívidas, a concessão de financiamentos, os empréstimos a juros muito baixos, o investimento em projectos agrícolas, com claro interesse a prazo para a China, como é o caso da soja e do arroz, deixam entrever para o futuro um projecto em que serão exploradas, para benefício mútuo, as vantagens comparativas dos dois países.

Para além do interesse económico que o apoio chinês representa, poderá perguntar-se se a China contribui, e de que forma, para o desenvolvimento com justiça social, e não apenas para o crescimento, dos dois países africanos em estudo. Talvez possa fazer-se um exercício de cotejamento da actuação da RPC com alguns

¹³² Ver, entre outros, Bosten (2006: 6).

dos ODM¹³³. No Capítulo IV abordaram-se especificamente alguns aspectos relacionados com o ODM 1 (Angola e Moçambique) e com o ODM 7 (Moçambique), podendo inferir-se dos dados apresentados que a presença da China tem sido benéfica para os dois países africanos no que se refere ao ODM 1 (erradicar a pobreza extrema e a fome). Independentemente dos objectivos finais da China, e do facto de os investimentos chineses, pelas razões antes apontadas, não produzirem os efeitos estimulantes da economia que poderiam ser esperados a montante e a juzante, a participação em projectos como reabilitação de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, hospitais e escolas e em projectos no sector agrícola, contribui necessariamente para o desenvolvimento socioeconómico sustentado e para a redução da pobreza. As estradas e as linhas férreas reconstruídas permitem não só o regresso das populações às suas regiões de origem – com isso reduzindo a população migrante e flutuante que se acumula em redor das cidades sem condições mínimas de vida – como o seu abastecimento em alimentos, alfaias e sementes. Este facto também virá estimular o relançamento da agricultura, em particular em Angola, onde este sector foi fortemente afectado pela guerra civil. Já em Moçambique, os projectos previstos para o Vale do Zambeze (soja e arroz), por exemplo, mesmo que tenham como objectivo último proporcionar à China mais uma fonte de fornecimento destes bens alimentares, não deixarão de contribuir para a melhoria das condições alimentares dos moçambicanos e de, com adequada intervenção das autoridades, resultar na criação de numerosos empregos no sector agrícola.

Já em relação ao ODM 7, e em Moçambique, a actuação do estado/empresas chinesas, estimulando o abate indiscriminado de florestas, pesca ilegal e financiamento ou participação em projectos como o da barragem de Mpanda Nkuwa, parece levantar dúvidas.

Foram igualmente analisadas, embora não de forma explícita, diversas outras situações que se prendem com os ODM, nomeadamente com o ODM 8 e as metas 12 e 13¹³⁴. Importa colocar a questão: a intervenção chinesa tem facilitado o caminho para o cumprimento das metas referidas? Ou, pelo contrário, representa um obstáculo para que Angola e Moçambique atinjam pelo menos alguns dos fins definidos na Conferência do Milénio? A resposta não parece ser simples nem linear.

A análise dos Capítulos III e IV mostra que:

- os financiamentos chineses aos dois países africanos em estudo têm

¹³³ Os ODM estão listados no Glossário

¹³⁴ ODM 8 – Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento; Meta 12 – continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório; Meta 13 – enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

sido sempre ligados, com regras ditadas pelo Governo chinês, não obstante as declarações de cooperação mutuamente vantajosa e de parceria entre iguais;

- o ritmo de libertação de fundos não é necessariamente igual ao acordado entre os parceiros;
- poderá considerar-se que os contratos para empreitadas ganhos por empresas chinesas, estatais ou não, fazem prova de alguma discriminação em relação a outras empresas estrangeiras, já que, para além dos custos de mão-de-obra muito inferiores aos dos outros concorrentes, o Governo chinês utiliza diversos métodos de subsidiar as suas empresas¹³⁵, em geral não permitidos em outros países;
- e os contratos realizados com financiamentos chineses são na prática sempre entregues a empresas chinesas (com uma percentagem pouco significativa de mão-de-obra ou quadros locais), utilizando materiais e tecnologia chinesa.

Ainda nos Capítulos III e IV os elementos colhidos sugerem que nem Angola nem Moçambique terão capacidade imediata para se substituir aos chineses no que toca ao fornecimento de mão-de-obra, técnicos, equipamento e, mesmo, de materiais. No entanto, se a China não for persuadida a utilizar trabalhadores locais, mesmo que pouco qualificados, a transferir *know-how* e a formar quadros, o *status quo* manter-se-à. E se também parece ser verdade que a mão-de-obra chinesa é mais produtiva, nada impede que os africanos, devidamente treinados, pagos e estimulados, não possam alcançar ou eventualmente ultrapassar o mesmo nível de produtividade.

A não utilização de materiais produzidos localmente constitui igualmente uma forma de discriminação, já que impede o desenvolvimento da indústria local, mesmo que se trate de pequenas ou médias empresas. Em Angola e Moçambique existem empresas que poderiam, por exemplo, fornecer uma diversidade de materiais de construção para as empreitadas de obras públicas. O interesse do Estado por estas empresas – nomeadamente na melhoria das áreas de gestão, planeamento e controlo da produção, na formação de quadros e qualificação de mão-de-obra, na facilitação da importação de materiais para laboração e na assinatura de contratos que permitam uma estratégia empresarial com prazos dilatados – terá decerto resultados muito positivos em relação a este ponto.

Uma das conclusões a que se chegou ao longo deste trabalho é a de que presença da China tem contribuído em pouco para a promoção da boa governação, já

¹³⁵ A este respeito, ver Bosten (2006: 5) e também Magalhães Ferreira (2008: 3).

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

que pratica, pelo menos formalmente, uma política de «não-ingerência» nos assuntos internos dos países onde se instala. O Capítulo II menciona as questões de direitos humanos, liberdades civis e preocupações ambientais como sendo ainda um tema não prioritário na agenda política da RPC pelo que parece seguir-se que os apoios concedidos pela China, sob qualquer forma, não estejam subordinados a «condicionalidades» dessa natureza.

Em relação à meta 13, e no que diz respeito a Moçambique, os dados apresentados no Capítulo III sugerem que o envolvimento chinês – com o aumento do número de produtos isentos de licença de importação nas suas pautas aduaneiras; a classificação de Moçambique como destino turístico aprovado; o perdão parcial ou total de parcelas da dívida pública e doações sem contrapartida, oferta de construção de diversos edifícios, empréstimos em condições muito vantajosas – estará a ajudar o Governo moçambicano a aproximar-se daquela meta.

Quanto a Angola, os dados recolhidos não permitem fazer esta leitura em relação à meta 13.

A assistência financeira chinesa (doações e empréstimos) pode, em muitos casos, não constituir uma ajuda segundo os critérios dos doadores internacionais, como é o CAD da OCDE. Assim, os vultuosos financiamentos chineses destinam-se, se não maioritariamente, pelo menos em grande parte, a apoiar as empresas chinesas em África, verificando-se que ajuda e investimentos estão frequentemente interligados e, em regra, envolvem trabalhadores chineses. Desta forma, e tendo em conta o proclamado princípio de não-ingerência, os empréstimos chineses não requerem, nem estimulam, progressos em questões como os direitos humanos, a democracia e a boa governação, e podem criar dificuldades aos Governos africanos, reduzindo a elegibilidade para financiamento de instituições financeiras internacionais.

Compreende-se que os planos de investimento e a ajuda chinesa sejam atractivos para os países africanos. O mesmo se aplica ao direito de veto da China no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. Mas os dois países em estudo terão certamente mais vantagens se estabelecerem condições no seu relacionamento com a China, impondo acordos justos e uma gestão adequada dos capitais gerados. Uma das vias para melhorar a sua posição negocial é o aumento da força que detêm por si sós através da adesão a organizações de âmbito continental, como a União Africana (UA) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, *New Partnership for Africa's Development*), ou regionais, como a SADC e a COMESA (*Common Market for Eastern and Southern Africa*, Mercado Comum da África Oriental e Austral) e a implementação das virtualidades desses espaços alargados.

A parceria da China com Angola e Moçambique pode ser vista como as duas faces de uma moeda, representando oportunidades significativas para os países africanos, mas também riscos reais. Os riscos possíveis são de vária natureza e resultam da ainda insuficiente preparação de organismos oficiais, em termos de quadros e equipamento, para controlar e inspeccionar a realização e execução de empreitadas; da legislação nem sempre adequada ou correctamente aplicada no que se refere a volume de recursos naturais exportados, materiais de construção e outros, importados, utilização de mão-de-obra local, transferência de tecnologia e formação de quadros; e ainda de alguma dificuldade para enfrentar uma China com muito poder financeiro, do que pode resultar um estímulo à corrupção, falta de transparência nos negócios, concentração de benefícios nas elites políticas e grupos de poder. Mas os países africanos podem tirar partido das oportunidades que surgem deste relacionamento com o país asiático. Para isso, será necessário que assumam maior ou mais directa responsabilidade pela orientação do apoio chinês para o fomento do seu desenvolvimento e pela definição das regras da parceria, como o controle da legislação laboral aplicável, a escolha dos sectores onde o investimento é considerado prioritário, a obrigatoriedade – e controle de aplicação – de transferência de tecnologia e formação de quadros, como se viu nos capítulos III e IV.

Ao longo deste processo, como em qualquer actividade humana, verificam-se erros e hesitações: a determinação com que a China procura alcançar os seus objectivos colide por vezes com os propósitos diferentes desejados por Angola e Moçambique. Recorde-se ainda que se trata do encontro entre populações cultural, social e politicamente diversas, pelo que não será de estranhar que ocorram, com maior ou menor gravidade e extensão, focos de atrito entre elas.

No final deste trabalho, poderá talvez concluir-se que, tal como hoje se apresenta, a parceria entre a China, Angola e Moçambique contém em si as potencialidades para estimular, nos três países, e em particular nos países africanos, uma evolução socioeconómica positiva, harmoniosa e sustentada. Não se escamoteiam as contingências e externalidades, muitas vezes negativas, a que o processo está sujeito em virtude da inserção dos três países na economia e na sociedade global. No entanto, “em certos momentos, os homens são donos do seu próprio destino...”¹³⁶, pelo que a evolução deste processo dependerá, em larga medida, das escolhas políticas, económicas e sociais dos três países em estudo.

¹³⁶ SHAKESPEARE, W. (1982), “Jules Caesar”, Act 1, Scene 2: 754, in *The illustrated Stratford Shakespeare, London, Chancellor Press.*

Bibliografia

- AKL, A (2006). *China's African Safari*. <http://www.outlookseries.com/news/Financial/>.
- BILA, A. T. (2007). *Chinese Capital in Mozambique, Critical Assessment of Chinese Assistance to Mozambique*. draft, Commissioned by the African Forum on Debt and Development (AFRODAD).
- Boletim Trimestral de informação económica sobre a Ásia Oriental*, vol. 2, nº 4, 4º trimestre/1998 (Out), Última Edição, Edição do CEsa- Centro de Estudos sobre a África e do Desenvolvimento, <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/>
- BOSTEN, E. (2006). "China's Engagement in the Construction Industry of Southern África: the Case of Mozambique". São Petersburgo, Rússia. Paper for the Workshop "Asian and other Drivers of Global Change".
- CAMPOS, I. & VINES, A. (2008). *Angola and China: A Pragmatic Partnership*. CSIS. Chatham House. Working Paper.
- CARDOSO, F. J. (2008). *IEEI*. <http://dn.sapo.pt/2008/05/25/internacional/africa>.
- CARRIÇO, M. A. G. (2008) *A China em África e o caso da cooperação sino-moçambicana*. Parte II. In REVISTA MILITAR.
- CHICHAVA, S. (2008). *Mozambique and China: from politics to business?*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos «IESE». Moçambique. Discussion Paper nº05/2008; sergio.chichava@iese.ac.mz
- COOPER-RAMO, J. (2004). *The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power*. Foreign Policy Centre. <http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf>.
- DOLLAR, D. (2001). *Ajuda ao desenvolvimento, reformas e redução da pobreza em África*. In Globalização, Desenvolvimento e Equidade. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações D. Quixote.
- DOMENACH, J.-L. (2008). *La Chine m'inquiète*. Paris : Ed. Perrin.
- ENNES-FERREIRA, M. (2008). "China in Angola: Just a Passion for Oil?" In *China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace*, Soares de Oliveira, R., Alden. C., Large, D., Dwyer, M. J., (2008). Hurst (UK) e Columbia University Press (USA).

- ESTEVES, D. (2008). *Relações de Cooperação China-África: O Caso de Angola*. Coimbra: Almedina.
- FANON, F. (1980). *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulmeiro.
- FOUREST, C. (2008). "Nôtre nouveau maître est oriental". In *Le Monde* (19.06.2008)
- FRESCATA, C. (2008). *A China obriga-nos a mudar*. Lisboa: Esfera do Caos Editores-
- GIDDENS, A. (2000). *O Mundo na Grande Globalização*. Lisboa: Ed. Presença.
- HEAD-JONES, A. (2004). *The Economics of Chinese Birth Planning*. Entry For The 2004 Moffatt Prize in Economics.
- HOLSLAG, J. (2007). *Chinese Resources and Energy Policy in Sub-Saharan Africa*. Parlamento Europeu.
- HONGBIN, L. & JUNSEN, Z. (2006). *How Effective is the One-Child Policy in China?*. The Chinese University of Hong Kong, Working Paper Series, Vol. 2006-29, <http://www.icsead.or.jp/7publication/workingpp>,
- HOOKER, R. (2001). *Ming China. World Civilizations*. <http://www.wsu.edu:880/~dee/MING/MING.HTM>
- HORTA, L. (2007). *China, Mozambique: old friends, new business*. ISN Security Watch, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/>.
- HORTA, L. (2008a). *China's relations with Mozambique: a mixed blessing*. African Policy Forum. Center for Strategic & International Studies «CSIS».
- HORTA, L. (2008b), *The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony?*. Online Africa Policy Forum - <http://forums.csis.org/africa>.
- KAIZELER, A.C. e FAUSTINO, H.C. (2008). *Ética, Globalização e Ética da Globalização*. <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>
- LEONARD, M. (2008). *What does China think?*. London. Harper Collins
- LOPES, J.C. (2005). *Globalização, crescimento e convergência na economia mundial*. In. *Janus* 2005
- Macauhub, Mukanda Económica (2008), nº 4*
- MAGALHÃES FERREIRA, P. (2008). *Motivações e impactos da China em África*. In. *Lumiar Briefs* 4, IEEI.

- MALTEZ, J.A. (2008). *Geopolítica*. <http://maltez.info>.
- MAULDIN, J. (2008). *The Geopolitics of China: A Great Power Enclosed*. In *Outside the box* (Weekly e-mail newsletters). <http://www.johnmauldin.com>.
- MENZIES, G. (2003). *1421– O ano em que a China descobriu o mundo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MICHEL, S. & BEURET, M. (2008). *La Chinafrique*. Paris: Ed. Bernard Grasset.
- MOREIRA, A. (2008). *A espuma do tempo, memórias do tempo de vésperas*. Coimbra: Edições Almedina. SA.
- MOSCA, J. (2005). *A Economia de Moçambique*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MOURA ROQUE, F. et al. (1991). *Economia de Angola*. Bertrand Editora.
- MOURA ROQUE, F. (2001a) “Globalização e desenvolvimento: os desafios do novo milénio”, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.
- MOURA ROQUE, F. (2001b). “A África na era da globalização: os desafios do desenvolvimento a longo prazo”. *Revista de Humanidades e Tecnologias*, nº 6/7/8, 2001/2002, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MOURA ROQUE, F. (2007). *A África, a NEPAD e o Futuro*. Lisboa: Texto Editores.
- ECONOMIA DOS PALOP*. Seminário Internacional sobre a economia dos PALOP. coord. MOSCA, J./ZANZALA, J. (2006). Lisboa: Instituto Piaget
- National Geographic Magazine*. (Maio de 2008). “China, Inside the Dragon”.
- NUNES, R. (2004). *Geopolítica da energia: o offshore atlântico*. In *Janus 2004*.
- OLIVEIRA, A. P. *Tentando compreender a China*. In Adriano Moreira e Pinto Ramalho (Coord). (2007). *ESTRATÉGIA*, Vol. XVI. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- Organization for Economic Cooperation and Development. PCR General Administration and Customs. *Chinas’s Customs Statistics*
- PEREIRA, B.F. (2006). “A ressurgência da China, Relações entre Portugal e a República Popular da China”, p. 72. www.ipri.pt/publicacoes/revista_rj. Notícias.rtp.pt, 12 de Outubro 2008; Conferência ministerial de 2006 - plano de acção para a cooperação económica e commercial (Governo da RAEM)

- PINTO, J. F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Edição Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, Série D.
- RAMPINI, F. (2007). *China e Índia – As duas grandes potências emergentes*. Lisboa: Editorial Presença
- RIBEIRO, D. & LEMOS, A. (2007). *China exploits Mozambique's ecosystem and lax policies*, In AFRICAN PERSPECTIVES ON CHINA IN AFRICA, Fahamu. <http://www.fhamu.org>.
- RIBEIRO, D. & LEMOS, A. (2007). *A new colonial power in Mozambique*. <http://www.internationalrivers.org/>.
- ROQUE, P.C. (2008). *Angolan legislative elections: Analysing the MPLA's triumph*. Situation Report, Institute for Security Studies (África do Sul)
- ROSENBERG, M. (2008). *China's One Child Policy*. In About.com: Geography.
- SEN, A. (2001a). *Development as freedom*. (Janeiro 2001).New York. Alfred A. Knopf.
- SEN, A. (2001b). *Dix vérités sur la mondialisation*. Ponto 3. Paris. In *Le Monde* (Julho 2001).
- SERRA, A.M.A. (2004). *Políticas Económicas de Desenvolvimento*, “Capítulo 7 - O FMI e o Banco Mundial (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade
- SERRA, A.M.A. (1999). *O que é o Fundo Monetário Internacional*. In Curso sobre Políticas Económicas de Desenvolvimento (ISEG/UTL). http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/fmi_1.htm
- SHAKESPEARE, W. (1982), “Jules Caesar”, Act 1, Scene 2: 754, In *The illustrated Stratford Shakespeare*, London, Chancellor Press.
- SILVA, N.C., *A Globalização como factor de Exclusão*. Lisboa
- SMITS, G.J. *Topics in Pre-Modern Chinese History*, Chapter 10: Late Imperial China, <http://www.east-asian-history.net/textbooks>. gjs4@psu.edu Office: Department of History and Religious Studies, 211 Weaver Building, The Pennsylvania State University, University Park, PA 16802
- SOARES, R. & UVA, T.B. (2002). “Rendimento, Desigualdade e Pobreza”, INE. p.30.

- SPENCE, J. D. (1999). *Sun Yat-sen*. In TIMEasia 100 www.time.com/time/asia/asia/magazine/1999.
- STIGLITZ, J. (2006). *Making Globalization Work*. Londres. Penguin Books.
- SUN TZU (2008). *A arte da guerra*. Quasi Edições, Vila Nova de Famalicão.
- Taiwan Documents Project. United States Information Service.
<http://www.taiwandocuments.org/>
- TORRES, A. (1996). *Demografia e Desenvolvimento: elementos básicos*. Lisboa: Ed. Gradiva.
- TORRES, A. (2008). *África: desenvolvimento adiado e crise mundial*. Lisboa. www.adelinotorres.com.
- WANG, F.-L. (2005). *Organizing Through Division and Exclusion: China's Hukou System*. Stanford University Press.
- WANG, F.-L. (2005). *China's Household Registration (Hukou) System: Discrimination and Reform*. Washington, US Government.
- WOLTON, T. (2008). *O Grande Bluff Chinês—Como Pequim nos vende a sua «revolução» capitalista*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- YAO, S. (2006). Chinese Agricultural Reform, the WTO and FTA Negotiations”, “Asia-Pacific Research and Training Network on Trade”, Working Paper Series. <http://www.unescap.org>.
- ZHOU, Y. (2005). *Uncovering Children in Marginalization: Explaining Unregistered Children in China*. Introdução, Universidade de Washington. <http://iussp/2005.princeton.edu/>.

Perspectivas Económicas na África 2006/2007, OCDE.

Perspectivas Económicas na África 2007/2008, OCDE.

African Economic Outlook, 2005/2006, OECD

African Economic Outlook, 2007/2008, OECD

Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), PNUD 2007/2008.

Comunicado Conjunto China-Moçambique. Xinhua. 2007.02.09, <http://english.cri.cn/>

Relatório sobre a política da China e o seu impacto em África. 2008. Parlamento Europeu. (Rel. Eurodeputada Ana Gomes).

Centro Científico e Cultural de Macau. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior <http://www.cccm.mctes.pt>

Critical Review of China's Cereal Supply and Demand and Implications for World Markets. 2004. Department of Economic and Social Development, Food and Agricultural Organization, United Nations. <http://fao.org/es>

Organization for Economic Co-operation and Development «OECD». PRC General Administration of Customs, China's Customs Statistics.

Departamento Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China em Portugal (3/11/2005).

Starmass International. <http://www.starmass.com.en.economy>.

Grande Atlas Mundial. (2006). 1ª edição portuguesa. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.

Critical Review of China's Cereal Supply and Demand and Implications for World Markets, Roma 2004, Department of Economic and Social Development, Food and Agricultural Organization, United Nations, <http://fao.org/es>.

Little Miracles International Adoption (2008). Some History about China and Adoption. <http://www.littlemiracles.org/in>

Information Office of the State Council Of the People's Republic of China, <http://www.china-un.ch/eng>.

Sites na Web

<http://citi.pt/cultura>

<http://diariodigital.sapo.pt/>.

<http://dn.sapo.pt/2007/01/30/economia/eximbank>.

<http://dn.sapo.pt/2008/05/25/internacional/afrika>, acedido a 25 de Maio de 2008.

<http://edition.cnn.com/2008/WORLD/afrika>, acedido a 5 de Setembro de 2008.

<http://english.people.com.cn/>; acedido em 11 de Março de 2009.

<http://forums.csis.org/afrika>.

http://lawrei.eu/MRA_Alliance/.

<http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/2/hi/business/4861108.stm>, 30/3/2006.

<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia>, (20.06.2006), acedido a 20 de Junho de 2008.

<http://www.fundacao-mario-soares.pt>.

<http://www.africatodayonline.com/pt/noticia/3875/angola>, acedido a 10 e 11 de Março de 2009.

<http://www.Angola-portal.ao/PortaldoSistema>;

<http://www.China.org.cn/e-China/openingup/sez>.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

<http://www.chinadaily.com.cn.China.2006>
<http://www.cidadevirtual.pt/acnur>.
<http://www.cnn.com>, acedido em 26 de Março de 2009.
<http://www.english.focacsummit.org>
<http://www.hrw.org/en/news/2009/02/26>, acedido em 26 de Março de 2009.
<http://www.icsead.or.jp/7publication/workingpaper>»;
<http://www.iol.pt/internacional/sismo-China>,
<http://www.irinnews.org/>. (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. 2007. Joanesburgo)
<http://www.parlamento.ao/historia.htm>. acedido a 10 de Março de 2009
<http://www.parlamento.ao/historia.htm>. acedido a 10 de Março de 2009
http://www.parlamento.ao/presidente_da_assembleia.htm, acedido a 10 de Março de 2009.
<http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights>, acedido a 3 de Março de 2009.
<http://www.portaldogoverno.gov.mz>; <http://www.presidencia.pt/mocambique2008/>.
<http://www.protestepoupanca.pt>.
<http://www.sciam.com/article>, acedido em 26 de Março de 2009.
<http://www.unescap.org/tid/artnet> Asia-Pacific Research and Training network on trade (United Nations ESCAP)
<http://www.Angoladigital.net>
Starmass International, <http://www.starmass.com/en/economy>.
www.africamonitor.info (Áfricamonitor, nº 298, 22.07/2008)..
www.businessweek.com/globalbiz.
www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri.
www.rtp.pt/index, Agência LUSA, 2006-06.
www.rtp.pt/index, Jornal "Shangai Securities News", Agência LUSA, 2006-06-13.

Programas televisivos

Programa Prós e Contrás, RTP1, 16 Março 2009, 22h 30m.

Glossário

África Subsariana

Conjunto de 48 países situados abaixo do deserto do Sara; apenas 5 países africanos (Egipto, Marrocos, Argélia, Líbia e Tunísia) não integram esta região.¹³⁷

Clube de Paris

Grupo informal de governos (na sua maioria de países industrializados da OCDE) credores dos países em desenvolvimento que se reúne regularmente em Paris desde 1956. Nas suas reuniões, credores e devedores procuram estabelecer acordos, aceitáveis para todas as partes, sobre a reestruturação da dívida dos países devedores.¹³⁸

Coefficiente de Gini

Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor as características dessa distribuição. Este coeficiente mede o *gap* (a diferença) entre a linha real de distribuição do rendimento verificada num país e a linha mítica de distribuição da curva de Lorenz, que corresponde a uma distribuição totalmente igualitária (10% da população recebe 10% do rendimento; 20% da população recebe 20% do rendimento; 30% da população recebe 30% do rendimento; etc.). Assim, numa sociedade igualitária, quando todos os indivíduos têm igual rendimento, o coeficiente de Gini seria igual a zero. Numa sociedade em que todo o rendimento se concentrasse num único indivíduo, o coeficiente seria igual a 1. Na prática, o coeficiente de Gini varia entre 0,2 (que corresponde ao mínimo de desigualdade) e 0,42 (que corresponde ao máximo de desigualdade)¹³⁹.

Comércio externo

O comércio externo de uma nação designa geralmente o conjunto das trocas de bens e serviços entre esta nação e os outros países. No entanto, a balança de transacções supõe uma concepção mais restrita do comércio externo .

Conferência de Bandung

Entre 18 e 24 de Abril de 1955, reuniram-se em Bandung, na Indonésia, os líderes de vinte e nove Estados asiáticos e africanos representando cerca de 1 350

¹³⁷ ROQUE, Fátima Moura, Working Paper

¹³⁸ SERRA, A.M. Almeida, Glossário de termos, in Políticas Económicas de Desenvolvimento, tal como ministrado no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

¹³⁹ SOARES, R. & UVA, T.B. (2002). "Rendimento, Desigualdade e Pobreza", INE. p.30.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

milhões de pessoas. O objectivo fundamental foi promover a cooperação económica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outras nações consideradas imperialistas.

Coorte

Termo utilizado para designar um grupo de indivíduos que têm em comum um conjunto de características e que são observados durante um determinado período de tempo com o intuito de analisar a sua evolução¹⁴⁰.

Desenvolvimento (sustentável)

Conforme Sen, o desenvolvimento “pode ser visto...como o processo de aumentar as liberdades reais de que as pessoas gozam¹⁴¹”

Esperança Média de Vida à Nascimento

Número de anos que, em média, o ser humano tem probabilidades de viver mantendo-se as condições existentes na altura do seu nascimento.¹⁴²

Estrutura etária

Repartição dos indivíduos que constituem uma população por grupos de idade (grupos etários).¹⁴³

FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola)

Formada a 27 de Março de 1962, em resultado da fusão da União Popular de Angola (UPA) com o Partido Democrático Angolano (PDA), sendo a presidência assumida por Álvaro Holden Roberto¹⁴⁴

Fórum de Cooperação Sino-Africana (FOCAC)

Mecanismo de diálogo e cooperação criado em 2000, do qual fazem parte a China e os 48 países africanos com quem Beijing mantém relações diplomáticas.

Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau)

Este fórum surgiu na sequência de uma iniciativa do Governo chinês, com a organização do executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), para intensificar a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua

¹⁴⁰ <http://stat2.med.up.pt/>.

¹⁴¹ Sen (2001a:3)

¹⁴² Relatório RDH 2006, PNUD.

¹⁴³ Relatório RDH 2006, PNUD.

¹⁴⁴ <http://www.fundacao-mario-soares.pt/>

portuguesa. Macau tem-se posicionado, com algum sucesso e com o claro beneplácito e encorajamento das autoridades centrais, como placa giratória para as relações empresariais da China com os países lusófonos, particularmente em África, através deste Fórum. Criado em Setembro de 2003 e dotado de um Secretariado Permanente a partir de Abril de 2004, tem desenvolvido uma actividade assinalável, promovendo uma série de encontros para os empresários dos países participantes, bem como os respectivos responsáveis governamentais.¹⁴⁵

FRELIMO

Movimento anticolonialista, de orientação marxista-leninista, fundado em 1962, na Tanzânia, por Eduardo Mondlane, que iniciou a luta armada em prol da libertação no norte de Moçambique. Já como partido político, a Frelimo está no poder desde a independência do país¹⁴⁶.

“Grande Salto em Frente”

Nome porque é mais conhecido o Segundo Plano Quinquenal lançado por Mao Zedong em 1958, com o objectivo de estimular o sector da indústria pesada. A colectivização de agricultura, até aí limitada, deu lugar às enormes comunas do povo, e muitos camponeses foram obrigados a trabalhar em grandiosos projectos de infraestruturas e fábricas de ferro e aço de menores dimensões. A produção privada de gado foi proibida e todos os equipamentos e alfaias agrícolas foram colectivizados.

Durante este período, o Governo deu ordem para que as novas comunas introduzissem numerosas técnicas agrícolas não experimentadas nem cientificamente provadas. Estas medidas que, no seu conjunto, destruíram qualquer incentivo de proveito pessoal, deram origem a uma queda de 15% na produção de cereais em 1959, de 10% em 1960 e a uma recuperação nula em 1961. Para agravar a situação, foram requisitados volumes desproporcionadamente elevados dos cereais colhidos para utilização dos quadros do Estado nas cidades e zonas urbanas, e para exportação. A ocorrência de secas em algumas regiões da China e de inundações em outras, causou uma gravíssima situação de fome na população camponesa, estimando-se que milhões de pessoas terão morrido de fome entre 1959 e 1962. O “Grande Salto em Frente” acabou em 1962. Jung Chang e Jon Halliday, em *Mao: the Unknown Story*, sustentam que Mao estava consciente do imenso sofrimento do povo chinês, mas que não lhe dava a importância necessária, culpando o mau tempo ou

¹⁴⁵ PEREIRA, B.F. (2006). A ressurgência da China, Relações entre Portugal e a República Popular da China, p. 72. www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri.

¹⁴⁶ <http://www.infopedia.pt>

outros funcionários do partido pela fome que dizimava o povo. "Embora a matança não fosse o seu objectivo com o Salto, ele (Mao) estava mais que preparado para os milhares de mortos que daí resultariam, e deu a entender aos seus seguidores mais próximos que não deviam ficar demasiadamente chocados se tal acontecesse"¹⁴⁷.

G-7

Grupo dos sete países líderes em termos de desenvolvimento: Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Reino Unido e Japão. O G-7, que substituiu o G-5 (Alemanha, EUA, França, Reino Unido e Japão) reúne-se anualmente desde 1975, a nível de chefes de estado.

G-15

Grupo criado durante a 9ª Conferência dos Países Não-Alinhados em Setembro de 1989, em Belgrado. Conta hoje com 18 membros: Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Egipto, Índia, Indonésia, Irão, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Peru, Quênia, Senegal, Sri Lanka, Venezuela e Zimbabué. Concebido como plataforma para articulação das percepções comuns da situação mundial e promoção do desenvolvimento económico através da cooperação Sul-Sul e do diálogo Norte-Sul. Os países do G-15 são responsáveis, em conjunto, por 28% da produção mundial de petróleo.

Hukou

Sistema de controlo da população introduzido por Mao Zedong; de acordo com este sistema, cada camponês tinha um local de residência autorizado para viver e trabalhar. Fora do *hukou*, o camponês e os seus dependentes, perdem quase todos os direitos (trabalho permanente, escolas, saúde, senhas de racionamento, ...).

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Índice sintético que mede os progressos globais de um país, baseado em três indicadores básicos do desenvolvimento humano:

- a) Longevidade (esperança de vida à nascença);
- b) Nível educacional (combinando a alfabetização adulta com a taxa de escolaridade do ensino primário, secundário e superior);
- c) Nível de vida (PIB real per capita em PPC)¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Spence, J. D. (1999). Mao Zedong. p. 438-439. http://en.wikipedia.org/wiki/Mao#Great_Leap_Forward.

¹⁴⁸ Relatório RDH 2006, PNUD.

Linha de pobreza

Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Em Agosto de 2008, o BM elevou a linha de pobreza para 1,25 US dólares, contra 1 US dólar, em 1981. Este limite corresponde à média da linha de pobreza nos 20 países mais pobres do mundo, usados como referência neste cálculo.

MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola)

Data oficial da fundação, 1956. Foi liderado por António Agostinho Neto e surgiu como movimento de tendência marxista-leninista. Após a independência do país, Agostinho Neto tornou-se o primeiro presidente da República Popular de Angola.

O MPLA, fortemente ligado à região, governou Angola como partido único até à abertura política, em 1991. Em 1992, realizaram-se as primeiras eleições, que o MPLA venceu, embora a vitória não tenha sido reconhecida pela UNITA e o país tenha voltado à guerra. A guerra civil terminou em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, presidente da UNITA. Nas eleições legislativas de 2008, o MPLA obteve cerca de 82% dos votos, o que lhe deu maioria absoluta no Parlamento. O MPLA é dirigido por José Eduardo dos Santos, que é também o Presidente da República¹⁴⁹.

ODM- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Conjunto de 18 metas agrupadas em oito objectivos incluídas na Declaração do Milénio das Nações Unidas, adoptada em Setembro de 2000, sob a égide do Secretário - Geral em exercício, Kofi Annan e aprovada pelos 189 Estados Membros da ONU (Resolução A/RES/55/2, 8 de Setembro de 2000):

- 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome
- 2 - Alcançar a educação primária universal
- 3 - Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil
- 5 - Melhorar a saúde materna
- 6 - Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
- 7 - Assegurar a sustentabilidade ambiental
- 8 - Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento¹⁵⁰

Transcrevem-se a seguir as metas 12 e 13 do Objectivo 8 – Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento – a que se faz referência no texto:

¹⁴⁹ <http://www.citi.pt/cultura/>

¹⁵⁰ Moura Roque, F. (2007: 71 e seguintes). *A África, a NEPAD e o Futuro*, Lisboa. Texto Editores.
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Meta 12 – continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório, incluindo: um compromisso para a boa governação, o desenvolvimento e a redução da pobreza; Meta 13 – enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, incluindo: acesso isento de tarifas e quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; programa aumentado de alívio da dívida dos PPAE (países pobres altamente endividados) e cancelamento da dívida bilateral pública; e APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento) mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza.

OUA - Organização de Unidade Africana

Criada a 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba, na Etiópia, formada por 32 Estados africanos independentes. Foi substituída pela União Africana (UA) a 9 de Julho de 2002.¹⁵¹

Paridade do Poder de Compra (PPC)

Taxa de câmbio que inclui as diferenças de preços entre países, permitindo as comparações internacionais do produto e rendimentos reais. Assim, à taxa dólares PPC, 1 dólar PPC tem o mesmo poder de compra na economia em estudo que 1 US dólar tem nos Estados Unidos¹⁵².

Produto Interno Bruto (PIB)

Riqueza produzida pelo país, ou seja, a soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia mais os impostos da produção (menos subsídios) incluídos na valorização do produto¹⁵³.

RENAMO

Surgiu em 1976, com o apoio da Rodésia (hoje Zimbabué), e posterior ajuda da África do Sul, ainda durante o regime de «apartheid». Afonso Dhlakama lidera a Renamo desde 1979 e dirigiu a organização até 1992 numa guerra civil contra a Frelimo¹⁵⁴. Hoje, é o segundo maior partido político de Moçambique.

Renminbi

Moeda da República Popular da China. A unidade básica é 1 Yuan, que se subdivide em 10 Jiao e 100 Fen.

¹⁵¹ Moura Roque, F. (2007: 199). *A África, a NEPAD e o Futuro*, Texto Editores.

¹⁵² Moura Roque, 2007:202

¹⁵³ Moura Roque, 2007: 202

¹⁵⁴ <http://www.tecnet.pt/>

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

Institucionalizada em Windhoek, Namíbia, em Agosto de 1992. Actualmente fazem parte da SADC 14 países. Os membros iniciais da SADC foram: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Aderiram depois à organização a África do Sul (1994), as Maurícias (1995), as Seychelles e a República Democrática do Congo (1997). Em 2004 as Seychelles abandonaram a SADC e em 2005 entrou Madagáscar. Grandes objectivos: Erradicação da pobreza, desemprego e insegurança alimentar (Moura Roque, 2007: 69-70,186). A SADC sucedeu à SADCC.

Taxa de fertilidade

Número de nascimentos por mulher.

Taxa de mortalidade infantil

Probabilidade de morte de um indivíduo entre o nascimento e o primeiro ano de vida, expressa por 1000 nados vivos.

Termos de troca

Taxa à qual as exportações são trocadas pelas importações; resulta do rácio entre o índice de preços das exportações e o índice de preços das importações. Uma melhoria dos termos de troca corresponde a um aumento deste rácio: um dado volume de exportações permite pagar um maior volume de importações.¹⁵⁵

UNITA (União para a Independência Total de Angola)

Fundada em 13 de Março de 1966, perto do posto do Muangai, por dissidentes da FNLA e do GRAE (Governo de Resistência de Angola no Exílio), com a eleição de Jonas Malheiro Savimbi (na altura Secretário Geral da UPA, futura FNLA, e Ministro das Relações Exteriores do GRAE). A UNITA esteve maioritariamente ligada à região Umbundu. Jonas Savimbi foi morto pelo exército da República de Angola em 22 de Fevereiro de 2002.

¹⁵⁵ PNUD 2006

Índice Onomástico

Akl, Aida	p. 51, 59
Alden, Chris	p. 106
Andrade, Mário Pinto de	p. 80
Annan, Kofi	p. 21, 127
Ash, Lucy	p. 82, 83
Bernardo, João Manuel	p. 90
Bila, Theodore	p. 68
Bosten, Emmy	p. 62, 63, 65, 68, 111, 113
Boustin, Edouard	p. 59
Campos, Indira	p. 59, 60, 80, 83, 84, 88, 90
Cardoso, Fernando Jorge	p. 83
Cardoso, Leonel	p. 73
Carrico, M. A. G.	p. 62, 63, 64, 75, 101, 105, 110
Chichava, Sérgio	p. 105, 110
Chissano, Joaquim	p. 100
Cooper-Ramo, Joshua	p. 45, 46, 72
Copson, Ray	p. 51
Deng Xiaoping	p. 24, 32, 39, 45, 47
Dhlakama, Afonso	p. 128
Domenach, Jean-Luc	p. 31, 46, 49, 110
Dunaway, Steven	p. 31
Ennes-Ferreira, Manuel	p. 53, 57, 58, 60, 61, 80, 81,
83, 84, 90, 105	
Esteves, Dilma	p. 16, 53, 61, 67, 68, 104,
105, 106, 108	
Feng Fei	p. 38
Fernandes, Moisés	p. 66
Fischer, Joschka	p. 21
Fourest, Caroline	p. 110
Giddens, Anthony	p. 21
Guebuza, Armando Emílio	p. 62
Halonen, Tarja Kaarina	p. 20
Head-Jones, Austin	p. 28, 29
Ho, Edmund	p. 67
Ho, Stanley	p. 63
Holslag, Jonathan	p. 34, 40, 43, 52
Hongbin, I.	p. 28
Horta, Loro	p. 61, 62, 63, 64, 68,
70, 100, 101, 102, 103, 105	
Hu Jintao	p. 40, 100
Junsen, Z.	p. 28
Khelil, Chakib	p. 88
Kissinger, Henry	p. 49
Lao Tzu	p. 23
Lemos, Anabela	p. 64, 101, 102, 103, 104
Lewis, W. A.	p. 29
Li Peng	p. 100
Macedo, Fernando	p. 83
Machel, Samora	p. 93, 100
Magalhães Ferreira, Patrícia	p. 40, 67, 82, 84, 113

Mandelson, Peter	p. 41
Mangue, Pedro	p. 65
Mao Tsé Tung	v. Mao Zedong
Mao Zedong	p. 17, 23, 24, 26,
Mauldin, John	p. 47, 125, 126
Menzies, Gavin	p.50
Mkapa, Benjamim W.	p. 16, 20
Mondlane, Eduardo	p. 125
Moreira, Adriano	p. 27, 49, 105
Morgantini, Luísa	p. 80
Mosca, João	p. 92, 93, 94
Moura Roque, Fátima	p. 20, 21, 22, 73, 74, 77,
127, 128, 129	
Mugabe, Robert	p. 111
Neto, António Agostinho	p. 73, 127
Nixon, Richard	p.49
O'Neill, Jim	p. 47
Oliveira, A. P.	p. 24, 24, 26, 27, 30, 37, 40,
42, 47	
Pacheco, Fernando	p. 80
Pinto, José Filipe	p. 74, 92
Rampini, F.	p. 41
Ribeiro, Daniel	p. 64, 101, 102, 103
Roberto, Álvaro Holden	p. 124
Rodrigues, Jorge Ferro	p. 63
Roque, Paula C.	p. 75, 79
Rosenberg, M.	p. 26, 29
Santos, António de Almeida	p. 63
Santos, José Eduardo dos	p. 80, 127
Sauvy, A.	p. 28
Savimbi, Jonas Malheiro	p. 80, 127, 129
Sen, Amartya	p. 21, 124
Shakespeare, William	p, 115
Stiglitz, Joseph	p. 20, 21, 47, 105
Sun Tzu	p. 65
Sun Yat-Sen	p. 24
Torres, Adelino	p. 17, 28, 29
Vasconcelos, José Maria Botelho de	p. 88
Vines, Alex	p. 59, 60, 80, 83, 84, 88, 90
Wang Xiaolu	p. 31
Wang, F. L.	p. 24, 25, 31
Weber, Max	p. 49
Wen Jiabao	p. 41, 80
Wolton, T.	p. 41, 46
Zhao Ziyang	p. 27
Zhou En Lai	p. 49
Zhou, Y.	p. 25
Zweig, David	p. 47

Anexo I

Alguns exemplos dos tipos de ajuda concedida pelo FMI: o serviço de financiamento compensatório e para contingências, uma linha de crédito destinada a fazer face a quebras inesperadas e temporárias das receitas das exportações devido principalmente a acontecimentos fortuitos e fora da capacidade e possibilidade de controlo dos próprios países (uma seca, cheias, quebras inesperadas das cotações internacionais de certos produtos, etc.), ou para financiar aumentos inesperados dos custos com a importação de cereais essenciais à manutenção do estado alimentar da população. Outro será o serviço de financiamento de stocks reguladores, destinado a ajudar os países a financiar as contribuições dos países membros em organizações internacionais que asseguram stocks reguladores de existências de produtos (como o café). A verdade é que não têm sido concedidos empréstimos ao abrigo desta facilidade/mecanismo de crédito desde 1984, sendo justamente os países mais frágeis, cuja economia depende muitas vezes de um só produto agrícola de exportação, os eventuais beneficiários deste apoio.

A Facilidade para a Redução da Pobreza e o Crescimento, criada em 1999, sucedeu à Facilidade Reforçada para o Ajustamento Estrutural (1987). Este programa foi prolongado e ampliado em 1994, ocasião em que deixou de ser concedido apoio no âmbito da até então co-existente Facilidade de Ajustamento Estrutural (FAE). A FRAE (ESAF, na sua sigla inglesa de *Enhanced Structural Adjustment Facility*) é hoje o principal mecanismo do Fundo para dar apoio financeiro em condições muito favoráveis aos países membros de baixo rendimento per capita com problemas graves e permanentes de défice da balança de pagamentos.

Para se candidatar a este tipo de empréstimo, o candidato elabora uma "carta de intenções" de que consta uma proposta da política económica de curto-médio prazo que se propõe levar a cabo durante o período do empréstimo. Esta carta é negociada previamente com o Fundo para assegurar que o programa seja aprovado e o empréstimo concedido. Ao longo do período do empréstimo o país deve apresentar documentos anuais de enquadramento da sua política económica (*Policy Framework Papers*) definindo os objectivos a prosseguir e a política macroeconómica a implementar para os realizar. A taxa de juro destes empréstimos é de 0,5% e o seu reembolso é feito em dez pagamentos semestrais. Sendo o período de graça de cinco

anos, estes empréstimos têm uma vida de dez anos após o momento da utilização dos primeiros recursos¹⁵⁶

¹⁵⁶ Serra, AM.A. Curso sobre Políticas Económicas de Desenvolvimento, http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/fmi_1.htm

